

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

LUCIANA SILVESTRE GIRELLI

**CLIMA POLÍTICO, DISCURSOS DE ÓDIO E MÍDIA: DO DEBATE
SOCIOLOGICO ÀS “CARTAS DOS LEITORES” DO JORNAL O
GLOBO NO *PRÉ-IMPEACHMENT* DE DILMA ROUSSEFF**

VITÓRIA
2017

LUCIANA SILVESTRE GIRELLI

**CLIMA POLÍTICO, DISCURSOS DE ÓDIO E MÍDIA: DO DEBATE
SOCIOLOGICO ÀS “CARTAS DOS LEITORES” DO JORNAL O
GLOBO NO *PRÉ-IMPEACHMENT* DE DILMA ROUSSEFF**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de
Ciências Sociais da Universidade Federal
do Espírito Santo, como requisito parcial
para a obtenção do grau de Bacharel em
Ciências Sociais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Adelia Maria
Miglievich Ribeiro.

VITÓRIA
2017

GIRELLI, Luciana Silvestre

G524 Clima político, discursos de ódio e mídia : do debate sociológico às "cartas dos leitores" do Jornal O Globo no pré-impeachment de Dilma Rousseff. / Luciana Silvestre Girelli; orientador Adelia Maria Miglievich Ribeiro. - Vitória, 2017.
95 p.

Monografia (Graduação – Ciências Sociais) - Universidade Federal do Espírito Santo, 2017.

1. Política. 2. Mídia. 3. Impeachment - Dilma Rousseff. 4. Interseccionalidade. 5. Discurso de Ódio. I. RIBEIRO, Adelia Maria Miglievich , orient. II. Título.

LUCIANA SILVESTRE GIRELLI

CLIMA POLÍTICO, DISCURSOS DE ÓDIO E MÍDIA: DO DEBATE SOCIOLÓGICO ÀS “CARTAS DOS LEITORES” DO JORNAL O GLOBO NO PRÉ-IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais.

Aprovado em 14 de dezembro de 2017.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Adelia Maria Miglievich Ribeiro
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Prof. Dr. Marcelo Fetz de Almeida
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Alexandre Curtiss Alvarenga
Universidade Federal do Espírito Santo

AGRADECIMENTOS

Ao meu marido Leonardo, companheiro que escolhi para a vida, pela compreensão imensurável, apoio e incentivo para a conclusão desta monografia e do curso Ciências Sociais. Sem a sua paciência e amor, não teria sido possível resistir às inúmeras horas de leitura e dedicação necessárias à realização desses estudos.

À minha filha Lara, que está por vir no momento de finalização deste trabalho. Pela cumplicidade, parceria e vínculo que se desenha desde o mais profundo de mim.

Aos professores do curso de Ciências Sociais, pelos ensinamentos, aprendizados e colaboração. À Adélia, minha orientadora, por me ajudar a concretizar um desejo de pesquisa e compreender as especificidades do meu momento atual.

Aos colegas de curso, em especial a Cinara e Daniel, pela parceria de grupo. Com vocês, aprendi o real significado de ajuda mútua, complementaridade de habilidades e trabalho em equipe.

À instituição onde trabalho, o Incaper, por colaborar comigo, uma servidora-estudante. Trabalhar e estudar ao mesmo tempo é uma tarefa muito difícil e sem a compreensão do ambiente de trabalho tudo se torna muito penoso e difícil.

À minha amiga Vanessa, pelos debates sobre o tema desta monografia, indicações de leitura e ombro amigo em todas as ocasiões.

Ao colega de trabalho Marcos Roberto da Costa pela contribuição na normalização deste trabalho.

Por fim, à Universidade Federal do Espírito Santo, espaço onde eu cresci como pessoa e me forjei intelectualmente. Àquela que será minha sempre casa de memórias, reflexões e sonhos.

RESUMO

Esta pesquisa teve por objetivo compreender de que maneira o discurso de ódio foi construído no Brasil no período anterior ao *impeachment* da presidente Dilma Rousseff mediante, também, a atuação da mídia, de maneira a contribuir para a configuração de um clima político de intolerância no país. Embora a incitação ao ódio não seja algo novo, esta monografia trouxe o debate para o momento recente da conjuntura brasileira, marcado por discursos de menosprezo, humilhação e desrespeito a personalidades políticas, ao Partido dos Trabalhadores e a grupos sociais historicamente marginalizados. Na percepção da centralidade do ataque midiático ao PT e seus líderes, buscou-se a utilização de conceitos sociológicos para a compreensão da construção do discurso de ódio, como gênero, no caso de Dilma; aporofobia, no caso de Lula; e “crise moral”, no caso dos governos petistas. A partir, sobretudo, da perspectiva de Jessé de Souza Martins (2016), entendeu-se que esse discurso de ódio que alçava o PT à “baluarte da corrupção” esteve relacionado a uma represália a um governo que promovia avanços sociais concretos. A origem do repúdio à política e ao Estado no Brasil remonta, porém, a fatores histórico-estruturais da sociedade brasileira, relacionando-se, por exemplo, ao mito do “Estado patrimonial” como uma especificidade do Brasil. Para fins de uma análise empírica, escolheu-se a seção de “Cartas dos Leitores” veiculadas em *O Globo*, segundo maior jornal impresso de circulação do país. Analisaram-se 224 cartas publicadas aos domingos, dia da semana com maior tiragem do periódico, no período de seis meses anteriores à votação do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff pela Câmara dos Deputados, momento excepcional na trajetória de sua destituição, que teve início anteriormente a esse período. Concluiu-se que os discursos de ódio no Brasil são fruto da interseccionalidade de fatores estruturais e históricos presentes na gênese da sociedade brasileira em consonância com uma conjuntura peculiar, com forte atuação da mídia e do poder Judiciário em nome de uma “moralização” da política e de uma luta anticorrupção em um contexto, paradoxalmente, de ausência de espaços públicos para o debate democrático.

Palavras-chave: Discurso de ódio – mídia. Impeachment de Dilma Rousseff. Crise moral – corrupção.

ABSTRACT

This research aimed to understand how the hate speech was built in Brazil in the period before the impeachment of President Dilma Rousseff also through the media, in order to contribute to the configuration of a political climate of intolerance and polarization in the country. Although the incitement to hatred is not something new in political conjunctures of great social conflict, this monograph brought the debate to the recent moment of the Brazilian conjuncture, marked by discourses of contempt, humiliation and disrespect to political personalities, the Workers' Party and groups historically marginalized. In the perception of the centrality of the media attack to the PT and its leaders, we searched for the use of sociological concepts for the understanding of the construction of hate speech, like gender, in the case of Dilma; aporophobia, in the case of Lula; and "moral crisis" in the case of PT governments. Starting from the perspective of Jessé de Souza Martins (2016), it was understood that this discourse of hatred that elevated the PT to the "bulwark of corruption" was related to a reprisal to a government that promoted concrete social advances. The origin of the repudiation of politics and the State in Brazil goes back to historical-structural factors of Brazilian society, relating, for example, to the myth of the "patrimonial State" as a specificity of Brazil. For the purpose of an empirical analysis, the "Letters from Readers" section published in *O Globo*, the second largest circulation newspaper in the country, was chosen. A total of 224 letters were published on Sundays, the weekday of the week with the greatest circulation of the periodical, during the six months prior to the impeachment of President Dilma Rousseff by the Chamber of Deputies, an exceptional moment in the trajectory of her dismissal, which began earlier period. It was concluded that hate speech in Brazil is a result of the intersectionality of structural and historical factors present in the genesis of Brazilian society in accordance with a very peculiar political context, with strong media and judicial power in the name of a "moralization" politics and an anticorruption struggle in a context, paradoxically, of the absence of public spaces for democratic debate.

Keywords: Hate speech – media. Dilma Rousseff's impeachment. Moral crisis – corrupt.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	A MÍDIA E A CONSTRUÇÃO DO CLIMA POLÍTICO DO PAÍS	15
2.1	O PAPEL DA MÍDIA NO GOLPE MILITAR DE 1964 NO BRASIL	18
2.2	A ATUAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO NO PERÍODO ANTERIOR AO <i>IMPEACHMENT</i> DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF	23
2.3	REDES SOCIAIS E A DISSEMINAÇÃO DO DISCURSO DE ÓDIO	27
3	CONCEITOS E REFLEXÕES PARA COMPREENDER O DISCURSO DE ÓDIO	33
3.1	GÊNERO, MISOGINIA E RELAÇÕES DE PODER ENTRE OS SEXOS NO ESPAÇO POLÍTICO	33
3.2	APOROFOBIA, LULISMO E ANTIPETISMO	43
3.3	INDIVÍDUO X SOCIEDADE: MORAL, CRISE POLÍTICA E CORRUPÇÃO	53
4.	O ÓDIO EVIDENCIADO NAS “CARTAS DOS LEITORES” DO JORNAL O GLOBO	66
4.1	CATEGORIA DILMA: O ÓDIO ÀS MULHERES	68
4.2	CATEGORIA LULA: O ÓDIO AO POPULAR	74
4.3	CATEGORIA LULOPETISMO: O ÓDIO ÀS ESQUERDAS	78
4.4	CATEGORIA CRISE: O ÓDIO A MEDIDAS PROGRESSISTAS TRAVESTIDO DE DISCURSO MORALISTA DE COMBATE À CORRUPÇÃO	82
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
	REFERÊNCIAS	97

1 INTRODUÇÃO

Nesta monografia, intitulada “Clima político, discursos de ódio e mídia: do debate sociológico às “Cartas dos Leitores” do jornal *O Globo* no pré-*impeachment* de Dilma Rousseff”, evidencio o discurso de ódio produzido na atual conjuntura brasileira, com destaque para as narrativas relacionadas ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a então presidente Dilma Rousseff, ao Partido dos Trabalhadores (PT) e à política brasileira de modo geral, no período anterior ao afastamento da presidente de seu cargo pela Câmara dos Deputados, ocorrido em 17 abril de 2016.

Para isso, analiso a seção de “Cartas dos Leitores” do jornal *O Globo* durante os seis meses que antecederam ao *impeachment* da presidente Dilma, sempre nas edições de domingo, uma vez que se tratava do dia da semana de maior público-leitor. Foram selecionadas 24 edições do jornal, que veicularam 395 cartas e e-mails de leitores durante esse período. Para efeitos de análise, 224 cartas foram utilizadas nesta pesquisa, quantitativo cujo conteúdo esteve diretamente relacionado à temática em questão.

Busco, com esse estudo, compreender de que maneira foi construído o discurso de ódio no Brasil, bem como suas bases estruturais, históricas e conjunturais, que possibilitaram sua emergência no momento recortado por esta monografia. Por meio da criação de categorias de análise de modo indutivo - isto é, a leitura das cartas precedeu a seleção das categorias, mas foram as palavras e ideias mais recorrentes que me permitiram elegê-las, tento identificar a construção de sentidos das narrativas feitas pelas “Cartas dos Leitores” do jornal *O Globo* durante o período *pré-impeachment* de Dilma Rousseff.

A construção do discurso de ódio em si não é um tema novo nem específico da realidade brasileira. Nota-se a ascensão do discurso do ódio em diversos momentos da história mundial, entre os quais se destacam os períodos do fascismo e nazismo na Europa, quando atingiu patamares extremos de extermínio da vida de grupos sociais alvos da intolerância desses regimes. Contudo, em que pese o aprendizado histórico vivenciado pela humanidade e traduzido na forma de legislações constitucionais e supranacionais, que coíbem práticas de incitação ao ódio, o que se nota é que esse discurso, em determinadas conjunturas políticas, é novamente retomado, às vezes sob novas roupagens. Além disso, percebe-se historicamente

que a mídia tem papel fundamental para a construção desse discurso e para a alteração do estado de ânimo da população.

O meu interesse em aprofundar o estudo sobre esse assunto surgiu devido às circunstâncias políticas pelas quais o país vinha passando desde a ascensão dos governos petistas à Presidência da República, mas que se acirraram consideravelmente a partir das eleições presidenciais de 2014, culminando na destituição da presidente eleita Dilma Rousseff, em 31 de agosto de 2016. Pude observar, mesmo sem a sistematização de uma pesquisa, nas conversas informais, nas reportagens de imprensa e postagens de redes sociais, o acirramento do debate político e da polarização na sociedade brasileira que se expressava, na aparência, entre quem era *a favor* ou *contra* o PT - o qual se tornou o *bode expiatório* da crise e o emblema da corrupção na política-, mas que revelava questões mais profundas sobre a própria sociedade brasileira, as quais serão abordadas nesta pesquisa.

Um aspecto que me chamou a atenção desde o início foi a maneira agressiva como essa polarização apareceu, marcada por palavras de ódio, xingamentos, insultos e, não raro, carregada de preconceitos dos mais diversos tipos. Essas ofensas dirigiam-se, inicialmente, às principais personalidades do PT, a então presidente Dilma Rousseff e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. No entanto, com o acirramento dos conflitos políticos, os insultos passaram a se dirigir também a outros grupos sociais, historicamente marginalizados, como as mulheres, homossexuais e trans, negros, nordestinos, beneficiários de programas de inclusão social, como o “Bolsa Família” e o “Minha Casa Minha Vida”, a população mais pauperizada e vulnerável.

Além de ser percebido nas redes sociais, o discurso do ódio também compôs as manifestações de rua favoráveis ao *impeachment* de Dilma Rousseff. Diversas faixas e cartazes incitavam o ódio ao governo do PT, aos grupos de esquerda - sem muito discernimento sobre quais seriam eles - e, novamente, aos potenciais beneficiários de programas sociais. Muitos manifestantes pediam a volta dos governos militares e bonecos de Lula e Dilma foram exibidos enforcados em locais

públicos¹. Ataques aos direitos humanos e ao PT pareciam ter se tornado uma coisa só. Na verdade, não se reconheciam as “diferenças”, em face dos padrões normativos consagrados, passíveis de respeito, tendo em vista o direito inviolável à vida e à dignidade. E o PT parecia “culpado” por algo como o “empoderamento” daqueles que deveriam ter permanecido silenciados.

Essa percepção tornou-se mais latente quando li uma reportagem veiculada no site Gazeta Online², que relatou o caso de um assalto cometido por um adolescente. Durante o episódio, o rapaz foi detido pelos próprios moradores de um bairro de Vitória e começou a ser agredido. Quando duas mulheres que passavam no local tentaram impedir a agressão, foram ridicularizadas e taxadas de “petistas”. A minha busca de compreensão para esse fato pode sintetizar a motivação da presente monografia.

Busco, portanto, realizar um estudo que me permitisse responder, ainda que de forma limitada e provisória, as seguintes questões: de que maneira o discurso de ódio foi construído e incentivado na atual conjuntura brasileira e quais ferramentas contribuíram nesse processo? Quais as bases estruturais, históricas e conjunturais que sustentam esse ódio na sociedade brasileira? Por que determinadas figuras e personagens foram escolhidos como alvos principais? E por fim, a quem interessa o fomento dessa intolerância?

Todas essas questões são muito complexas e merecem estudos muito aprofundados. Nesta monografia, serão levantados apenas alguns elementos que podem ajudar a pensar e a refletir sobre o assunto, visto sua importância no cenário complexo em que se encontra a sociedade brasileira.

A pesquisa traz as marcas de minha primeira formação acadêmica, a Comunicação Social, crucial para a definição da mídia como objeto de estudo. Para mim, que atuo profissionalmente no campo do jornalismo, é mais do que esperado um olhar especial aos fenômenos da comunicação social e do campo midiático, palco onde se expressou grande parte do discurso de ódio aqui analisado, assim como é, talvez,

¹ Essas imagens podem ser conferidas, dentre outros locais, em <https://www.sul21.com.br/jornal/suastica-golpe-militar-ameacas-de-morte-contradilma-para-midia-manifestacoes-pacificas/>

² Essa reportagem está disponível em <http://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2016/05/adolescente-e-espancado-apos-tentativa-de-assalto-na-praia-do-canto-em-vitoria-1013941819.html>

mais arguta a atenção às categorias de análise passíveis de melhor descrever o discurso examinado.

Opto por analisar a seção de “Cartas dos Leitores” do jornal *O Globo*. Em primeiro lugar, é importante justificar que a escolha do jornal impresso dentre os demais veículos de comunicação ocorreu pelo fato deste ainda ser uma relevante ferramenta de formação de opinião, ainda que em tempos de mídias sociais, as informações sejam cada vez mais consumidas e disseminadas por meio da internet, a uma grande velocidade. Além disso, a busca pelo material de análise – as cartas - foi facilitada devido ao armazenamento dos arquivos do jornal em formato digital.

Somado a isso, entendo que a opinião veiculada no jornal impresso sobre o tema em questão, em sua essência, não difere muito das demais plataformas de comunicação. O que costuma ser diferente é a maneira como a informação é disponibilizada, ou seja, o tipo de linguagem textual e visual, mas não tanto o conteúdo e o teor da informação em si.

Sendo assim, a escolha pelo jornal *O Globo* ocorreu por ele ser o 2º maior jornal impresso do país em termos de circulação, conforme dados da Associação Nacional de Jornal (ANJ). Segundo informações do próprio periódico³, *O Globo* possui 1.281.000 leitores e circula de segunda a domingo. Nos dias úteis, são produzidos 142.449 exemplares e aos domingos, 186.590, o que justifica, ainda, a escolha pela análise das cartas justamente nesse dia da semana.

Eleger o jornal *O Globo* para esta pesquisa também se deve ao fato de ele ser um produto representativo do maior conglomerado de mídia do Brasil, as organizações Globo. Segundo Cabral (2015), a Rede Globo é o principal grupo de mídia nacional, atingindo o país inteiro com suas emissoras, retransmissoras e geradoras. A fim de ilustrar tamanha influência, a autora afirma que

No setor de mídia tradicional, a Rede Globo é considerada o maior conglomerado de comunicação do Brasil. De acordo com seu Atlas de Cobertura, 99,51% dos aparelhos recebem a programação da emissora e 98,56% dos municípios são atingidos pelo seu sinal de TV analógica com 123 emissoras, sendo 118 afiliadas. No plano internacional, além dos parceiros “estrangeiros”, leva suas novelas para outros países e, desde 1999, com a TV Globo Internacional, canal via satélite que transmite 24

³ Essas informações podem ser encontradas em <https://www.infoglobo.com.br/Anuncie/ProdutosDetalhe.aspx?IdProduto=91>

horas por dia programação para o exterior, chega aos cinco continentes, cobrindo 114 países (CABRAL, 2015, p.19).

Além da TV Globo, as organizações Globo atuam no mercado de filmes, com a Globo Filmes; em canais de TV por assinatura, com destaque para SporTV, GloboNews, Multishow, GNT, VIVA e Gloob; e no segmento de jornais e revistas, impressos e digitais, por meio da Infoglobo e da Editora Globo. Na indústria fonográfica, possui participação por meio da produção e comercialização de produtos pela Som Livre e na área do rádio destacam-se os segmentos de notícia CBN e Rádio Globo. O ZAP, portal de classificados online de atuação nacional, também é da Globo.

Entendi, por isso, que a opção por um dos produtos do maior conglomerado de mídia do país fosse representativo para a realização desta pesquisa. Defini especificamente a seção “Cartas dos Leitores” porque ela tende a agregar, ao mesmo tempo, o discurso de uma classe média brasileira, aquela que é leitora do jornal, e a priorização do próprio veículo sobre os conteúdos dessas cartas, uma vez que os trechos publicados são selecionados e editados conforme a linha editorial do periódico.

É interessante conhecer o perfil dos leitores do jornal *O Globo* a fim de também traçar um perfil dos autores das cartas que foram analisadas. Segundo o próprio jornal⁴, em termos de classe social, 15% dos leitores são da classe A, 50% da B, 28% da C e 6% da classe D e E. Em termos de escolaridade, 39% possuem ensino superior completo, ao passo que 22% possuem ensino médio e 14% ensino fundamental.

Em termos de gênero, 52% dos leitores são do sexo masculino e 48% do feminino. A faixa etária é bem distribuída, sendo a maioria (20%) de leitores acima de 60 anos, 19% ficam na faixa etária entre 30 e 39 anos, 18% entre 20 e 29 anos, 16% entre 40 e 49 anos e 12% entre 10 e 19 anos de idade.

Tendo em vista esses dados, percebeu-se que os leitores e possivelmente os autores das cartas são, em sua maioria, da classe média e alta, com elevado grau

⁴ Essas informações foram extraídas do setor comercial do jornal, disponíveis em <https://www.infoglobo.com.br/Anuncie/ProdutosDetalhe.aspx?IdProduto=91>

de escolaridade, sendo mais de 50% com idade acima de 30 anos e do sexo masculino.

No que tange à sua estrutura, esta monografia está dividida em três capítulos. O primeiro deles faz uma revisão de literatura acerca do papel da imprensa brasileira na criação do clima político do país em períodos anteriores à destituição de presidentes. Para isso, foi abordada a maneira como a mídia atuou no período anterior ao golpe militar de 1964 e também como agiu, de forma geral, nos meses anteriores ao *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, em 2016, naquilo que aqui foi chamado de “clima político” do país. Também se abordou a maneira como o discurso de ódio foi amplamente propagado pelas redes sociais nesse período recente da história do país, para além, portanto, do material empírico que analisei nesta pesquisa. Em suma, esse capítulo tratou da questão das ferramentas de propagação do ódio, bem como sua utilização em conjunturas específicas.

No capítulo 2, são trabalhadas as perspectivas teórico-conceituais que subsidiaram a análise das “Cartas dos Leitores”. Nesta parte, foram discutidos os aspectos estruturais, históricos e conjunturais da construção do discurso de ódio no Brasil. Para isso, foram analisados conceitos afins às relações de gênero, aporofobia, crise moral e corrupção no Brasil e, especificamente, às remissões ao “lulismo”. Esse arcabouço teórico contém as chaves-explicativas para a compreensão do direcionamento do ódio explícito nas cartas do jornal *O Globo*.

Por fim, no capítulo 3, é feita a análise das cartas propriamente ditas e se demonstrou o modo como o ódio transpareceu nessas publicações. A partir da divisão do conjunto das cartas em quatro categorias - “Lula”, “Dilma”, “lulopetismo” e “crise” –, apresentei o discurso de ódio produzido no período imediatamente anterior ao afastamento da presidente⁵ e o conteúdo simbólico que cada uma dessas narrativas apresentou.

⁵ Nesta monografia, utilizei a grafia “Presidente” para me referir à Dilma Rousseff e não “Presidenta”. Reconheço que, embora as duas formas de grafar a palavra sejam corretas conforme os padrões da norma culta da Língua Portuguesa, há disputas políticas em torno da utilização de ambos os termos, sendo o uso dessa palavra no feminino não apenas sinônimo de demarcação e valorização da ocupação de espaços políticos pelas mulheres, mas uma forma de se tomar partido a favor do PT em meio aos muitos ataques sofridos. No caso desta pesquisa, optei pela utilização mais corrente e usual da palavra na Língua Portuguesa, que é no gênero masculino, tentando possibilitar ao leitor maior espaço para sua própria compreensão dos ataques a Dilma como mulher que serão evidenciados ao

2 A MÍDIA E A CONSTRUÇÃO DO CLIMA POLÍTICO DO PAÍS

Para discorrer sobre a relação entre a mídia e a construção do clima político do país, é feita, inicialmente, uma abordagem sobre o significado de “clima”, a partir da perspectiva de Miglievich-Ribeiro (2017). Segundo a autora, há uma expressão em alemão, *Stimmung*, cujas traduções para o inglês tendem para o vocábulo *mood*, ou “clima”, em português. No entanto, não se pode reduzi-la à ambiência ou atmosfera, mas também considerar que está relacionada ao “humor”, num só tempo, fora e dentro do indivíduo. Em sua visão, *Stimmung* “parece se tratar de uma categoria relacional, por excelência, concreta e real, que liga o indivíduo à sociedade, o interno ao externo, podendo dar conta do entrelaçamento de aspectos distintos da vida social em sua complexidade” (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2017). Dessa forma, o “clima” não pode ser compreendido independente dos componentes materiais que afetam a vida dos indivíduos. Embora seja uma realidade “externa” ao ser, é sentido por ele. “[...] a *Stimmung* é, ela mesma, vivência, experiência, sentimento, percepção, consciência e prática, dos indivíduos e dos grupos” (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2017).

Ao acrescentar o adjetivo “político”, busca-se direcionar a experiência do “clima” para as disputas político-eleitorais que tomam conta de todos em alguns momentos ou para os eventos que interrompem, aprofundam e alargam as vivências da democracia. Na medida em que se estuda a atuação da mídia na configuração desse clima, busca-se atestar como ela atua na mensuração do clima político, mais favorável ou menos a alguns desdobramentos, ou mesmo interferindo, elevando ou baixando a temperatura; e talvez, antecipando alguns efeitos. Não se pretende perguntar sobre a efetividade de sua influência na promoção ou destituição de governos, o que seria difícil demonstrar no âmbito desta monografia, embora plausível.

Gomes (2004), ao tratar da transformação da política na era da comunicação de massa, defende a tese de que a maneira de se fazer política foi profundamente alterada devido à emergência dos meios de comunicação ao mesmo tempo em que pouco do *modus operandi* da política foi modificado por conta da mídia.

Por isso, a questão central não é considerar a supremacia dos meios de comunicação sobre a política nem ignorá-los ao analisar a forma de se fazer política, mas sim compreender a especificidade e as mudanças advindas no cenário político a partir da emergência dos meios de comunicação: “A política mudou muito e mudou muito pouco, pois a decisão por uma avaliação ou por outra depende basicamente da perspectiva empregada para decifrar os mecanismos internos da política, ontem e hoje” (GOMES, 2004, p. 27). Tanto em sociedades onde não havia ainda os meios de comunicação de massa quanto na atualidade, a preocupação com o gerenciamento da opinião pública é uma questão cara à política. Como exemplo, Gomes cita o pensamento de Maquiavel, para quem a “gestão das aparências”, associada à opinião vulgar, era de fundamental importância:

Maquiavel deixa entrever que a produção de uma imagem adequada precisa apoiar-se na compreensão correta dos desejos e dos temores, das preocupações e das características fundamentais, em suma, da natureza dos humanos envolvidos em cada uma das esferas (GOMES, 2004, p. 9).

Maquiavel entendia que a condução da opinião do povo era essencial para a manutenção do poder absoluto do soberano, sendo fundamental esse controle para que o príncipe mantivesse o poder do Estado em suas mãos. Manter uma boa reputação e estar “bem” perante a opinião pública poderia protegê-lo de riscos de inimigos internos e externos. “A correta gestão da imagem do soberano e adequada condução dos afetos a ele dedicados, por conseguinte, fazem parte do julgamento sobre a qualidade da arte de governar” (GOMES, 2004, p. 10).

Essa preocupação com a gestão da imagem e com o clima político não desaparece nas sociedades atuais, ao contrário, se fortalece e se complexifica. Embora a política seja praticada de muitos modos e por meio de diversos instrumentos, a esfera da comunicação é predominante na formação das imagens e opiniões públicas políticas que interferem diretamente nos governos e nas eleições. É por essa via que a maioria da população tem acesso às informações sobre a vida política.

[...] a esfera da comunicação controla praticamente todo o provimento de informação e comunicação de interesse político e praticamente todo o fluxo de mensagens da esfera política em direção à esfera civil, constituindo-se fundamentalmente na única janela para a realidade política para a maioria dos cidadãos (GOMES, 2004, p.16).

Além dessa onipresença dos meios de comunicação ao se tratar da política, Gomes (2004, p. 26) considera que o ponto central da política mediatizada são as “habilidades, práticas, representações etc. voltadas para se lidar com o público, a política *ad extra*”. Essas práticas cumprem basicamente dois papéis:

a) reagir à esfera civil produzindo uma configuração da política tendo-se em consideração o efeito que isso provocaria no público e o horizonte de expectativas que se crê nele identificar; b) agir sobre a esfera civil buscando construir a opinião, a imagem e os afetos do público (GOMES, 2004, p. 26).

Pelo primeiro papel, os agentes políticos buscam adequar discursos às demandas, temores ou desejos do público. Pelo outro papel, a política mediatizada busca controlar e dirigir a opinião sobre os discursos e agentes políticos. Essas operações ocorrem em conjunto e objetivam administrar o controle da opinião, dos afetos, da imagem e das aparências. “É isso basicamente o que constitui a política mediática contemporânea, que simplesmente passa a realizar funções socialmente indispensáveis, antes satisfeitas através de outros sistemas de práticas” (GOMES, 2004, p. 27).

Considerando a perspectiva de Gomes, o papel da mídia na construção do clima político de um país é de vital importância, tendo em vista que o acesso, para a maior parte da população, às informações dessa esfera passa necessariamente por esse meio na atualidade. Efetivamente, os meios de comunicação agem concomitantemente para criar demandas e expectativas e controlar discursos e opiniões.

Justamente pelos elementos acima apresentados é que é possível notar que boa parte dos acontecimentos de grande relevância política no Brasil, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, contam com grande utilização dos meios de comunicação de massa.

Para exemplificar essa perspectiva, são apresentadas interpretações sobre o papel da mídia em duas situações históricas. A primeira delas ocorreu no período anterior ao golpe militar de 1964 no Brasil e a outra no período anterior ao *impeachment*⁶ da

⁶ Nesta pesquisa, a palavra *impeachment* será utilizada para designar o processo de afastamento do cargo pelo qual passou a presidente Dilma Rousseff no ano de 2016, tal como o processo foi consolidado no imaginário popular. Entretanto, cabe frisar que ainda está em disputa a narrativa sobre essa questão: de um lado, a mídia insiste em caracterizar esse processo como

presidente Dilma Rousseff, alvo de análise desta pesquisa. Por meio dessas duas experiências, tento demonstrar o quanto a gestão dos afetos e da opinião pública pela mídia é um elemento importante na política atual.

2.1 O PAPEL DA MÍDIA NO GOLPE MILITAR DE 1964 NO BRASIL

A fim de mostrar alguns apontamentos sobre o papel da mídia no golpe militar de 1964 e exemplificar o argumento apresentado anteriormente de que os meios de comunicação contribuem para a construção do clima político do país, serão retomadas as reflexões de Dantas (2014) sobre a mídia e o golpe de 1964 no Brasil.

Segundo Dantas, a conspiração contra o governo de João Goulart, protagonizada pelos setores militares de direita e o empresariado, contava com o respaldo da quase totalidade da mídia. “A participação da mídia nos acontecimentos que levaram ao golpe militar de 1964 contribuiu de maneira decisiva para a implantação da ditadura que dominaria o país por 21 anos” (DANTAS, 2014, p. 65). O único jornal que, na época, segundo o autor, não aderiu ao golpe foi o *Última Hora*.

O pesquisador afirma que os grandes jornais do eixo Rio-São Paulo ampliavam o espaço em suas edições para respaldar o movimento golpista à medida que a conspiração avançava nos quartéis. Jornais como *O Estado de São Paulo*, *O Globo* e *Tribuna da Imprensa* participaram ativamente da trama. Esse alinhamento, para Dantas, refletia a posição de amplos setores do empresariado, que temiam a implantação das reformas de base⁷ anunciadas por João Goulart. Dessa forma, a mídia cumpriu um papel crucial na derrubada desse governo:

um *impeachment*; de outro, setores sociais afirmam se tratar de um golpe de Estado para afastar o PT do poder a despeito do voto popular. Acerca dessa polêmica, embora o estatuto do *impeachment* esteja previsto pela Constituição Federal, não quer dizer que ele possa ser aplicado em quaisquer circunstâncias. Em um sistema presidencialista, para que haja *impeachment*, é preciso haver um fato determinado, ou seja, o Presidente deve estar diretamente envolvido em algum ato ilícito sobre o qual não parem dúvidas. Como a monografia explicitará, no caso de Dilma, as provas que justificam o ato extremo foram débeis até o momento. Questões como impopularidade, crise econômica ou descontentamento com a forma de governo pareceram definir mais fortemente o desfecho do conflito possibilitando a segunda leitura: o chamado “golpe parlamentar” e, ao mesmo tempo, midiático.

⁷ As reformas de base foram bandeiras do governo de João Goulart, presidente que assumiu o comando do país entre 1961 e 1964. Elas consistiram em um conjunto de medidas que traziam benefícios aos trabalhadores urbanos e rurais, tais como a reforma bancária, fiscal, urbana, administrativa, universitária e agrária, sendo esta última o carro-chefe de todas as reformas, uma vez que garantia o acesso à terra a milhões de trabalhadores rurais. Essas reformas ainda pleiteavam a extensão do direito de voto aos analfabetos e às patentes subalternas das forças armadas e a garantia de medidas nacionalistas, como a maior intervenção do Estado na economia e maior

As grandes empresas jornalísticas cumpriam, assim, o papel que consideravam legítimo em defesa de seu capital. A mídia tornava-se poderoso instrumento ideológico na preparação e, mais tarde, no respaldo ao regime militar. Sua contribuição para a desestabilização do governo Goulart, que além de ser acusado de inepto era apontado como agente da infiltração comunista no Brasil, foi fundamental (DANTAS, 2014, p. 67).

Outro destaque desse autor ao tratar o tema é apontar a maneira como a campanha pró-golpe deflagrada pela mídia contribuiu para o engajamento da classe média nas mobilizações contra o governo João Goulart. Multidões foram às ruas em “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”, noticiadas pelos meios de comunicação da época como “Marchas da Vitória”.

O êxito dos militares em 1964 foi comemorado pela imprensa. O jornal *O Globo*, por exemplo, apresentou no título de seu editorial do dia 2 abril a frase “Ressurge a democracia!” e no corpo do texto dizia que a nação “vive dias gloriosos” devido à intervenção militar.

Dantas também explica a produção de um discurso de que a “revolução militar” - termo com que os militares designavam suas ações - fora, paradoxalmente, a salvaguarda do regime democrático em nome do “combate ao comunismo”⁸. Assim, a imprensa nacional foi cooptada por agências de publicidade norte-americanas que atuavam no Brasil e que detinham contas de grandes empresas estrangeiras pelo recebimento de verbas publicitárias. Aqueles veículos que não se enquadravam nesse esquema eram taxados como financiadores do comunismo, compreendido como um regime “terrorista”, de maneira muito diferente do sentido original do termo.

Outra perspectiva sobre esse assunto que contribui para a compreensão do papel da mídia na conformação do clima político do país, a partir da análise do golpe de 1964, é a abordagem de Dias (2014). Ele realizou um estudo sobre o jornal *Folha de São Paulo* no período anterior ao golpe militar e correlacionou a opinião midiática

controle dos investimentos estrangeiros no país, por meio da regulamentação das remessas de lucros para o exterior.

⁸ Esse período foi marcado pela Guerra Fria, caracterizada pelas disputas estratégicas pelo comando da geopolítica mundial entre os Estados Unidos, representante do regime capitalista, e a União Soviética, símbolo do regime socialista. Esse clima de disputa influenciou a conjuntura brasileira, uma vez que os Estados Unidos temiam que o Brasil pudesse adotar um regime comunista, tendo em vista, inclusive, a proximidade com Cuba, que havia proclamado sua revolução socialista em 1959. Devido às reformas de base e à política externa mais independente do governo Jango, criou-se um medo irreal de ameaça comunista no país, que acabou por justificar o golpe militar de 1964. Ressalta-se que João Goulart era do Partido Trabalhista Brasileiro, o qual não recebia apoio do Partido Comunista.

com as pesquisas de Ibope feitas nas ruas acerca das reformas e do governo João Goulart.

Em sua pesquisa, Dias analisou manchetes, matérias e editoriais veiculados na *Folha de São Paulo* naquele período que faziam referências ao presidente João Goulart, por meio de sua suposta ligação com os comunistas e suas propostas de medidas consideradas revolucionárias. Seu objetivo era compreender a forma como esse veículo de imprensa influenciou a opinião pública de modo a problematizar a seguinte questão: os jornais criaram ou apenas difundiram o clima político de crise generalizada entre os setores conservadores?

[...] é importante discutir em que medida os jornais criaram ou apenas difundiram uma ideia generalizada, entre as camadas médias e setores conservadores da sociedade civil, de que o país avançava para o caos: inflação crescente, quebra de hierarquia nas Forças Armadas, avanço comunista, ampliação exagerada de benefícios às camadas populares (DIAS, 2014, p. 101).

Ele trabalha com a perspectiva de que os jornais ajudaram na difusão generalizada do caos na sociedade, não sendo os responsáveis pela criação do clima político. O autor enfatiza essa posição por também considerar o papel protagonista do leitor na análise e interpretação do que é veiculado na mídia, a partir de sua visão de mundo e expectativas de vida. Justamente por isso, Dias avalia as pesquisas de opinião do Ibope, que demonstraram que o apoio popular a João Goulart era muito maior do que o divulgado pela mídia da época, como será demonstrado mais adiante.

Para Dias, a imprensa teve um papel protagonista no desfecho desse episódio histórico, sobretudo na difusão de um discurso anticomunista. O autor menciona que esse discurso acompanhou os jornais desde o início do século XX, sobretudo em três grandes momentos históricos: 1935-1937; 1946-1950 e 1964, o que serviu, inclusive, para justificar golpes políticos e convencer a sociedade de medidas repressivas contra os movimentos de esquerda, associados, de algum modo, ao comunismo.

No caso específico de 1964, verificou-se que “o discurso anticomunista de a *Folha de S. Paulo*, apesar de sistemático, cresceu muito a partir de 1963, portanto, essa ideia de ‘ameaça comunista’ – real ou imaginária – era muito forte no período e teve contribuição significativa para o Golpe de 1964” (DIAS, 2014, p. 103).

Um exemplo de forte atuação do jornal *Folha de São Paulo* contra João Goulart e em prol dos militares foi o Comício da Guanabara, realizado em 13 de março de 1964. Nessa ocasião, o então presidente demonstra sua intenção de levar adiante, de forma rápida, as reformas de base, com destaque para a reforma agrária. A maneira como o jornal reagiu a tal episódio evidenciou sua posição política:

O comício de ontem, se não foi um comício de pré-ditadura, terá sido um comício de lançamento de um espúrio movimento de reeleição do próprio Sr. João Goulart. Resta saber se as Forças Armadas, peça fundamental para qualquer mudança deste tipo, preferirão ficar com o Sr. João Goulart, traíndo a Constituição, a pátria e as instituições. Por sua tradição, elas não haverão de permitir essa burla. (Folha de S.Paulo, 14/03/1964 apud GOMES, 2014, p.106).

Paralelamente às críticas ao governo João Goulart, os jornais demonstravam grande apoio às marchas de cunho conservador já aqui mencionadas, a exemplo da “Marcha da família com Deus pela liberdade”, ocorrida em São Paulo, que se colocavam contra as reformas de base.

Segundo Dias, esse posicionamento não pode ser visto como o grande responsável pela tomada de posição pelos militares, “mas, inegavelmente, foi muito importante - naquele momento de radicalização - para a tomada de posições” (DIAS, 2014, p. 109). Ele atribui o desfecho do golpe a um conjunto de elementos históricos que vão além do papel da imprensa, mas avalia que ela teve uma destacada função no sentido de legitimar o golpe militar, respondendo por difundir um clima político de caos favorável a este.

A sensação de indisciplina e caos era muito forte, porém, a ação da imprensa, que condenou de forma veemente a atuação do presidente Goulart, não pode ser vista como única responsável pela ação dos militares. Uma vez que não parece razoável imaginar que essa oficialidade tenha sido “manipulada” - tão intensamente e rapidamente - por notícias tendenciosas veiculadas pela imprensa. Provavelmente, as notícias alarmantes ou exigindo uma posição dos militares, tenham exercido um papel importante, não no sentido de formação de opinião, mas sim, para respaldar e legitimar a intervenção militar (DIAS, 2014, p.109-110).

Após a efetivação do golpe militar, o jornal destacou a deposição do presidente João Goulart como a defesa da lei e da democracia e o início do governo militar como marco de início de uma nova era, o fim de repúblicas populistas e o fortalecimento do liberalismo político e econômico.

Ainda sobre a questão da opinião pública, Dias menciona os números das pesquisas do Ibope acerca de João Goulart e suas medidas. A reforma agrária, por exemplo, era vista como uma medida necessária por mais de 60% dos entrevistados. Sobre uma possível reeleição do presidente, os índices também se mostraram muito favoráveis. No entanto, quando esses números apresentavam-se por grupos sociais, as respostas eram diferentes. “Os índices de acordo com os grupos sociais na cidade de São Paulo, nos quais verificou-se que, se entre os pobres, Goulart receberia 56% dos votos; entre os mais ricos ele teria apenas 23%, além de uma altíssima rejeição (72%)” (DIAS, 2014, p.118).

As informações veiculadas teriam influenciado o pensamento das camadas médias, elites e militares, reforçando perspectivas em que esses grupos já acreditavam. Entretanto, não se pode afirmar que essas ações foram suficientes para colocar a opinião pública contra Goulart. Esse autor assim conclui:

Existia, realmente, uma sensação de caos entre os militares, de baderna, de quebra da hierarquia, de indisciplina, de avanços comunistas. Entre as camadas médias, a visão de inflação alta e descontrolada, avanço das greves com apoio ou anuência do governo, benefícios exagerados aos pobres. Para os empresários, as Reformas de Base poderiam trazer prejuízos, os discursos de Goulart haviam se radicalizado, sobretudo em março de 1964, acusando esses grupos de sabotarem a economia, de trabalharem contra o país. Assim, provavelmente, a imprensa tenha apenas reproduzido o discurso desses grupos, servindo como um “amplificador” desse descontentamento (DIAS, 2014, p. 123).

A partir das perspectivas de Dantas e Dias, buscou-se apontar elementos que indicam a forma como a imprensa contribuiu na conformação do clima político do país no pré-golpe militar de 1964 e nos dias logo após. Nota-se que, seja por uma ou outra visão, a imprensa atuou para desestabilizar o governo João Goulart, difundindo um discurso anticomunista, como se Jango fosse comunista, e legitimando o governo militar perante a sociedade, como restaurador da ordem.

Além desse exemplo histórico, esse capítulo irá apresentar elementos sobre como a mídia atuou na conformação do clima político no período que antecedeu o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff e como as mídias sociais foram instrumentos importantes na disseminação do discurso de ódio nesse momento da conjuntura do país.

2.2 A ATUAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO NO PERÍODO ANTERIOR AO *IMPEACHMENT* DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF

A fim de tecer considerações sobre o papel da mídia na atualidade no que se refere à configuração do clima político no país no período anterior ao *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, utilizo a abordagem de Lima (2015) em sua reflexão sobre a “direita” e os meios de comunicação.

Para o autor, o viés ideológico direitista dos oligopólios de mídia não é um fato novo na história do Brasil. “Estamos lidando [...] com um velho comportamento, atualizado com os novos recursos da tecnologia de comunicação e consolidado pela formação de hábitos arraigados de consumo de entretenimento e de informação ao longo dos anos” (LIMA, 2015, p. 94). Seja nos relatos de fatos históricos, como o mencionado na seção anterior, seja nos dias atuais, os conglomerados de mídia afirmam-se geralmente como favoráveis à defesa da democracia representativa e da liberdade de expressão e contra a corrupção⁹.

Talvez, o novo elemento, segundo Lima, na atuação da mídia mais recentemente, seja uma incisiva desqualificação da política e dos políticos. “É no contexto dessa cultura política que as gerações pós-ditadura têm sido socializadas e formadas, mesmo não sendo usuárias diretas da velha mídia” (LIMA, 2015, p.99-100).

O interesse nesse tipo de desqualificação, na visão de Lima, advém da necessidade dos meios de comunicação em se legitimarem como mediadores entre a população e o espaço público, bem como se constituírem na única instituição com crédito para fazer esse tipo de mediação. Essa forma de agir traz inúmeras consequências às outras instituições democráticas, como afirma a seguir:

Ao agirem dessa forma, também boicotam as instituições representativas clássicas da democracia representativa – associações, sindicatos, partidos políticos – e colocam em questão, até mesmo, a necessidade de sua existência, além de implicitamente desestimularem – por inútil – a participação popular direta nestas instituições. Em resumo, trabalham contra a própria democracia em nome da qual se apresentam publicamente e que dizem defender (LIMA, 2015, p. 101).

⁹ Também em nome da defesa da democracia, os meios de comunicação de massa apresentam-se completamente avessos ao debate sobre regulação midiática, mesmo que a autorização acerca de seu funcionamento dependa de uma concessão pública do Estado.

Essa análise é fundamental para compreender a perspectiva de Lima sobre o papel da mídia na abordagem do Partido dos Trabalhadores (PT) desde o episódio do “mensalão”¹⁰, em 2005, até o desfecho do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, em 2016. Em sua visão, o fato mais relevante na construção da hegemonia política dos últimos anos foi a formação de uma linguagem nova, seletiva e específica, com a participação determinante da grande mídia, que passou a ser reproduzida pela maioria dos brasileiros, mediante a qual passaram a se referir tanto aos réus da ação penal n.470 como, mais recentemente, da “Operação Lava Jato”, sobretudo, se ligados ao Partido dos Trabalhadores.

O autor explica que palavras e expressões criadas e disseminadas exaustivamente pela mídia, como “mensalão”, “mensaleiros”, “partidos do mensalão”, “CPI do mensalão”, “valerioduto”, “silêncio dos intelectuais”, “homem da mala”, “doleiro do PT”, “conexão cubana”, “operação Paraguai”, “república de Ribeirão Preto”, entre outras, foram incorporadas ao cotidiano dos brasileiros e perderam sua ambiguidade original, sendo utilizadas até mesmo em pesquisas de opinião. “Esse movimento circular viciado produz não só aferições contaminadas da ‘opinião pública’ como induz o cidadão comum a uma percepção simplificada e muitas vezes equivocada do que realmente se passa” (LIMA, 2015, p. 109).

Ao longo dos últimos anos, a crise política foi transformada no “maior escândalo de corrupção da história do país”, confirmando-se a seletividade da cobertura jornalística desde o episódio do “mensalão”, em 2005. Segundo Lima (2015, p. 109),

Nos últimos anos, “mensalão” passou a ser “um esquema de corrupção” e tornou-se “mensalão do PT”, enquanto situações idênticas e anteriores, raramente mencionadas, foram identificadas pela geografia e não pelo partido político (“mensalão mineiro”). Como resultado foi se construindo sistematicamente uma associação generalizada, seletiva e deliberada entre corrupção e os governos Lula e o PT, ou melhor, seus filiados e/ou simpatizantes.

Em uma analogia, o autor afirma que as palavras “petistas” e “mensaleiros” mencionadas pela mídia atual passaram a equivaler a “comunistas”, “subversivos” e “terroristas” no período da ditadura militar no Brasil (1964-1985). As primeiras

¹⁰ Nome atribuído pela mídia aos casos de pagamento de propina feito a parlamentares para a aprovação de projetos durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

palavras mencionadas passaram a designar inimigos públicos e a ser sinônimos de corruptos e desonestos.

Lima (2015, p.111) conclui sua análise afirmando que o viés direitista, entendido aqui como uma singular combinação entre privatismo e patrimonialismo, dos oligopólios de mídia, alça um poder ainda maior devido à chamada “midiatização penal”, a saber, “a interferência direta na operação da Justiça e na construção de uma ‘jurisprudência de exceção’”. As consequências desse processo indicam para o risco do processo democrático e a brutalização das relações sociais.

Uma análise que complementa essa perspectiva é a de Biroli (2017) ao avaliar a crise, a mídia e o golpe no contexto da destituição da presidente Dilma Rousseff em 2016. A autora afirma que a crise e o golpe, embora se organizem em diversos eixos e a partir de motivações diferentes dos atores sociais envolvidos no processo, são apresentados de forma bastante homogênea pelos meios de comunicação:

Os temas predominantes são a corrupção e a crise econômica. A falta de sustentação e a incapacidade política de Rousseff para manter o apoio no Congresso foram apresentadas como um subtexto do segundo tema; teríamos um governo fraco para superar a crise (econômica) na direção presumida largamente, nos mesmos veículos, como a correta (BIROLI, 2017, p. 31).

A autora lembra que em outros momentos de crise na história do Brasil, como o momento que precedeu ao golpe de 1964, a centralidade da corrupção apareceu para encobrir os interesses que estavam em jogo. “Contra a corrupção, seriam mobilizados valores que estariam acima e à parte do jogo político: lisura, transparência, honestidade” (BIROLI, 2017, p. 32).

Em sua perspectiva, um fator central que culminou na crise política de 2016 foi o intenso fluxo de informações e notícias sobre a “Operação Lava-Jato” apresentado pela mídia desde 2014. Os investigadores dessa operação passaram a figurar nos veículos de comunicação como aqueles que revelaram a verdadeira face da política brasileira. Tal como Lima, Biroli menciona a seletividade da mídia ao atribuir o fenômeno da corrupção a governos petistas.

A cientista política elenca alguns possíveis motivos que podem explicar, em termos conjunturais, o papel da mídia na crise e no golpe de 2016. Um deles foi que a atuação dos grandes grupos midiáticos, desde a crise do “mensalão”, organizou-se

em torno de denúncias de corrupção com foco no PT e em favor de determinados candidatos e grupos, mas a estratégia “foi frustrada pelas urnas, ao menos no que se refere às eleições presidenciais recentes – 2006, 2010, 2014” (BIROLI, 2017, p. 32).

Com a vitória de Dilma Rousseff nas eleições de 2014, acentuou-se, então, um segundo discurso, o de que ela era incapaz de superar a crise econômica pela qual passava o país. “Pouco a pouco, os discursos passam a ser de normalização da exceção, isto é, de justificação para a interrupção do governo eleito e/ou para a deposição de Dilma Rousseff [...]” (BIROLI, 2017, p. 33).

Outro motivo levantado é que, para além dos grupos midiáticos, grupos empresariais não identificaram no governo Dilma Rousseff a capacidade ou vontade de fazer valer seus interesses no grau e na forma desejados. “Trata-se aqui da incidência mais direta de grupos de interesse na esfera governamental, em busca de transformar seus interesses em decisões ou de evitar decisões que lhes seriam desfavoráveis” (BIROLI, 2017, p. 33).

Biroli aponta para a mínima mudança governamental em relação à distribuição de investimentos à mídia no Brasil, frisando que durante os governos petistas não houve alteração no padrão de concentração midiática no país nem redução de investimentos em publicidade na grande mídia. No entanto, houve investimentos estatais em veículos de menor porte, blogs e mídias alternativas que iam de encontro às opiniões dos grandes meios de comunicação. Assim, embora a concentração midiática tenha sido mantida, houve uma pequena fragmentação e menor homogeneidade de veículos de mídia do que em outros períodos.

Como conclusão de sua análise, a autora afirma que a hegemonia da grande mídia continua na atualidade, conforme demonstrado nos argumentos anteriores. No entanto, o cenário político conta também com o advento das redes sociais na conformação do ambiente da crise e do golpe:

[...] a hegemonia da mídia empresarial permanece. Ela foi, sem dúvida, fundamental na conformação do ambiente político da crise e do golpe. O ambiente das redes é relevante para se compreender os novos padrões dos conflitos e controvérsias. Permite articulações e recursos expressivos que incidem sobre o ambiente político, ao menos potencialmente, mas não é um universo paralelo no qual a trinca (mídia-política-capital) não incidiria. Longe disso. É esse o quadro complexo que nos desafia (BIROLI, 2017, p. 34).

Para concluir este capítulo, é de fundamental refletir sobre o papel das redes sociais na conformação do clima político do país em especial no caso da crise política e destituição da presidente Dilma Rousseff. Foi por meio dessas redes que os discursos de ódio foram mais disseminados e propagados, configurando uma conjuntura de intolerância e hostilidade na sociedade brasileira.

2.3 REDES SOCIAIS E A DISSEMINAÇÃO DO DISCURSO DE ÓDIO

Para iniciar a análise da disseminação do discurso de ódio a partir das redes sociais no contexto atual da conjuntura brasileira, é preciso compreender um pouco o que significa o discurso de ódio em si e como ele tem se disseminado pela internet e mais especificamente nas redes sociais.

Segundo Andrade e Pischetola (2016), conceituar o ódio não é uma tarefa fácil. Ele aparece como um sentimento de raiva ou expressão de violência ou, numa perspectiva mais simplista, como uma incapacidade de amar. Nessa linha, o ódio seria entendido como a falta de bons sentimentos. Outra possibilidade conceitual, conforme o Dicionário da Academia Brasileira de Letras apresenta, é o ódio como repugnância, aversão e antipatia, não sendo um sentimento passageiro, mas intenso, profundo e duradouro.

Na perspectiva dos autores em questão, o ódio vai além de uma questão sentimental abstrata, mas se torna concreta no âmbito do discurso, que é preparado intencionalmente por meio da linguagem verbal:

O discurso do ódio seria, segundo a compreensão assumida em nossa análise, irracional (sem razões éticas suficientes que o sustente), mas racional (com discurso e argumento fortemente articulados). Assim, o ódio é um fenômeno que precisa ser admitido e desmontado em sua fragilidade ética. Em geral, ele é, do ponto de vista argumentativo, frágil, mas não se deve menosprezar sua capacidade de destruição das relações sociais, de deturpação dos conhecimentos sistematizados e rigorosos (ANDRADE; PISCHETOLA, 2016, p. 1381).

O suposto anonimato, a ausência de um interlocutor presencial e o isolamento no momento de construir argumentos tornam as mídias sociais um ambiente muito propício para a disseminação e amplificação desse tipo de discurso.

Meyer-pflug e Leite (2016) caracterizam o discurso do ódio como a manifestação de ideias que incitam a discriminação racial, social e religiosa em relação a determinados grupos, que são desprezados por possuírem características comuns.

Essas expressões de ódio ferem a dignidade humana na medida em que diminuem a autoestima das pessoas atingidas.

Nas redes sociais, esse discurso ganha relevância devido à velocidade de disseminação das informações. Em pouco tempo, qualquer pessoa do mundo pode ter acesso àquele conteúdo de intolerância. Na visão de Meyer-pflug e Leite, a penalização desse tipo de prática nas redes sociais é muito difícil justamente por ser dirigida a grupos:

É preciso deixar claro que o Discurso do Ódio é voltado para um grupo e não para uma pessoa específica, e, portanto, fica mais difícil caracterizá-lo e até mesmo penalizá-lo, na exata medida em que ele não é destinado a uma pessoa em específico, mas sim a uma qualidade que ela possui e que a faz ser integrante de um determinado grupo (2016, p. 89).

No Brasil, pesquisas recentes comprovam o crescimento da intolerância e do ódio nas redes sociais. Segundo o “Dossiê intolerâncias visíveis e invisíveis no meio digital” (COMUNICADA QUE MUDA, 2016), que analisou as redes sociais Facebook, Twitter e Instagram, além de páginas de blogs e comentários de sites da internet, entre os meses de abril e junho de 2016, houve um crescimento de intolerâncias de diversos tipos nesse ambiente.

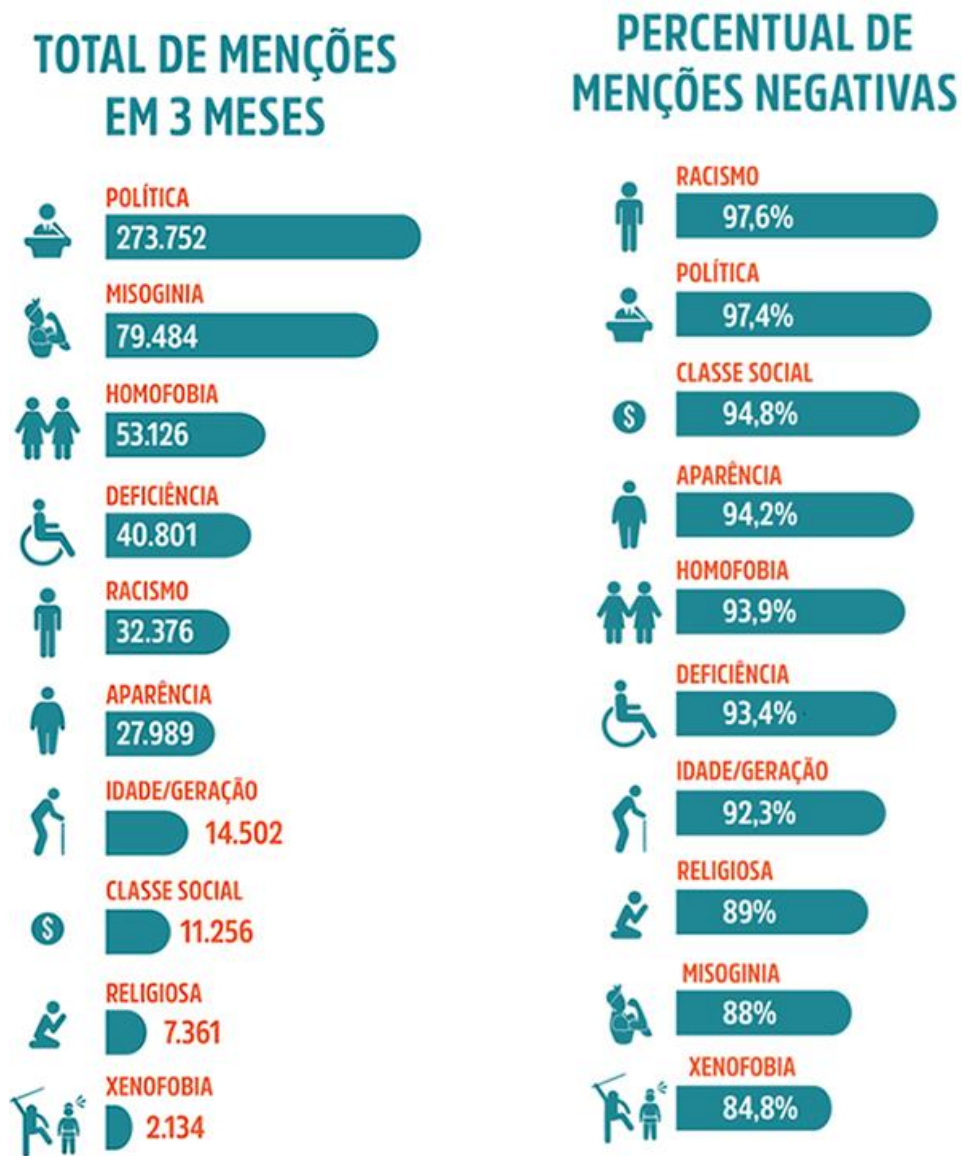
O estudo monitorou dez tipos de intolerância nas redes sociais em relação à aparência das pessoas, às suas classes sociais, às inúmeras deficiências, à homofobia, misoginia, política, idade/geração, racismo, religião e xenofobia. Toda vez que alguma palavra ou expressão referente a esses assuntos aparecia em um dos canais acima citados, a postagem era recolhida e analisada por meio de um software de monitoramento, o Torabit.

Foram analisadas 542.781 menções nas redes e em todos os temas mencionados as abordagens negativas estão acima de 84%, o que indica elevado índice de intolerância na abordagem a esses assuntos. “[...] os comentários positivos, ou neutros, sobre esses dez temas nas redes são diariamente encobertos por uma torrente de comentários negativos” (COMUNICA QUE MUDA, 2016, p. 5).

Os temas que mais apresentaram menções negativas são os que tratam de racismo, com 97,6%, e de política, com 97,4%. Segundo o Dossiê, as palavras analisadas exprimem intransigências, ataques e zombarias em relação a assuntos e pessoas, sendo elas públicas ou não. Ao analisar a intolerância pela maior audiência,

destaca-se a política com quase 274 mil menções, mais de três vezes superior à misoginia, que aparece em segundo lugar, com quase 80 mil menções. A seguir, estão os gráficos que apontam a totalidade dos resultados desse estudo:

Figura 1 – Total de menções sobre os temas passíveis de intolerância e os percentuais de menções negativas por tema



Fonte: COMUNICA QUE MUDA, 2016, p. 6-7

Outro dado interessante divulgado nessa pesquisa é a comparação da quantidade de menções intolerantes por Estado da Federação. Em números absolutos, o Rio de Janeiro é o que aparece com maior número, mais de 58 mil menções – 0,352%, segundo lugar na proporcionalidade em relação à sua população, que é de 16,5

milhões. Proporcionalmente, o Distrito Federal é o mais intolerante, com mais de 11 mil menções (0,411%). São Paulo, que é o segundo em números absolutos, com 50 mil menções, está em sétimo lugar em proporcionalidade (0,114%).

Esses números revelam o quanto a política no país está sendo vista, também, a partir de um forte viés de intolerância nas redes sociais. Esse fenômeno não pode ser compreendido de modo separado do papel que a mídia convencional tem cumprido na conformação do clima político do Brasil nos últimos períodos. Há uma conexão entre o discurso midiático hegemônico e sua amplificação em forma de intolerância pelas redes sociais.

Silveira (2015) faz uma reflexão bastante interessante sobre a ambivalência das redes sociais e sua apropriação por grupos intolerantes e que disseminam ódio e preconceito. Ao mesmo tempo em que caíram os custos para ser um comunicador, aumentaram as dificuldades para ser visto, lido e ouvido. As redes passaram a ser ocupadas por grupos religiosos, políticos e culturais de estilos muito diferentes, inclusive os que são contra a democracia, a liberdade e os direitos humanos. Dessa forma, a internet não é um espaço de uma causa única. Entretanto, deixa de ser uma arena democrática se os princípios da democracia passam a ser atacados nesse espaço.

O baixo custo das publicações e a possibilidade de atingir milhões de pessoas, contudo, fez com que muitas causas fossem levadas às ruas a partir da mobilização das redes, não sendo necessariamente causas de esquerda ou progressistas, muitas vezes, ao contrário. Sem contar que, a partir de um dado momento, empresas especializadas a serviço de um ou outro grupo político profissionalizaram o uso das redes para a proliferação de suas mensagens, ampliando ainda mais as possibilidades de alcance desses grupos.

Para comprovar que a esfera pública não pode mais ser observada sem a dinâmica da internet, Silveira cita uma pesquisa realizada pelo Comitê Gestor da Internet, a qual demonstra que, em 2015, 74% dos brasileiros conectados utilizavam redes sociais, sendo o Facebook a principal delas. Diante desse cenário, nota-se um campo fértil para a ampliação do poder de mobilização de diversos grupos, inclusive os chamados de direita, bem como para a destruição das históricas conquistas da esquerda em torno dos temas da cidadania e dos direitos básicos.

Conforme Silveira, a desconstrução da prática e do pensamento de esquerda nas redes sociais se dá pelos seguintes tipos de conteúdos para os *memes*¹¹: “[...] as forças de esquerda trouxeram a corrupção como prática de governo; [...] a esquerda faz políticas para beneficiar pobres que não querem trabalhar; [...] os direitos humanos são para os criminosos continuarem impunes” (SILVEIRA, 2015, p. 224). Como os partidos de esquerda, em geral, deixaram de priorizar um trabalho de conscientização em torno de suas pautas, como a luta pela igualdade e equidade entre os cidadãos e cidadãs para uma vida mais digna, essas falas do senso comum passaram a se generalizar no espaço das redes. Ainda para caracterizar a participação da direita nas redes sociais, o autor afirma que:

A direita na rede aprendeu a trabalhar com seus valores reforçando o senso comum construído em anos e anos de opressão das periferias, dos jovens negros e pobres, enfim da exploração do trabalho alheio e do uso da máquina do Estado para ampliar seus negócios privados. A direita combina diversos tipos de discursos, do humor que satiriza o pobre, o fraco e o diferente, ao discurso genérico contra as injustiças. Injustiça é algo que depende da definição de justiça, mas a direita não se priva de utilizar até frases de líderes da esquerda e da luta contra o racismo nos Estados Unidos e na África do Sul. Os *memes* da direita capturavam pessoas que não se identificavam com sua agenda, mas queriam um mundo melhor e acreditam em uma sociedade mais justa (SILVEIRA, 2015, 225).

Após as eleições de 2014, na qual Dilma Rousseff foi vencedora, as lideranças de direita passaram a mobilizar pessoas a partir de um discurso que ia do neoliberalismo no plano econômico a uma intolerância política extrema, que reivindicava até mesmo a intervenção militar. Nas redes sociais, houve o engajamento de uma “nova direita”, entre as quais podem ser citadas as páginas: Revoltados ON LINE, Vem Pra Rua Brasil, Folha Política, Movimento Brasil Livre¹², TV Revolta, Movimento Contra Corrupção, FORA PT, Olavo de Carvalho, OCC – Organização de Combate à Corrupção, Movimento Contra Corrupção e Partido Novo.

A reflexão final de Silveira contribui para a compreensão dos acontecimentos que viriam acontecer ao longo de 2015 e 2016 e que culminaram no afastamento de Dilma Rousseff:

¹¹ *Meme* é uma expressão usada para apresentar um conceito de imagem, vídeos, gifs e/ou relacionados ao humor, que se espalha via Internet.

¹² Chama a atenção o uso paradoxal do adjetivo livre em se tratando de um movimento conhecido pelas práticas explícitas de censura e violência.

[...] as redes permitiram que uma direita mais conservadora, pouco expressiva no próprio parlamento e na mídia tradicional, mas com forte capacidade de mobilizar o senso comum e expressões de ódio e preconceito, reunisse pessoas dispersas e avançasse na articulação de adeptos. A atividade é a essência da mobilização em rede (SILVEIRA, 2015, 229).

Dessa forma, o cunho das mobilizações de rua a favor do *impeachment* de Dilma Rousseff já carregava todo esse arcabouço de senso comum arcaico, algo que se pode postular como mais grave do que o mero “conservador”, construído tanto pela mídia convencional como pelas redes sociais, o que contribui enormemente para a gestação do discurso do ódio no período analisado por essa monografia.

3 CONCEITOS E REFLEXÕES PARA COMPREENDER O DISCURSO DE ÓDIO

Nesse capítulo, fundamento teoricamente as categorias de análise utilizadas para a compreensão da construção do discurso de ódio no período anterior ao *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Para isso, serão apresentados e discutidos alguns conceitos como gênero e aporofobia, ao mesmo tempo em que se propõe a reflexão sobre os fenômenos do lulismo, do antipetismo, da moralização e da corrupção. Esse aprofundamento é importante, pois no próximo capítulo será feita a análise das cartas dos leitores, nas quais será evidenciado o que emerge do presente instrumental teórico.

3.1 GÊNERO, MISOGINIA E RELAÇÕES DE PODER ENTRE OS SEXOS NO ESPAÇO POLÍTICO

A categoria gênero constitui-se a partir de um vasto campo de estudos. Para a finalidade desta monografia, será feito um recorte teórico que irá abordar, além de algumas questões conceituais fundamentais para a compreensão do tema, as dificuldades encontradas pelas mulheres em sua inserção no cenário político e a perpetuação das desigualdades de gênero ao longo do tempo. A escolha por esse recorte teórico teve a intenção de subsidiar, de maneira mais efetiva, a análise das cartas dos leitores que tratam especificamente da presidente Dilma Rousseff no período anterior a seu *impeachment*.

A fim de entender algumas questões relevantes do ponto de vista conceitual da categoria gênero, será utilizada como referência Scott (1995). Segundo essa autora, a definição de gênero possui duas partes que se interconectam entre si: “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1995, p.86).

Sobre a parte que trata do gênero como constituinte das relações sociais baseadas nas diferenças de sexos, a autora destaca elementos relacionados entre si que dão concretude a essa perspectiva. Um deles são as representações simbólicas amplamente socializadas culturalmente, que se apresentam na maioria das vezes de maneira dual. Esse é o caso, por exemplo, das personagens bíblicas Maria e Eva, símbolos femininos compreendidos a partir da oposição binária entre o sagrado e o profano. Em geral, essas representações de gênero apresentam-se simbolicamente

de forma contraditória na sociedade e povoam o imaginário social sobre o tema. A mulher é ou Maria (a virtuosa) ou Eva (a pecadora); não poderia ser ambas. De uma forma ou de outra, não se desconhece a mulher real, mas se constrói um mito do que seja o feminino, inevitavelmente falacioso e enclausurador, que obstaculiza, na prática, a realização de uma vida plena e digna daquelas do sexo feminino.

Outro elemento são os conceitos disponíveis em doutrinas religiosas, científicas, educativas e políticas que reafirmam a oposição binária entre mulheres e homens. Nesse caso, a posição dominante masculina aparece como a única possível, sendo aparentemente fruto de um consenso e não de conflitos ininterruptos que subjagam as mulheres. Como exemplo, Scott cita a ideologia vitoriana da “mulher do lar”, alvo de inúmeras divergências de opinião, mudanças históricas, mas que ainda povoa a mente de muitos e muitas.

Uma outra questão importante para compreender como as diferenças entre os sexos se apresentam nas relações sociais é a inserção dessa temática no âmbito político e nas organizações e instituições sociais. Nas sociedades modernas, o mercado de trabalho foi sexualmente dividido, bem como a educação e o sistema político. Nesse último caso, o voto universal unicamente para homens consistiu durante muito tempo no símbolo dessa segregação de gênero.

A identidade subjetiva é, para Scott, mais um dos elementos na compreensão da categoria gênero, a qual se relaciona à construção do poder em si. O gênero legitima diferenciações nas diversas sociedades e “é, portanto, um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana” (1995, p. 89).

Para exemplificar essa noção, a autora busca situações históricas em que o gênero foi utilizado para criticar ou justificar monarquias ou expressar relações entre governantes e governados. A ligação entre regimes autoritários e o controle das mulheres é flagrante e Scott (1995, p. 90-91) reflete sobre essa situação da seguinte maneira:

Num momento crítico para a hegemonia jacobina durante a Revolução Francesa, na hora em que Stalin tomou o controle da autoridade, na época da operacionalização da política nazista na Alemanha ou do triunfo aiatolá Khomeiny no Irã, em todas essas circunstâncias, os dirigentes que se afirmavam, legitimavam a dominação, a força, a autoridade central e o poder soberano identificando-os ao masculino (os inimigos, os “outsiders”,

os subversivos e a fraqueza eram identificados ao feminino), e traduziram literalmente esse código em leis que colocam as mulheres no seu lugar proibindo sua participação na vida política, tornando o aborto ilegal, proibindo o trabalho assalariado das mães, impondo códigos de vestuário às mulheres.

Ressalta-se que essas medidas de controle do feminino por parte do Estado também são percebidas em regimes democráticos, não apenas nos autoritários, revelando que o poder jamais foi distribuído simetricamente entre homens e mulheres na quase totalidade das sociedades conhecidas. Para Scott, gênero e poder político estão completamente imbricados:

O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político foi concebido, legitimado e criticado. Ele se refere à oposição masculino/feminino e fundamenta ao mesmo tempo seu sentido. Para reivindicar o poder político, a referência tem que parecer segura e fixa fora de qualquer construção humana, fazendo parte da ordem natural ou divina. Desta forma, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se, os dois, parte do sentido do poder, ele mesmo. Colocar em questão ou mudar um aspecto ameaça o sistema por inteiro (SCOTT, 1995, p. 92).

Os apontamentos conceituais feitos por Scott colocam gênero como uma categoria de análise histórica que trata, ao mesmo tempo, de relações sociais e de relações de poder tendo como ponto de partida as diferenças entre os sexos. O gênero demarca as relações sociais do ponto de vista do imaginário cultural, simbólico e conceitual, bem como a partir das relações políticas e de identidades subjetivas. Ao mesmo tempo, o gênero demarca a hierarquia de poder no âmbito do Estado, seja em regimes autoritários ou democráticos.

De posse desses elementos, pode-se avançar para o tema da perpetuação dessas diferenciações a partir do sexo ao longo da história, chegando ao ponto de se reproduzir uma cultura misógina, caracterizada pelo ódio e aversão às mulheres e ao feminino. Essa reflexão é feita de forma bastante assertiva por Rago (2001), que busca as raízes históricas desse fenômeno ao mesmo tempo em que propõe, alternativamente, a construção de uma cultura filógina, baseada na estima e valorização das mulheres, algo que ainda se coloca no horizonte das expectativas não atingidas.

Segundo a autora, o estereótipo das feministas como mulheres amarguradas, sem perspectivas e dessexualizadas ou lésbicas é de longa data. Esta foi a imagem que se sobrepôs no imaginário social: a da feminista feia, masculinizada, infeliz e

rejeitada sexualmente pelo homem. Para além dessa constatação, Rago busca investigar o porquê da perpetuação desse estigma sobre essas mulheres e também compreender o que esse estereótipo tem a dizer sobre o lugar do feminino na cultura ocidental.

Reconhecer que até mesmo nos dias atuais há uma associação persistente entre feminismo e lesbianismo bem como histeria e incapacidade de manter relações sexuais com um homem significa compreender que há interpretações históricas muito distintas sobre o que significa ser mulher. É necessário buscar explicações sobre os motivos que fizeram essas perspectivas misóginas serem tão amplamente aceitas ao longo dos séculos, ao passo que as diversas conquistas com vistas à emancipação feminina, como os direitos civis, políticos, econômicos e sexuais, não se apresentam de forma tão evidenciada no imaginário social quando se trata de enaltecer a luta feminista.

Rago compreende esse fenômeno como a autonomização das ideias, pelo qual o passado e o presente se descontextualizam e se descolam. Seria um processo de eliminação da historicidade ou de naturalização que, em verdade, cria uma fantasia:

Como se se operasse um profundo corte entre gerações imediatamente sucessivas, o que é proposto de maneira impactante e conflituosa por uma, é vivido pelas seguintes com naturalidade, como ordem natural do mundo, esquecendo-se a dimensão da luta realizada para sua conquista e tachando-se o movimento originário de “derrotado” (RAGO, 2001, p. 58).

A perda da historicidade no caso do movimento feminista significa reconhecer que houve muitos avanços para as mulheres em termos de participação em espaços sociais antes inexistentes ou proibidos, como a ocupação de cargos públicos, bem como mudanças nas relações de gênero, o que possibilitou uma vida em maior equidade com os homens. No entanto, esse reconhecimento não implica em apontar o feminismo como o grande impulsionador dessas mudanças positivas.

A entrada maciça das mulheres na esfera pública, principalmente nos últimos 30 anos, proporcionou a chamada “feminização da cultura”, caracterizada pela incorporação de valores, ideias e concepções típicas do mundo feminino ao mundo masculino, mas não proporcionou, por isso, uma valorização do feminismo nem uma adesão a ele.

Para compreender esse fenômeno, a autora busca enunciar e denunciar os mecanismos sutis de desqualificação e humilhação social em relação às mulheres e à cultura feminina na sociedade atual. Ela entende que as estratégias de aniquilamento e neutralização das conquistas femininas são sofisticadas e imperceptíveis à primeira vista, sendo fundamental a exteriorização desse fenômeno.

Em primeiro lugar, é importante registrar que ao mesmo tempo em que o feminismo abriu perspectivas para um amplo setor da humanidade, também trouxe angústias e medos a outros setores. Na avaliação de Rago,

Esse movimento, ao lado da crescente entrada das mulheres no mundo público, questionou categorias de significação e explicação sociais amplamente aceitas, mostrando sua dimensão falocêntrica, e provocou uma profunda desestabilização das referências sexuais e culturais ao longo do século XX, em várias partes do mundo. Nas quatro últimas décadas, forçou a incorporação das reivindicações colocadas na agenda pública e obrigou a sociedade a perceber e discutir a “questão feminina”. Desestabilizou as tradicionais definições das identidades de gênero – que destinavam rigidamente o espaço público para os homens e o privado para as mulheres -, revelando a hierarquização, as relações de poder e a misoginia nelas contida (2011, p. 61).

As reações ao feminismo no campo científico e político foram as mais diversas possíveis em todo o mundo. Houve, também, teorias filóginas, que viam com boa aceitação e como um fator positivo a inserção da cultura feminina no espaço público, ainda que, neste caso, mantivessem uma imagem idealizada da mulher; assim como tiveram destaque as teorias misóginas, com bem maior ressonância no Brasil até os anos de 1960.

Segundo Rago, desde a instalação da República no Brasil e do início da industrialização até o final do século XIX, a maior parte dos formadores de opinião do país – jornalistas, juristas, ativistas políticos, médicos, escritores – reagiram de forma negativa a tudo que pudesse desestabilizar as relações históricas entre homens e mulheres, fundadas na divisão sexual do trabalho. “Para eles, a desestabilização das antigas fronteiras de gênero destruiria a antiga organização familiar e as definições tanto da feminilidade quanto da masculinidade” (RAGO, 2001, p. 63).

No campo científico, destacou-se o papel dos médicos na redefinição da sexualidade feminina ao atribuir a suas características anatômicas supostos limites

físicos, intelectuais e morais para sua integração à vida pública. A legitimação do discurso científico sobre a incapacidade feminina de pensamento e discernimento foi um fator que contribuiu para excluir as mulheres do campo da esfera pública no país por longo tempo:

Nesse sentido, o saber médico informou uma série de práticas autoritárias e misóginas, que permitiram justificar objetivamente a exclusão das mulheres de inúmeras atividades políticas, econômicas e sociais, para não dizer das sexuais, estigmatizando aquelas que, como as feministas, se colocaram na contramão. Ao mesmo tempo, propôs alternativas para um reajustamento das relações de gênero, mantendo inalteradas as formas da dominação masculina (RAGO, 2001, p. 63).

Embora tenha ocorrido essa exclusão, são inegáveis as mudanças, sobretudo a partir dos anos de 1970, na cultura feminina e seu impacto no campo da política, ciência e sexualidade. Os estudos feministas marcam a produção de conhecimento sobre o tema, inserindo a perspectiva feminina na narrativa histórica, onde elas estariam, até então, invisibilizadas. No campo político, o feminismo denunciou a falsa igualdade do contrato liberal e propôs a perspectiva do reconhecimento das mulheres como sujeitos pela diferença e não pela igualdade, diferença esta que não subalternizaria a mulher, mas a afirmaria em sua singularidade.

No âmbito da sexualidade, as mulheres politizaram o debate público-masculino e privado-feminino, desfazendo muitas barreiras em torno dessa questão. A sexualidade foi uma discussão que passou a ser assumida publicamente na sociedade, tornando os pressupostos de lícito e ilícito passíveis de questionamentos. A par da luta pela liberdade sexual e pelo direito ao prazer também para as mulheres (“meu corpo, minhas regras”), perversamente, o discurso masculino projetou a “sensualidade tropical” de modo que muitas mulheres, não-brancas, eram exaltadas sexualmente, mas não como emblema de libertação e sim como objetos. Nessa condição, a “mulata tipo exportação” fazia grande sucesso, mas se mantinha a grande parte das mulheres excluídas dos espaços na esfera pública.

É preciso levar em conta a tradição política autoritária e clientelista de nosso país, onde nunca se formou uma clara noção de esfera pública moderna e de direitos do cidadão. Aqui, as mulheres sempre foram vistas como muito mais irracionais do que os homens pobres, porque foram consideradas como muito mais sensuais e sexualizadas do que as dos países de tradição puritana (RAGO, 2001, p. 64).

É curioso ressaltar que até pouco tempo atrás a “mulher pública” era sinônimo daquela cujo corpo era vendido para o prazer de todos os homens, a prostituta; enquanto “homem público” dizia respeito àquele que se destacava nos debates políticos de seu tempo e os influenciava. O lugar “natural” das mulheres era o interior das casas, em geral cercada de muros altos, para não serem vistas pelos passantes. As mulheres que circulavam pelas ruas eram as escravas, criadas e prostitutas. As sinhás ou as patroas saíam muitíssimo raramente e sempre acompanhadas. Dentro de casa, nem sempre as mulheres apareciam para as visitas. Nas classes populares, porém, a gramática moral era bastante diferente até mesmo porque todas as mulheres pobres precisaram trabalhar desde crianças, nas casas de outros, muitas vezes. O sofrimento por assédio e violências sexuais que sofriam da parte de seus senhores, o pai e o filho, era conhecido. Aos poucos, a sociedade criou a cisão entre “mulheres de bem” e “mulheres da vida”. Toda mulher, de qualquer classe social, com ambições de se afirmar para além da doméstica e de seu papel de submissão diante do homem, recebia o escárnio social e era moralmente desclassificada.

A naturalização de tais práticas sociais sem levar em conta as circunstâncias históricas são mecanismos fundamentais para a perpetuação da misoginia, em que pese também ser possível se ver em uma perspectiva otimista um pensamento diferencial em relação ao feminino, fruto das lutas feministas, que tendem a contribuir para a construção de um mundo filógeno.

Para finalizar a reflexão sobre gênero, será apresentada a perspectiva de Biroli e Miguel (2010) sobre a sub-representação das mulheres na esfera pública, entendida por esses autores como um problema, visto que nas democracias existentes constata-se que as promessas de inclusão universal não são cumpridas e há padrões de concentração de poder que se reproduzem. Compreender o conceito de gênero por essa perspectiva ajuda a entender a maneira peculiar como foi tratada a presidente Dilma Rousseff no período anterior ao seu *impeachment*.

Esses autores apresentam as principais vertentes que trazem explicações sobre a sub-representação política das mulheres, a saber: a que enfatiza o caráter patriarcal das instituições políticas liberais; a que analisa os padrões culturais que apresentam o espaço político como masculino, inibindo o surgimento da ambição política entre

as mulheres; e a que aborda as questões estruturais que dificultam a participação política das mulheres, como a limitação econômica e de tempo.

A primeira vertente, que trata da relação entre patriarcalismo e liberalismo, aponta a contradição existente no liberalismo, que possui como princípio os direitos universais e iguais para todos, mas na prática apresenta situações concretas de exclusão e subordinação. Conforme Biroli e Miguel, a divisão sexual do trabalho promove posições diferentes para mulheres e homens tanto no âmbito público quanto no privado. “A subordinação e a dependência impostas às mulheres, concretizadas pela divisão sexual do trabalho, permeiam as diversas esferas da vida e explicitam as conexões entre elas” (BIROLI; MIGUEL, 2010, p. 657).

Essa perspectiva teórica, oriunda sobretudo dos estudos de Carole Pateman, denomina essa contradição de liberalismo patriarcal e denuncia que o liberalismo não é capaz de incorporar os que são marcados pela diferença, ou seja, os que fogem ao que a racionalidade e a moralidade burguesa classificam como normal. Nas relações de troca do liberalismo, portanto, não existe necessariamente a satisfação mútua das necessidades dos sujeitos envolvidos, mas sim uma subordinação de interesses, como é o caso dos contratos de trabalho e do matrimônio. “É a subordinação (dos empregados aos proprietários e das mulheres aos homens) que está na raiz deles, produzindo as condições – jurídicas e culturais – que permitem a dominação continuada de alguns indivíduos por outros” (BIROLI; MIGUEL, 2010, p. 658).

No patriarcado moderno, a concepção de um indivíduo livre convive com a naturalização da subordinação das mulheres à esfera privada. Esse tipo de patriarcado estrutura as relações de poder na sociedade moderna e possui duas dimensões, a paternal e a masculina, conforme explicado pelos autores:

A dimensão paternal (pai/filho), que fundamenta a autoridade política na autoridade paterna, e a dimensão masculina (marido/mulher), que fundamenta a subordinação das mulheres aos homens. Esta última se mantém vinculada a características estruturantes da política moderna, das quais pelo menos duas são centrais à nossa discussão: a oposição entre público e privado, que pressupõe que seja possível uma esfera pública política de indivíduos autônomos, silenciando sobre as relações de subordinação (e mesmo violência) na esfera privada; e a oposição entre a razão e os afetos, dos quais é parte importante a dualidade entre pensamento (abstrato) e corpo (particular). A divisão entre público e privado, civil e familiar, é a divisão entre a razão masculina e o corpo feminino (BIROLI; MIGUEL, 2010, p. 659).

Os autores afirmam enfaticamente que a cidadania incompleta das mulheres foi um pilar fundamental do liberalismo e não apenas um desvio no decorrer no caminho. “O significado da liberdade civil que caracteriza a vida pública depende de seu contraponto, a sujeição natural que caracteriza o domínio privado” (BIROLI; MIGUEL, 2010, p. 661).

Para os autores, a cidadania universal corresponde à exclusão das mulheres, pois ela apaga as relações de gênero nas sociedades liberais, que são organizadas justamente por essa oposição entre público e privado, publicidade e intimidade, liberdade e subordinação. Dessa forma, “as democracias devem ser reestruturadas com a diferença sexual em mente” (BIROLI; MIGUEL, 2010, p. 660) e a inclusão das mulheres precisa considerar mudanças institucionais e estruturais das democracias.

Outra abordagem teórica para compreender a sub-representação política das mulheres trata de gênero e ambição política. Essa vertente busca entender quais fatores impedem que as mulheres prossigam na ascensão da carreira política e ocupem posições de poder. Embora a questão do acesso ao voto pelas mulheres tenha sido superada na maioria dos países, a sua participação nos cargos políticos ainda é uma questão problemática.

Essa vertente teórica indica que as mulheres possuem dificuldades de gerenciar sua carreira política principalmente devido às suas obrigações domésticas, que impedem que haja uma dedicação tão grande à política como no caso dos homens. À medida que aspiram a cargos maiores, em âmbito federal, por exemplo, as mulheres tendem a aderir a um padrão masculino. “Ao que parece, há uma relação de circularidade entre o progresso na carreira e a adesão ao padrão dominante, masculino, de ambição política” (BIROLI; MIGUEL, 2010, p. 664).

A ambição política, no âmbito individual, pode indicar apenas inclinações pessoais, mas quando ela é percebida em termos de um grupo social, ela torna-se um índice de desigualdade política. “Essa coincidência mostra que a política é uma atividade exclusiva, acessível apenas a quem possui determinadas características, e que os grupos em posição de subalternidade introjetam essa percepção” (BIROLI; MIGUEL, 2010, p. 665).

Esses autores afirmam que pesquisas revelaram que homens que se julgam pouco ou nada qualificados têm muito mais chance de cogitar o ingresso na carreira

política do que mulheres que se julgam de forma semelhante. Essa autoatribuição de capacidade política tem a ver com o ambiente sexista:

Por um lado, como a política permanece sendo um espaço masculino, é mais provável que os homens tenham contato mais próximo com os ocupantes de cargos públicos. Com isso, eles tendem a ter uma visão menos idealizada das capacidades que os políticos eleitos detêm e, portanto, tornam-se menos exigentes ao avaliar suas próprias condições de ocupar posições similares. Por outro lado, as mulheres estão habituadas à exigência de superqualificação, imposta aos integrantes de grupos subalternos que ingressam em espaços privilegiados (BIROLI; MIGUEL, 2010, p. 666).

As mulheres tendem a assimilar o sentimento de impotência política, rejeitando a participação em espaços onde não são bem aceitas. Dessa forma, fazem parte do mesmo processo de exclusão o desinteresse feminino pela política, a suposta incompetência feminina nos espaços políticos e a ausência de ambição política por parte das mulheres.

Por fim, Biroli e Miguel pontuam a perspectiva teórica que trata dos recursos materiais e da participação para refletir sobre os fatores que causam a sub-representação feminina nos espaços políticos. Segundo eles, os papéis femininos tradicionais comprometem a chance de êxito das mulheres na política, pois existem três tipos de recursos necessários para garantir a participação política de uma forma geral: dinheiro, tempo livre e redes de contato.

A duração das jornadas de trabalho ainda se revela como um obstáculo para as mulheres, já que elas dedicam muito tempo fora do trabalho às atividades domésticas e de gestão da família, como se cumprissem um imperativo categórico que as responsabilizasse, mais do que aos homens, por tais funções, uma vez que são elas, e não seus parceiros, que dão à luz os filhos. A dupla jornada de trabalho é uma realidade e a utilização do tempo para a execução de tarefas relacionadas ao lar impacta profundamente a participação feminina na vida pública. “Essa sobrecarga – à qual se acrescenta a pressão social para que elas também dediquem mais tempo à produção de sua aparência física – prejudica suas carreiras profissionais e inibe uma maior participação política” (BIROLI; MIGUEL, 2010, p. 670-671).

Além disso, há dificuldade de estreitamento de laços políticos com outros sujeitos sociais, por parte das mulheres, que acabam herdando esses tipos de contatos de

seus pais e familiares. “No Brasil, o capital familiar foi identificado como origem do capital político de 40,8% das deputadas federais brasileiras de 1987 a 2002” (BIROLI; MIGUEL, 2010, p. 668). O acesso à carreira política pela via familiar constitui-se como uma especificidade das mulheres em relação a outros grupos dominados.

É interessante observar que, segundo os autores, existe uma expectativa, por parte do eleitorado, de que as mulheres devem ser mais conciliadoras e menos agressivas ao buscar seus próprios objetivos e interesses, fato que impõe um peso simbólico àquelas mulheres que se desviam desse padrão. “Ao contrário dos homens na política, as mulheres precisam escolher entre enfrentar os estereótipos, sofrendo os ônus desse enfrentamento, ou se adaptar a eles, conformando-se com um papel secundário no jogo político” (BIROLI; MIGUEL, 2010, p. 674).

Diante desses elementos, é possível compreender a maneira como o gênero expressa a dinâmica de relações de poder na sociedade. Foram destacados os desafios e as limitações impostos às mulheres ao participar na vida política e as raízes históricas da misoginia, sobretudo no Brasil patriarcal. Demonstrar a maneira como essas perspectivas são palpáveis nos discursos sobre a presidente Dilma Rousseff é uma tarefa para o próximo capítulo.

3.2 APOROFOBIA, LULISMO E ANTIPETISMO

Considerando que será feita uma análise das cartas dos leitores a partir da figura do ex-presidente Lula, bem como do ódio construído em relação ao PT, é muito importante fazer uma reflexão sobre possíveis questões relacionadas a esse tema. Para isso, será abordado o conceito de aporofobia, que significa em linhas gerais, o medo dos pobres. Esse conceito pode ser uma das chaves explicativas para a construção do ódio à figura política de Lula, seja pela sua origem social, seja pela prioridade política e econômica que destinou ao segmento mais popular do país durante seus mandatos como presidente da República.

Segundo Navarro (2002), o termo aporofobia vem das palavras gregas *áporos*, que significa pobre, escasso de recursos, sem alternativas, e *fobia*, medo, e tem sido um conceito pouco estudado, mas que serve para nomear um sentimento ainda difuso de “rejeição ao pobre, ao desamparado, ao que precisa de alternativas, ao que

carece de meios e recursos” (NAVARRO, 2002, p. 17, tradução nossa)¹³. Essa expressão foi cunhada por Adela Cortina, na década de 1990, para indicar a repugnância que pessoas com boas condições de vida têm em relação aos pobres.

Esse sentimento e atitude de medo e rejeição em relação aos mais necessitados são adquiridos socialmente a partir da difusão dos discursos que vinculam pessoas com poucos recursos financeiros à delinquência e a uma suposta ameaça à estabilidade e à ordem. Tendo em vista a situação de vulnerabilidade social pela qual passam, fica muito difícil que as pessoas empobrecidas consigam defender-se da culpabilização que lhes é feita por estarem nessa condição. O mecanismo psicológico que alimenta a aporofobia, portanto, é a generalização apressada, isto é, o preconceito.

Navarro busca entender porque nas sociedades ocidentais a aporofobia é um sentimento que tem se alastrado tanto e uma de suas explicações é que a pobreza é uma situação de desamparo social de responsabilidade de todos os segmentos da sociedade. Essa percepção pode gerar reações ambivalentes, desde o engajamento social ou desprezo pelos pobres, como explica a seguir:

[...] enquanto algumas pessoas reagem positivamente, de forma proativa, comprometendo-se com atividades de reforma social para tornar o mundo cada vez mais justo, outras pessoas reagem de forma negativa, reativamente, desprezando e culpando os próprios pobres por sua situação de marginalização e colocando sobre eles todos os tipos de rótulos pejorativos (NAVARRO, 2002, p. 18, tradução nossa).¹⁴

O que alimenta a aporofobia é justamente a visão preconceituosa de que os pobres são culpados pela miséria que os atinge. Navarro explica que, embora possa haver, em alguns casos, alguma responsabilidade por parte do indivíduo para se chegar a uma situação de pobreza, na maioria das vezes, as causas são totalmente alheias à vontade dessas pessoas. O autor ainda reforça que, independente das causas, esse segmento social precisa de amparo para suprir suas necessidades e não ser abandonado à própria sorte. Ele assim concluiu:

¹³ “rechazo al pobre, al desamparado, al que carece de salidas, al que carece de medios o de recursos”.

¹⁴ “mientras que algunas personas reaccionan positivamente, proactivamente, comprometiéndose em tareas de reforma social para hacer un mundo cada vez más justo, otras personas reaccionan negativamente, reactivamente, despreciando y culpando a los pobres mismos de su situación de marginación y colgando sobre ellos todo tipo de etiquetas peyorativas”.

Em suma, podemos dizer que parte do que cada pessoa consegue ou deixa de conseguir na vida é uma questão de oportunidades que surgem, enquanto outra parte é a responsabilidade (mérito ou demérito) de cada uma. Portanto, culpar as pessoas que estão em situação de pobreza ter chegado a essa situação é, sem dúvida, uma generalização injusta (NAVARRO, 2002, p.19, tradução nossa)¹⁵.

Outra questão relacionada à aporofobia é que, na sociedade capitalista, baseada nas relações de troca, os pobres não possuem disponibilidade financeira para consumir. Dessa forma, são excluídos, marginalizados e deixam de ter a consideração de que necessitam justamente porque estão fora da esfera das trocas comerciais. “Supostamente, aqueles que não têm nada de interessante para oferecer, merecem a exclusão e o desprezo que eventualmente recaem sobre eles” (NAVARRO, 2002, p. 20, tradução nossa)¹⁶. Soma-se à sua exclusão do mercado de consumo a sua anterior exclusão do mercado de trabalho por baixa qualificação. Assim, conforma-se, primeiramente, um “exército de reserva de mão de obra”, que garante a baixa remuneração da força de trabalho e a manutenção do estado de pobreza. Em um segundo momento, tal contingente de pessoas desempregadas ou subempregadas passam a ser vistas como uma ameaça à segurança daqueles que usufruem de uma melhor condição de vida.

Diante desses elementos, o autor afirma ser a aporofobia um componente importante para o surgimento de regimes totalitários e de ódio. Ele diz que não há empobrecimento maior a que se possa submeter alguém do que excluí-lo do mundo dos vivos e que a aporofobia mais perigosa é aquela que cogita eliminar do convívio social todos que são considerados um estorvo para os poderosos. Assim, “Os totalitarismos de todos os tipos são profundamente aporófobos. E as atitudes aporófobas são um ingrediente necessário aos totalitarismos” (NAVARRO, 2002, p. 20, tradução nossa)¹⁷.

Não é à toa que durante as manifestações a favor do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff muitos manifestantes colocavam-se, de modo muito enfático,

¹⁵ “En síntesis podríamos decir que una parte de lo que cada cual consigue o deja de conseguir en la vida es cuestión de oportunidades que se le presenten, mientras que otra parte es responsabilidad (mérito o demérito) de cada uno. Por tanto, culpar a las personas que están en situaciones de pobreza de haber llegado a esa situación es, sin lugar a dudas, una injusta generalización”.

¹⁶ “Supuestamente, quienes no tienen nada interesante que ofrecer, se merecen la exclusión y el desprecio que eventualmente se les venga encima”.

¹⁷ “los totalitarismos de todo signo son profundamente aporófobos. Y las actitudes aporófobas son un ingrediente necesario en los totalitarismos”.

contrários a diversos programas de inclusão social, entre eles, o Bolsa Família, por ser considerado uma forma de “sustentar vagabundos”. A relação entre a aporofobia e os programas de inclusão social executados durante os governos petistas no Brasil foi tratado por Andrade (2008). Ele afirma que esses programas de inclusão dos pobres, como o Fome Zero e o Bolsa Família, sempre foram recebidos com dúvidas e ironias pela mídia, empresários e até mesmo intelectuais. Diz ainda que os políticos de oposição trataram essas iniciativas como “mera demagogia, populismo, assistencialismo, repetição ou equívoco” (ANDRADE, 2008, p. 135)¹⁸.

Em análise da Revista Veja, Andrade identificou que o periódico falava do Programa Fome Zero como uma esmola e que a população precisava de oferta de emprego e trabalho e não de caridade. Colunistas da revista escreviam insistentemente que “o governo é inerte, que os programas não funcionam, que geram dependência, alimentam uma casta parasitária entre os pobres e, além disso, não alcançam aqueles que realmente precisam disso” (ANDRADE, 2008, p. 136, tradução nossa)¹⁹.

Evidencia-se, mais uma vez, a aporofobia em um país como o Brasil repleto de desigualdades sociais, em que é bastante comum a máxima de que os pobres são pobres porque não trabalham. Embora haja um senso comum de que os pobres mereçam oportunidades para sair de sua condição de pobreza, há também um sentimento bastante disseminado de que nem todos merecem auxílio, pois talvez a maioria seja mesmo preguiçosa e parasitária.

Dessa forma, o conceito de aporofobia é uma das chaves explicativas para compreender a construção do ódio aos governos petistas no que tange à implantação de programas de inclusão social. Detidamente, em relação à reiteração do ódio a Lula, uma primeira explicação, relacionada à aporofobia, é justamente o perfil do ex-presidente:

[...] deve-se lembrar de que o presidente Lula é o primeiro chefe de Estado no Brasil que não tem educação superior, talvez um dos poucos na história recente dos grandes países. Lula é filho da pobreza. Foi operário, sindicalista e depois deputado. Ele tentou chegar à presidência por 16 anos e só conseguiu na quarta tentativa depois de muitas mudanças em sua

¹⁸ “mera demagogia, populismo, assistencialismo, repetición o equívoco”.

¹⁹ “el gobierno es inerte, que los programas no funcionan, que generan dependencias, que alimentan una casta parasitaria entre los pobres y, que además, no llegan a los que verdaderamente necesitan”.

própria imagem, que agora é mais serena, conciliadora e não tão militante como antes. Sua trajetória é muito diferente da dos outros presidentes que o Brasil já teve (ANDRADE, 2008, p. 136, tradução nossa).²⁰

O perfil do ex-presidente acirrou o ódio das velhas elites brasileiras, que por sua vez influenciaram amplos setores da classe média e até mesmo segmentos mais populares. Poderia-se pensar que sua trajetória de superação o elevaria à condição de um baluarte da meritocracia; mas, para os que alimentavam o ódio ao ex-presidente da república, seu êxito não era fruto de seu trabalho nem de seus talentos, mas de algo como “oportunismo”, numa condenação prévia a toda organização sindical. O fato de não ter a educação formal completa era mais um fato para as elites descredenciá-lo, o que foi acompanhado, muitas vezes, por membros da classe trabalhadora que confirmavam o discurso dos patrões.

Entretanto, outra questão complexa que se coloca nesse debate consiste no que significou, historicamente, os governos de Lula no Brasil, ou ainda mais especificamente, o fenômeno caracterizado como lulismo. Evidentemente, essa monografia não pretende aprofundar nessa temática, mas apenas indicar alguns elementos que ajudam a compreender a construção do ódio que transparece nas cartas dos leitores no período pré-*impeachment* de Dilma Rousseff e que se relacionam com a figura do ex-presidente Lula.

Na reflexão sobre esse assunto, será utilizada a análise de Perry Anderson (2011) para interpretar historicamente os governos de Lula. Ele apresenta três concepções distintas que aparecem no país para compreender o fenômeno do lulismo. Uma delas vem de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e seus seguidores, que ainda dominam a opinião midiática no país. Para esse segmento, Lula representa uma tradição política retrógrada do continente e “seu governo sendo apenas outra variante do populismo demagógico de um líder carismático, que despreza tanto a democracia quanto a civilidade, comprando o favor das massas com caridade e bajulação” (ANDERSON, 2011, p.32).

²⁰ “hay que recordar que el presidente Lula es el primer jefe de Estado em Brasil que no tiene estudios superiores, quizás uno de los pocos en la historia reciente de los grandes países. Lula es hijo de la pobreza. Fue operario, sindicalista y después diputado. Ha intentado llegar a la presidencia durante 16 años y sólo ha logrado en la cuarta tentativa después de muchos cambios en su propia imagen, que ahora es más serena, conciliadora y no tan militante como antes. Su trayectoria es muy distinta a la de los otros presidentes que tuvo Brasil”.

Essa vertente compara Lula a outros governos tidos como populistas, como o do ex-presidente do Brasil Getúlio Vargas, considerado “pai dos pobres”, ou ainda o de Juan Domingo Perón, ex-presidente da Argentina. O lulismo seria, na visão de Fernando Henrique Cardoso, uma espécie de subperonismo. Para Anderson (2011), essa conduta pode ser explicada pelo fato de o carisma popular de Lula ter ofuscado seu antecessor, FHC. O autor busca ainda apresentar diferenciações entre Lula e os presidentes citados:

A retórica de Vargas era paternalista e sentimental, a de Perón, exaltada e agressiva, e sua relação com as massas era bem distinta. Vargas construiu seu poder incorporando trabalhadores recém-urbanizados no sistema político, como beneficiários passivos de seus cuidados, com uma legislação trabalhista protecionista e uma sindicalização castrada de cima para baixo. Perón os galvanizou como combatentes ativos contra o poder oligárquico, com uma mobilização das energias do proletariado em uma militância sindical que sobreviveu a ele (ANDERSON, 2011, p. 33).

Segundo o autor, os governos de Lula não envolveram questões como essas, pois sua ascensão está relacionada ao movimento sindical e a um partido político mais moderno e democrático do que havia na época de Vargas e Perón, ainda que no período de sua eleição o PT, de forma geral, já tivesse se reduzido a uma máquina eleitoral. Lula no poder não mobilizou nem aclamou seu eleitorado. Além disso, “tampouco as formas de clientelismo características do populismo clássico foram reproduzidas” (ANDERSON, 2011, p. 33). Segundo o autor, o Bolsa Família, por exemplo, foi projetado para ser administrado de forma de forma impessoal, livre dos sistemas de clientelismo.

A segunda vertente de análise do lulismo mencionada por Anderson é a do cientista político André Singer, que relacionou o protagonismo de Lula à psicologia dos pobres brasileiros, entendidos como um subproletariado que representa 48% da população. O autor afirma que esse segmento é movido por dois sentimentos principais: “a esperança de que o Estado possa moderar a desigualdade, e o medo de que os movimentos sociais possam gerar a desordem” (ANDERSON, 2011, p. 34). A instabilidade é muito temida pelas pobres, independentemente de sua forma, que pode ser a luta armada ou o aumento da inflação. Anderson afirma que a esquerda não compreendeu isso e a direita capturou muitos desses votos para o conservadorismo.

Em seu início de governo, em 2002, Lula entendeu que a população mais pobre, como ambulantes e moradores de favela, também precisava de garantias de que seu governo não seria radical. Esse público foi conquistado e, em 2006, a classe média o abandonou enquanto o subproletariado votou nele em massa. “Quando concorreu pela primeira vez ao cargo em 1989, Lula teve 51,7% do eleitorado na próspera região Sul do país, e 29,5% no Nordeste esfomeado; em 2006, ele perdeu no Sul com 46,5%, e arrebanhou o Nordeste com 77,1% dos votos” (ANDERSON, 2011, p. 34).

A ortodoxia econômica de Lula em seu primeiro mandato respondia mais às necessidades dos pobres do que a dos trabalhadores do setor formal, pois os primeiros tendem a ter mais dificuldades de sobreviver a períodos inflacionários e percebem as greves como uma ameaça à vida cotidiana. Por meio do projeto de estabilidade econômica e expansão do mercado interno, Lula demonstrou sensibilidade quanto ao temperamento das massas quanto à cultura política do país.

A mídia brasileira, porém, sempre atuou no sentido de criticar Lula em seus governos. Para Anderson (2011), sua popularidade significou uma perda de poder desse segmento, visto que tradicionalmente os donos da imprensa sempre tiveram papel determinante na escolha dos candidatos à presidência do país. “O relacionamento direto de Lula com as massas interrompeu esse ciclo, minando o papel da mídia na formação do cenário político. Pela primeira vez, um governante não dependia dos proprietários da mídia, daí o rancor da parte deles” (ANDERSON, 2011, p. 36-37).

Outro fator explicativo para o ódio direcionado contra Lula pelas classes médias tradicionais do país ligava-se à perda de *status* desta – mais do que de poder efetivo, o qual a classe média nunca teve. Anderson explica de forma muito clara a origem da construção desse ódio ao ex-presidente:

Não apenas o presidente era agora um ex-operário sem instrução, cuja gramática surrada já era lendária, mas sob seu governo empregadas domésticas, porteiros e trabalhadores braçais, de fato, praticamente toda extração da ralé, estavam agora adquirindo bens de consumo até então privilégio dos instruídos, e mesmo adquirindo orgulho em seu dia a dia. Para boa parte da classe média, tudo isso os irritava profundamente: a ascensão de sindicalistas e funcionários significava que eles estavam sendo rebaixados. O resultado tem sido um surto agudo de “demofobia”, como o colunista Élio Gaspari, um crítico enérgico dessa tendência, apelidou a reação. Juntos, a mistura de humilhação política entre os proprietários dos

meios de comunicação e editores e o ressentimento social entre os leitores resultaram numa quase sempre bizarra ladainha acrimoniosa de antilulismo, estranha à qualquer senso objetivo de interesse de classe (ANDERSON, 2011, p. 37).

Na prática, o capital prosperou muito no governo Lula. A classe média se beneficiou com as altas taxas de juros para o rendimento da poupança e a concentração fundiária foi ampliada. Em torno de 25 milhões de pessoas passaram à categoria de classe média. Em contrapartida, gastos com o Bolsa Família representaram apenas 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB). Ainda assim, a perda de *status* da classe média diante dos chamados “emergentes” foi um forte fator para a criação da hostilidade em relação ao Lula.

A terceira e última vertente de análise do lulismo apresentada por Anderson parte do sociólogo Chico de Oliveira e se concentra na relação de Lula com a massa de seu eleitorado. Um parâmetro usado por ele na compreensão do lulismo foi o momento da história mundial do capital em que ele chegou ao poder. Com a mais recente onda da revolução tecnológica, houve uma mudança da acumulação para o setor financeiro e para a extração de recursos naturais, beneficiando bancos e setores do agronegócio para exportação, o que ocasionou um desvio dos investimentos na produção e recolocou o Brasil de volta no ciclo de dependência da exportação de produtos do setor primário.

Outro parâmetro utilizado na análise foi a forma como o lulismo se adequou à nova dinâmica do capital, que consistiu na transformação das estruturas a partir das quais ele surgiu, ou seja, dos partidos e dos sindicatos:

Sindicalistas se tornaram os administradores de algumas das maiores concentrações de capital do país, cenário de lutas ferozes pelo controle ou expansão entre predadores concorrentes. Militantes se transformaram em funcionários desfrutando, ou abusando, das vantagens que seus cargos lhes ofereciam (ANDERSON, 2011, p 40).

Na visão de Chico de Oliveira, “no lulismo, os dominados haviam invertido a fórmula, obtendo o consentimento dos dominadores para sua liderança da sociedade, apenas para ratificarem as estruturas de sua própria exploração (ANDERSON, 2011, p. 40)”. Ainda que poucos intelectuais apontassem para o pacto com o capital – daí a disseminação da expressão “o silêncio dos intelectuais” - os críticos de esquerda

mais radicais, como Chico de Oliveira, anteviam o “calcanhar de Aquiles” dos governos petistas.

No ensaio *O Ornitorrinco* (2003), o sociólogo trata do impasse civilizatório do "moderno", cuja marca no século XXI é o fracasso do projeto de desenvolvimento da periferia. Oliveira compara o capitalismo que se desenvolveu no Brasil ao ornitorrinco, animal dotado de bico de pato, mas considerado ao mesmo tempo réptil, pássaro e mamífero, e utiliza essa metáfora para caracterizar o impasse evolutivo da nação, que convive com o arcaico e o moderno. Ele não acredita mais ser possível superar esses impasses por meio do modelo desenvolvimentista utilizado no passado e explorado pelos governos petistas.

O ornitorrinco é isso: não há possibilidade de permanecer como subdesenvolvido, e aproveitar as brechas que a Segunda Revolução Industrial propiciava; não há possibilidade de avançar, no sentido da acumulação digital-molecular: as bases internas da acumulação são insuficientes, estão aquém das necessidades para uma ruptura desse porte. Restam apenas as “acumulações primitivas”, tal como as privatizações propiciaram: mas agora com o domínio do capital financeiro, elas são apenas transferências de patrimônio, não são, propriamente falando, “acumulação”. O ornitorrinco está condenado a submeter tudo à voragem da financeirização, uma espécie de “buraco negro”: agora será a previdência social, mas isso o privará exatamente de redistribuir a renda e criar um novo mercado que sentaria as bases para a acumulação digital-molecular. O ornitorrinco capitalista é uma acumulação truncada e uma sociedade desigualitária sem remissão (OLIVEIRA, 2003, p. 150).

Em que pesem consideráveis diferenças nas três vertentes de análise acerca do lulismo, nota-se que em todas elas existe uma relação umbilical entre Lula e as camadas pobres do Brasil, elemento significativo para compreender o porquê de o ex-presidente ser um alvo tão forte do ódio das elites e camadas médias da população. Na visão de Ab’Sáber (2015), o ódio que se expressou nas ruas contra o PT resultou em parte da tentativa de anular essa relação até mesmo sentimental entre Lula e os pobres:

O ódio brutal que se expressa hoje nas ruas do país contra o PT é também a tentativa astuciosa e igualmente mágica, baseada em grandes emoções e na redução calculada da linguagem, de anular e esvaziar os motivos encantatórios daquele monumental amor dos brasileiros pelo ex-Presidente (AB’SÁBER, 2015, p. 11).

A fim de concluir a reflexão contida nesse item, será feita uma breve consideração sobre o antipetismo bastante evidenciado no período pré-*impeachment* de Dilma

Rousseff. Essa análise é importante, pois uma das categorias de análise nas quais as cartas dos leitores do jornal *O Globo* foram enquadradas é justamente o Lulopetismo, que congrega o conjunto das ações realizadas durante os governos do PT.

Para realizar esses apontamentos, será retomada a análise de Ab’Sáber (2015), que busca fazer uma relação entre o antipetismo e o anticomunismo no Brasil contemporâneo. Em sua visão, com o realinhamento do grande capital contra o governo de Dilma Rousseff, setores médios conservadores, antipetistas por tradição e anticomunistas pela natureza retrógrada brasileira, deixaram de expressar no âmbito privado seus ressentimentos contra o relativo sucesso dos governos petistas e passaram a publicizá-los na medida em que as falhas da gestão petista ganhavam o conhecimento público. “Antipetistas indignados com a corrupção do outro, e anticomunistas do nada, tomaram as ruas para produzir o texto para os grandes conglomerados de mídia nacionais repercutirem, o que ocorreu, em tempo real” (AB’SÁBER, 2015, p. 36).

Esse autor afirma que a antiga ideia do “perigo comunista” estava vigente de uma forma importante no Brasil e, em parte, sequer imaginada com tanta força pelos setores progressistas, sendo pano de fundo das ações de rua dos setores médios e classes altas no país recentemente. Essa mesma justificativa do anticomunismo havia sido responsável pela instauração de duas ditaduras no país durante o século XX e várias em países latino-americanos, sendo retomada quando algum governo no continente almejou a realização de medidas de benefício popular. Ab’Sáber (2015, p. 37) explica de maneira bem clara o uso do recurso discursivo anticomunista:

[...] o anticomunismo sobrevive magicamente no Brasil de hoje como uma espécie de imagem de desejo, para a grande simplificação interessada da política que ele de fato realiza. Ele mantém o discurso político em um polo muito tenso e extremo de negatividade à qualquer realização democrática ou popular de governo; ou melhor, ele é contra qualquer realização que desvie a posse imaginária do Estado de seus senhores, imaginários, de direito.

Sendo assim, o antipetismo seria um velho anticomunismo “disfarçado”. O ódio contra o PT remonta à velha tradição autoritária e oligárquica brasileira. O autor ainda reforça que durante todos os governos petistas a mídia fez questão de

reproduzir ideias do senso comum, com linguagem agressiva, sobre um possível comunismo desses governos, ainda que a inserção das massas populares no mercado de consumo e de trabalho, um dos principais legados petistas, seja uma realização pró-mercado, capitalista. “O anticomunismo é estratégia extremada – ancorado no arcaico liberalismo conservador brasileiro, com fumos de fidalguia, as famosas raízes do Brasil, de origem ibérica e escravocrata” (AB’SÁBER, 2015, p. 37). Eis umas das razões para que o ódio seja evidenciado não apenas nas figuras de Dilma e de Lula, mas também do próprio PT.

3. 3 INDIVÍDUO X SOCIEDADE: MORAL, CRISE POLÍTICA E CORRUPÇÃO

Para concluir a apresentação dos conceitos e reflexões que auxiliarão na interpretação discursiva das cartas dos leitores do jornal *O Globo*, será feito um debate sobre moral, crise política e corrupção, visto que é recorrente no material analisado a queixa de que o problema da política no Brasil tem a ver com uma grave crise moral pela qual passam os indivíduos e a sociedade. A corrupção na política e pelos políticos seria a forma de maior expressão dessa crise.

Para tratar da moral na sociedade, bem como das relações entre indivíduo e moralidade, será retomada a perspectiva do clássico da sociologia, Émile Durkheim, o sociólogo da ordem, como se tornou conhecido. Em primeiro lugar, é necessário enfatizar que, na perspectiva durkheimiana, os princípios da moral só podem ser explicados a partir de realidades coletivas. Em outras palavras, os homens são seres morais na medida em que são seres sociais. A sociedade é produto de um conjunto de obrigações morais que articula os indivíduos, que são seus membros, segundo uma autoridade moral que se instala na consciência individual formando seus valores, mas que não nasce em cada indivíduo tomado isoladamente se não a partir da combinação das consciências individuais, generalizando-se no todo social.

Dessa forma, embora Durkheim acreditasse no protagonismo do indivíduo como característica das sociedades modernas, não acreditava ser possível uma ordem social estável sem uma força moral socialmente constituída e que tivesse autoridade sobre os indivíduos. A autonomia individual e a coesão social não são necessariamente contraditórias, mas aparecem de forma paralela.

Em sua perspectiva, sociedade e moralidade só existem verdadeiramente se estiverem presentes, de forma internalizada, na mente e na conduta dos indivíduos.

“A moral, força gerada no exterior [...], torna-se uma força interior, pela assimilação, por parte dos indivíduos, das regras e dos valores que a constituem – trata-se da inclusão da sociedade na própria consciência dos indivíduos” (AUGUSTO, 2009, p. 213). A comentadora acrescenta que, além de o fato moral ser obrigatório para a vida em sociedade, ele também envolve uma dimensão de desejo, ou seja, o indivíduo *quer* agir daquela determinada forma. A vida social pressupõe a conduta moral como possibilidade de realização de um ideal coletivo. Para Durkheim, a sociedade é exterior e superior aos indivíduos isolados, o que faz com que a vontade de cada um se submeta à autoridade dela, num processo em que eles desejam essa submissão.

Na visão durkheimiana, a moral é essencialmente disciplina e busca regularizar e conter os indivíduos. Limitar o ser humano é fundamental para sua saúde moral, pois ensina o domínio de si próprio. Assim, a autoridade e a disciplina são responsáveis por configurar personalidades, pois promovem o senso do dever e possibilitam o exercício da verdadeira liberdade, que só se concebe dentro das normas e regras que a definem.

Além da disciplina, outro elemento da moralidade apontado por Durkheim é a adesão dos indivíduos a grupos sociais dos quais toma parte. Os seres humanos são moralmente completos quando submetidos à ação da família, da pátria e da humanidade. Entretanto, esses grupos são hierarquizados e a predominância de um ou outro constitui a conduta moral do indivíduo.

A autonomia, terceiro elemento da moralidade, é a condição para manter uma vida social ordenada e regulada, pois a vontade só é plenamente moral se for autônoma. No entanto, a conquista dessa autonomia só é possível se a liberdade de pensamento e a autodeterminação forem percebidas à luz da necessária adesão à sociedade.

Esses elementos indicam que, para Durkheim, o indivíduo é o que a sociedade faz dele e reconhecer essa sentença faz com que este aceite voluntariamente as regras morais que fundamentam a vida social e a sua própria vida. Dessa forma, a submissão às regras morais é, antes de tudo, uma adesão consciente e não passiva.

Retomar essa perspectiva da moral individual como constituinte da vida em sociedade é um elemento muito importante para a análise das “Cartas dos Leitores”, pois em diversos momentos a crise moral aparece como se fosse um “desvio de comportamento” exclusivamente individual – como se a sociedade não produzisse indivíduos que agem daquela determinada forma.

Ainda para compreender as relações entre indivíduo e sociedade na construção da moral e do caráter individual, será abordada a perspectiva de Richard Sennett (1999). Esse teórico analisa de que maneira o capitalismo transformou as relações entre as esferas do público e do privado, de forma a se chegar a uma sociedade, no século XX, marcada pela hipervalorização das personalidades individuais. Essa visão é muito importante para compreender o modo como os leitores expressam nas cartas sua visão sobre a política e os políticos, de forma profundamente personalizada e espetacularizada.

Sennett (1999), em “O declínio do homem público”, aponta para o esvaziamento do espaço público na medida em que a cultura narcisista avança na sociedade, baseada na hipervalorização da intimidade, da privacidade, do retraimento e do silêncio.

O retraimento da cultura pública na história em detrimento de uma individualidade personalista ocorreu por diversos motivos. Um deles é o efeito das condições materiais na personalidade do indivíduo. Com a migração do campo para as cidades, o homem urbano, por medo do desconhecido, retraiu-se à esfera da vida privada. Além disso, a ascensão da burguesia contava mais com a elevação social por meio de sua individualidade do que pela organização em classes sociais. O comércio, por sua vez, estimulava o “fetichismo da mercadoria”, fazendo com que o comprador acreditasse que aquele determinado bem pudesse mudar sua vida.

Além das mudanças nas condições materiais de vida, o retraimento da cultura pública ocorreu pela influência da crença na personalidade, que passou a ser vista como um distintivo social, sendo a verdadeira representação do eu:

Confundiram-se as aparências do indivíduo com o próprio indivíduo, seu caráter e sua predisposição moral. Criou-se, assim, uma mentalidade de um jogo de interpretação em que o menor dos detalhes poderia definir a verdadeira personalidade do indivíduo [...] (BOTTON, 2010, p. 627).

A reclusão para o mundo privado ocorreu concomitante ao processo de personalização no domínio público, em especial, na política. Há uma espetacularização desse espaço, como se a figura pública tivesse, necessariamente, que ser um excelente orador, com porte até mesmo de ator. Ao público caberia apenas o papel de espectador frente àquele espetáculo. Comentando Sennett, Botton (2010, p. 628) enfatiza:

Frente a tal espetáculo, cabia ao cidadão – comparado ao espectador – observar o político silenciosamente, como se ele possuísse uma aura mística que o tornasse superior ao restante das pessoas. O importante não era o conteúdo do discurso ou as propostas desse homem público, valia mais a personalidade que ele apresentava, como se ele fosse passível de detecção de caráter através de seus traços pessoais.

Essa sociedade, centrada na intimidade, caracterizada pela cultura narcísica, faz dois movimentos aparentemente antípodas, mas convergentes: celebra o isolamento do indivíduo em sua vida privada, destituída de questões públicas que lhe digam respeito; e leva para a esfera pública a intimidade do sujeito destituindo, ao fim, sua natureza pública.

As questões públicas são obscurecidas pelo foco na personalidade do eventual político em projeção, pois sua personalidade em transmitir legitimidade e credibilidade para o público tem mais espaço do que suas ações concretas como político. O caráter e a motivação pessoal passam a valer mais que as motivações políticas. Dessa forma, as pessoas acreditam que as relações interpessoais são a forma existente de resolver os problemas sociais, políticos e psicológicos da sociedade, o que pode ser percebido nas “Cartas dos Leitores” de *O Globo* na medida em que se nota que o julgamento feito aos políticos passa por critérios de cunho personalista.

Após a reflexão sobre as relações entre indivíduo e sociedade de forma geral, a partir da perspectiva de Durkheim; e das transformações das esferas do público e do privado a partir da ótica dos indivíduos, pelo viés de Sennett; faz-se necessário analisar de forma mais direta a questão da crise moral e da corrupção no Brasil. Será dado destaque ao período anterior ao *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, a partir da análise de Souza (2016). Esse autor remonta à história brasileira e aos interesses da “elite do dinheiro” para explicar a construção do

discurso sobre a corrupção, bem como sua ampla adesão pela classe média conservadora, que se tornou militante da moralização do país.

Para entender a questão da corrupção no Brasil, Souza (2016) busca compreender a maneira como a chamada “elite do dinheiro” conseguiu construir historicamente sua hegemonia cultural, de maneira a convencer às demais elites - a jurídica, a política e a jornalística -, de que a crise atual envolve todos, menos ela própria. Essa construção, em termos científicos e culturais, remonta à década de 1930, no período de Getúlio Vargas, quando a “elite do dinheiro” sentiu-se ameaçada pelas medidas dessa gestão²¹. Eis que se criou uma hegemonia cultural cujos efeitos podem ser identificados: “[...] hoje em dia, tanto em um discurso que demoniza o Estado e sacraliza o mercado – construindo a semântica possível de uma luta de classes invisível - quanto práticas institucionais consolidadas que se naturalizaram” (SOUZA, 2016, p. 26). O autor afirma que a naturalização da ação do mercado no Brasil que favorece o enriquecimento da elite do dinheiro é um exemplo de êxito dessa hegemonia cultural.

Ainda sobre a dominação cultural por meio da ciência e da intelectualidade no Brasil, Souza fala da necessidade de criação de um mito nacional, por ele entendido como “uma narrativa acerca do lugar de onde se vem, quem se é e para onde se vai” (SOUZA, 2016, p. 28). Trata-se de uma forma de dar sentido à sociedade onde se vive, por meio de sua representação, e consiste em um instrumento fundamental para se conhecer a sociedade moderna. Outras características do mito nacional atribuídas por esse autor são as seguintes:

A ênfase dos mitos nacionais não é a precisão teórica, dado que o objetivo dos mitos nacionais não diz respeito à verdade – uma paixão típica dos especialistas -, mas sim à necessidade afetiva e emocional de tornar o mundo compreensível e principalmente “aceitável” para a maioria de não especialistas. No melhor dos casos o mito nacional pode legitimar o mundo social de tal modo que garanta o sentimento de solidariedade – para além das divisões de classe e de região -, necessário aos grandes projetos nacionais (SOUZA, 2016, p. 29).

²¹ Durante o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), destacaram-se as seguintes medidas: dissolução dos poderes legislativos e destituição dos presidentes dos estados, com nomeação de interventores para ocupar esses postos; incentivo à produção cafeeira para superar as consequências da crise econômica de 1929; adoção da política de substituição de importações, estimulando setores da indústria do país, como os têxteis e alimentares; criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 1930, concedendo algumas reivindicações históricas dos trabalhadores; e criação da Lei de sindicalização, que garantia a intervenção do Estado nas instituições sindicais.

No caso brasileiro, a construção do mito nacional foi iniciada por Gilberto Freyre ao falar do “homem emotivo”, que posteriormente foi modificado por Sérgio Buarque de Holanda ao tratar do “homem cordial”, visão que acabou imperando até hoje. O trabalho de Freyre consistiu na construção de uma autoimagem positiva do Brasil e dos brasileiros, sobretudo em oposição à segregação racial existente nos Estados Unidos. Ele apresenta a história do Brasil como um prolongamento de Portugal, sendo a cultura luso-brasileira o símbolo da mistura e do entrelaçamento de raças e culturas. Dessa forma, Freyre construiu uma suposta virtude brasileira em relação ao racismo dos Estados Unidos.

No entanto, Souza aponta a ambiguidade do pensamento freyriano na medida em que ele parte de um pressuposto racista de que há culturas superiores e inferiores, para celebrar, no caso brasileiro, a “mistura”. Em que pese seu culturalismo, Souza avalia que: “Na verdade, as culturas passaram a substituir o racismo, usando para isso outros termos, uma vez que começou a ‘pegar mal’ inferiorizar ‘raças’” (SOUZA, 2016, p. 32). Dessa forma, a própria ciência social acaba por legitimar um racismo cultural, partindo da superioridade inata de alguns e da inferioridade de outros.

A releitura do mito freyriano é feita por Sérgio Buarque de Holanda, cuja perspectiva “não apenas engole o racismo científico sem crítica alguma, mas interpreta o nosso vício como uma tendência inata à corrupção. A corrupção começa a se tornar com ele uma espécie de jabuticaba cultural brasileira” (SOUZA, 2016, p. 35). Buarque define o “homem cordial” como o protótipo do brasileiro de todas as classes, sendo ele prisioneiro das próprias emoções. Ao tratar dessa forma, pressupõe a existência de um tipo de gente que apresenta um comportamento diferente desse, fato que originou o complexo de “vira-latas” do Brasil em relação ao exterior. É nesse pensamento que reside o racismo científico, segundo Souza, que sintetiza da seguinte forma o pensamento de Sérgio Buarque de Holanda:

[...] o homem emotivo brasileiro (como se tal generalização fosse possível), ao dividir o mundo entre amigos e inimigos, se afasta da lei e da noção de cidadania, corrompendo o exercício impessoal e republicano não só da política, mas também do mercado. A pressuposição de Buarque é que existe esse americano (ou qualquer tipo social em qualquer sociedade conhecida) que não divide o mundo a partir de suas preferências pessoais, sejam elas conscientes ou não (SOUZA, 2016, p. 36).

Além da sociologia do “vira-latas” brasileiro, Buarque criou a política oficial do “vira-latas” tupiniquim, pela qual o homem cordial se comportaria no âmbito do Estado assim como se comporta na vida privada, o que resultaria, dessa forma, na construção do “Estado Patrimonial”. Ao criticar o Estado brasileiro, Buarque, segundo Souza (2016), abre caminho para que o mercado apareça como o reino de virtudes, já que esse Estado congregaria tudo o que há de negatividade na vida pública. O mercado seria então o espaço de liberdade democrática, empreendedorismo e fonte criativa da sociedade, diferentemente do Estado, reduto da política “vira-latas” tupiniquim e, portanto, da corrupção.

Partindo da perspectiva do mito nacional do homem cordial e do Estado patrimonial, Souza afirma que o mote da corrupção não é uma novidade na cena política da história da república brasileira. Ele sempre é utilizado no combate aos inimigos de classe da elite e seus aliados. Historicamente, esse tema volta à tona quando algum governo coloca em prática políticas de inclusão de segmentos marginalizados, que não seja somente o aumento relativo do salário dos trabalhadores. Para o sociólogo, o discurso de combate à corrupção brasileira busca encobrir a ideia de que a riqueza do país é, na verdade, privada (das elites), e não há um projeto de nação a não ser o de manutenção dos privilégios de classe de tais elites.

“O falso combate à corrupção surge, assim, no Brasil como o testa de ferro universal de todos os interesses inconfessáveis que não podem se assumir enquanto tais” (SOUZA, 2016, p. 112-113). Isso ocorre por duas razões: primeiro porque a luta contra a corrupção pode ser vendida como um interesse de todos, mascarando interesses de grupos políticos particulares; e segundo, porque não se esclarece exatamente o que é a corrupção, sendo este um tema que pode ser bastante distorcido.

Há pouco tempo atrás, conforme a legislação, apenas o funcionário público era passível de acusação de corrupção, o que demonstra que a definição desse termo varia conforme o interesse de quem domina a sociedade. Ao transferir para o Estado o reduto da corrupção, a elite financeira do país consegue encobrir suas estratégias de concentração da riqueza:

Ao conseguir inculcar na sociedade que corrupção é apenas aquilo que o funcionário do Estado faz, os donos do mercado podem cometer abusos legais e ilegais de todo tipo sem que nem a legalidade nem, muito menos, a

legitimidade de seus atos seja posta em xeque. Esse é o real poder atrás da infantilização proposital da sociedade como um todo pelo engodo da manipulação do mote corrupção (SOUZA, 2016, p. 113).

É importante, porém, compreender os motivos que fazem com que a elite do dinheiro priorize as denúncias de corrupção no âmbito do Estado. É justamente nessa esfera que se dá o controle do orçamento, seja para distribuir riquezas, seja para manter o poderio econômico de bancos e corporações. Souza (2016, p. 38) assim explicita:

A pecha do Estado patrimonial – e, portanto, corrupto – serve para dois propósitos básicos: tornar invisível a corrupção legal e ilegal no mercado dominado pela elite do dinheiro e permitir a deslegitimação de todo governo comprometido com o uso do orçamento público para a maioria da população.

Dessa forma, a “elite do dinheiro” consegue não apenas legitimar sua própria atividade como também criar um discurso político-social que possibilita silenciar o que não pode ser visto, a saber, a concentração de riqueza no país nas mãos dos capitalistas, sócios minoritários da globalização financeira internacional que impõem as “regras do jogo”. “É uma dominação construída para permitir e justificar a drenagem de recursos de todos para poucos bolsos, em tempos normais” (SOUZA, 2016, p 24). As denúncias de corrupção com foco no Estado também podem vir aliadas a propostas de privatização como forma de sanar o problema, fato que, na opinião desse autor, consiste na corrupção real e verdadeira, mas que não é percebida como tal.

Reitera-se que a “elite do dinheiro” precisa da hegemonia cultural para manter seu poderio, o que passa pelo discurso da demonização do Estado e sacralização do mercado, visto, conforme se disse, como o espaço das virtudes. Caso contrário, não seria possível que o segmento que representa menos de 1% da população pudesse manter o controle total do Estado sem obter sequer um voto. É nesse contexto que o discurso anticorrupção adquire sentido: “torna-se necessário fazer de conta que se trata de uma cruzada moral para o bem de todos” (SOUZA, 2016, p 26).

O autor explica que essa estratégia de dominação da “elite do dinheiro” conta com a chamada “fulanização” da corrupção, como se ela fosse um privilégio de políticos ou de partidos específicos. Foi justamente o que ocorreu com a presidente Dilma Rousseff, com o ex-presidente Lula e com o PT durante os anos de 2015 e 2016,

alvos de um contundente ataque midiático no que se refere a denúncias de corrupção. Porém, em acordo com a análise de Jessé Souza (2016), o verdadeiro ataque realizado pelo conglomerado midiático era à política de inclusão das classes populares protagonizadas pelos citados governos. “O combate seletivo à corrupção pela imprensa e seus aliados no aparelho do Estado foi mero pretexto para combater uma política redistributiva” (SOUZA, 2016, p. 85). O autor ainda ressalta que se a corrupção fosse o problema real teria se dado ênfase a aspectos institucionais a que evitassem, como a defesa do financiamento público de eleições, fato que não ocorreu.

É importante pautar outro ponto para a compreensão desse fenômeno: de que maneira o discurso moralista vinculado à luta contra a corrupção no Brasil resumiu-se à caça seletiva ao governo Dilma, Lula e ao PT e foi amplamente ecoado e sustentado pelas classes médias conservadoras, com forte apelo midiático?

Souza defende que o capitalismo cria não apenas uma hierarquia de classes a partir da distribuição desigual dos capitais, mas também um tipo de legitimação muito singular da desigualdade. Há uma tentativa de convencimento de que haveria um tratamento universal e igualitário apesar da origem desigual de classe. Esse seria o fundo “moral” do sistema como um todo. No entanto, na prática, existem as hierarquias morais, que são invisíveis para a lei, mas concretas no dia a dia, que possibilitam o tratamento desigual dos indivíduos a partir de seu pertencimento de classe, obstaculizando a efetivação dos direitos universais.

Recorrendo a Bourdieu²², Jessé esboça como se gera a ideia de “bom gosto”, associado ao modo de vida do privilegiado, vindo supostamente do “berço”, e que justificaria sua superioridade no cotidiano, observada em diversos casos de preconceito. “A linha divisória da ‘sensibilidade’ separa, antes de tudo, as classes do privilégio – classe alta e média – das classes populares” (SOUZA, 2016, p. 77). Assim, é fundamental ressaltar que a distinção pelo bom gosto é um ponto decisivo

²² Bourdieu estabelece que as práticas culturais, em conjunto com as preferências sobre assuntos como educação, arte, mídia, música, esporte, posições políticas, estão ligadas ao nível de instrução, submetidas ao volume global de capital acumulado. Dessa forma, o gosto classifica e distingue aqueles que experimentam os bens culturais e está associado a uma origem social. Assim, pode-se identificar o gosto legítimo burguês, de classe média ou popular pelas preferências acima mencionadas.

para a compreensão da solidariedade entre os membros das classes altas e médias e de seu preconceito com os setores populares.

Ao trazer essas questões para o Brasil durante os governos petistas, o autor afirma que apesar do ciclo econômico ter dinamizado a economia como um todo, era visível o compartilhamento de espaços sociais entre setores populares ascendentes, antes denegados, e a classe média tradicional, fato que teria irritado esse último setor²³. Foi nesse cenário que a “linha do moralismo” foi construída, como uma forma de produzir solidariedade interna entre os privilegiados e permitir formas legítimas de preconceito e racismo de classe. Souza (2016, p. 83) assim elucida:

A linha do moralismo é a linha divisória imaginária que separa aqueles que se percebem como superiores, posto que se escandalizam com a corrupção política partidária e estatal, daqueles que não se sensibilizam com esse tema. O sentimento de superioridade é construído pela suposta posse de uma sensibilidade moral que apenas setores educados da classe média possuíam. Seria, portanto, a falta de educação e de inteligência dos setores populares que os teria levado, por exemplo, a continuar votando no PT, mesmo depois do Mensalão. A linha da moralidade permite, portanto, que o voto e a visão de mundo de alguns, no caso de frações da classe média, sejam consideradas melhores e mais racionais do que os de outros – no caso das classes populares -, que são desqualificados como irracionais e fruto de compra populista.

Sendo assim, o grande divisor de águas entre quem era ou não culto e informado passou a ser a menor ou maior sensibilidade para o tema da corrupção no Estado. A classe média passou a fazer da luta anticorrupção sua grande bandeira, uma vez que esse passou a ser um elemento de distinção social em relação às classes populares.

A reflexão proposta por Souza aponta para a compreensão do discurso da corrupção como uma forma de invisibilizar os interesses da “elite do dinheiro” e do capital na manutenção de privilégios de classe e concentração de riqueza no Brasil. Os alvos seletivos do combate à corrupção – Dilma, Lula e o PT – esconderam, seguindo a hipótese aqui exposta, o verdadeiro alvo do ataque: as políticas de redistribuição de renda e inclusão social.

²³ Jessé de Souza cita diversos espaços que passaram a ser compartilhados entre populares e classe média, como aeroportos e universidades, e também fala de bens consumo, como automóveis, que passaram a ser mais facilmente adquiridos pelos setores que antes não dispunham de condições para essa aquisição. Como o gosto revela uma preferência por determinados bens de consumo ou espaços por uma classe ou fração de classe, na medida em que a classe média se aproxima das classes populares no acesso a bens de consumo, ela perde seu fator de distinção social.

No que é mais importante para fins desta monografia, o discurso da luta anticorrupção para combater a crise moral pela qual passava o Brasil foi amplificado pela grande mídia. A esse processo, não se pode deixar de destacar o grande papel do poder judiciário, representado mais especificamente pela figura do juiz Sérgio Moro²⁴, como liderança da direita que se tornou, em brevíssimo tempo, uma famosa figura midiática.

Sendo assim, no que tange à crise moral na política, faz-se necessária uma reflexão a respeito de como o discurso jurídico tem sido utilizado como forma de salvação ou regeneração do Estado republicano. Nas “Cartas dos Leitores” do jornal *O Globo*, há diversas menções de exaltação ao poder judiciário no país, em especial ao juiz Sérgio Moro - elevado à patente de herói nacional -, pela atuação nos casos de investigação e combate à corrupção. Para essa análise, será utilizada a perspectiva de Koerner e Schilling (2015), que discutem como a corrupção tem sido usada nas disputas políticas no Brasil contemporâneo.

Esses autores explicam que a corrupção se constitui como um problema social de longa duração no país, aparecendo sempre em momentos históricos chave, como no segundo mandato de Getúlio Vargas, no golpe de Estado contra João Goulart, durante a ditadura militar e desde a redemocratização do país com as denúncias de corrupção de representantes na Presidência e no Congresso Nacional. Em todos esses momentos, há uma espécie de roteiro para os desdobramentos das denúncias de corrupção, como explicam os autores:

Nessas ocasiões, parece que há um roteiro com papeis e atores definidos: a denúncia, alimentada por informações de oponentes, dissidentes, arrependidos; o escândalo, vocalizado e amplificado pela imprensa; a condenação moral e política, formulada pelas lideranças “responsáveis”; e a condenação purificadora, realizada por juízes imparciais que vêm restaurar a ordem (KOERNER; SCHILLING, 2015, p. 75-76).

²⁴ Sérgio Fernando Moro é juiz titular da 13ª Vara Criminal de Curitiba, no Paraná, e comanda a Operação Lava-Jato, deflagrada em março de 2014 pela Polícia e Ministério Público federais. Anteriormente, esteve à frente de casos que envolveram corrupção e lavagem de dinheiro, como a Operação Banestado e Operação Farol, mas ficou realmente conhecido nacionalmente após a Lava-Jato, justamente por incriminar pessoas com influência e dinheiro no Brasil, todos supostamente corruptos ou corruptores, enriquecidos com ações ilícitas em torno da Petrobrás. Por conta do julgamento do referido processo, passou a influenciar sobremaneira o destino político da nação.

Destaca-se, nesse contexto, a imprensa nacional, que constrói um clima catastrófico no que se refere aos casos de corrupção, o que gera uma desconfiança por parte da própria população a respeito das instituições do Estado Democrático de Direito. Questionam-se se elas realmente podem apresentar respostas à crise produzida. Nesse cenário, cria-se uma demanda “pela condenação penal, em que a entrada em cena do Poder Judiciário permitiria encontrar as respostas às questões que a política seria incapaz de resolver” (KOERNER; SCHILLING, 2015, p. 76).

Os autores ponderam que as alterações na estrutura do Estado e nas relações sociais e econômicas mudaram as formas e práticas do direito. O Estado mescla, em sua constituição, organizações burocráticas com espaços politizados, o que favorece a ocorrência de trocas corruptas de decisão favorável a determinado grupo de interesses por algum tipo de benefício pessoal ou partidário. Nesse contexto, “o direito aparece como parcelar, fragmentário e contraditório, dada à mistura de princípios, regras, objetivos materiais que combina e comporta” (KOERNER; SCHILLING, 2015, p. 79).

Entre as mudanças citadas no campo do direito, os autores destacam a chamada judicialização da política e das relações sociais. Trata-se da situação em que os sujeitos sociais utilizam as possibilidades do direito material e das oportunidades abertas pelos tribunais para promoverem seus interesses em nome de direitos, realocando a luta política do parlamento para outros espaços. Dessa forma,

Os tribunais passam a decidir sobre as grandes questões políticas, respondem a demandas e ampliam seu escopo de ação, no que vem sendo chamado “ativismo judicial”. Aumentam as tensões em relação às instituições de representação política e se cria espaço para que se amplifique a desconfiança em relação a estas e à própria ideia de política (KOERNER; SCHILLING, 2015, p. 79).

A apropriação do discurso anticorrupção pelos grupos de direita tem, para os autores, especial relevância na atualidade, principalmente quando o alvo é o governo federal. Seu caráter liberal e conservador é demonstrado justamente pela desconfiança em relação ao Estado, à ação política e econômica do poder público. Tal discurso, como já se disse, tem forte apelo social, pois é baseado em um consenso a favor da moralidade política, sendo utilizado como mobilizador da opinião pública. No entanto, o que e quem denuncia, ou seja, o que é acatado pelas investigações policiais e pelo judiciário, não possui neutralidade, segundo os autores

mencionados. “A seletividade dos alvos é expressão do caráter aberto e fragmentado do direito” (KOERNER; SCHILLING, 2015, p. 87).

Como consequência, as denúncias de corrupção ao serem usadas de forma espetacularizada pela mídia, agressiva e seletiva, com fins político-partidários, não tão óbvios para o espectador, dificultam o debate sobre os meios de controlar a própria corrupção e realizar a reforma política, o que contribuiria para ampliar a transparência dos processos decisórios dos governos.

Ao criminalizar a política como um todo, essa campanha anticorrupção propõe a moral e o controle jurídico sobre as práticas políticas, o que incentiva a despolitização do bem público. Os autores em questão questionam quais seriam os objetivos finais dessa luta anticorrupção aliada à moralização da política:

É de se indagar quais as perspectivas dessa mobilização do preconceito, do ponto de vista de seus efeitos para as instituições e procedimentos do Estado Democrático de Direito, precária e estreitamente implantado entre nós, pois é apenas no Estado Democrático de Direito que essa luta contra a apropriação privada do bem público pode acontecer (KOERNER; SCHILLING, 2015, p. 88).

Diante desses elementos, observa-se que o discurso da crise da política como uma crise moral - a qual se expressa pelas inúmeras denúncias de corrupção - é bastante delicado, tendo em vista que tende a provocar uma perda de legitimidade dos espaços democráticos da luta política como os fóruns adequados para solucionar a própria crise política, transferindo para a esfera do judiciário o poder de decidir sobre os rumos políticos do país.

Considerando o levantamento desse arcabouço teórico-conceitual, será feita, no próximo capítulo, a análise das cartas do jornal *O Globo*, a fim de extrair de seu conteúdo o discurso de ódio, o qual foi construído, como se pode perceber, pelo somatório de um conjunto de elementos estruturais e conjunturais da sociedade capitalista e brasileira.

4. O ÓDIO EVIDENCIADO NAS “CARTAS DOS LEITORES” DO JORNAL O GLOBO

Neste capítulo, faço a análise das “Cartas dos Leitores” do jornal *O Globo*, por meio das quais será explicitado o ódio manifestado contra Dilma, Lula e o PT, no período anterior ao *impeachment* da presidente, mas que revela questões mais profundas sobre o Brasil. Além de traçar um perfil desses leitores, são enunciados trechos de diversas cartas, conforme suas categorias de análise, os quais são interpretados à luz dos referenciais teóricos trabalhados no capítulo 2.

É interessante mencionar o significado desse espaço nos periódicos, seja em revistas ou jornais. Segundo Espírito Santo e Dumont (2014), todos os dias, as mídias recebem sugestões, críticas e comentários dos seus leitores, porém a maior parte deles sequer é publicada, tendo em vista o limite de espaços contidos no jornal impresso.

No entanto, esse material, as cartas dos leitores, são dispositivos de enunciação que revelam os valores de quem as assina e são instrumentos de transmissão de informação da vida em sociedade, pois fazem parte de um processo discursivo, e estão inscritas num contexto sócio-histórico. Para as autoras,

As cartas refletem o modo como leitores e leitoras pensam o mundo, sua opinião diante de grandes temas da atualidade. Por meio delas, os jornais podem observar como influenciam a formação do modo de pensar de seus públicos. Seus textos contribuem, também, para revelar o *miseen-scène* que tanto o público leitor quanto os próprios jornais realizam, enquanto atores de um mundo discursivo inseridos no processo de produção, organização e transmissão da informação (ESPÍRITO SANTO; DUMONT, 2014, p. 177).

Dessa forma, a seção de cartas dos leitores, em geral, é um espaço onde aparecem denúncias, confrontos políticos e sociais, reivindicações e desabafos. Sua amplitude, no entanto, extrapola o indivíduo que assinou a carta, visto que os que as assinam representam uma população muito mais ampla, “porque, no fundo, são uma espécie de porta-voz das queixas e observações de tantos/as outros/as que, por algum motivo, não enviam suas opiniões aos jornais” (ESPÍRITO SANTO; DUMONT, 2014, p. 177).

Há que se considerar também o papel do próprio jornal na seleção das cartas que serão publicadas e na edição dos trechos a serem veiculados. *O Globo* informa em

sua página na internet algumas orientações sobre a publicação dessas cartas, nas quais evidencia seu papel de editor das mensagens:

Use este espaço para enviar opiniões sobre os temas mais relevantes do dia-a-dia para a seção Carta dos Leitores, publicada diariamente no jornal O Globo. Só serão levadas em conta mensagens com todos os campos do formulário abaixo preenchidos corretamente. O jornal acolhe opiniões sobre todos os temas mas reserva-se o direito de rejeitar acusações insultuosas, elogios ou agradecimentos pessoais. A publicação das mensagens também está sujeita às limitações de espaço na página impressa (O GLOBO)²⁵.

Para esta monografia, foram analisadas as cartas dos leitores veiculadas aos domingos durante os seis meses anteriores ao afastamento da presidente Dilma Rousseff da Presidência da República pela Câmara dos Deputados. Foram 24 edições de jornal veiculadas entre 01 de novembro de 2015 e 10 de abril de 2016, nas quais foram publicadas 395 cartas, seja por meio de emails de leitores ou por postagens de redes sociais. Do total de cartas publicadas, 224 tiveram relação direta com o tema proposto nesta pesquisa e, portanto, esse foi o universo de cartas analisado. Desse quantitativo, 208 foram cartas ou mensagens e 16 foram postagens de redes sociais.

Antes de apresentar as categorias em que foram divididas as cartas e a metodologia de seleção e análise, será evidenciado o perfil dos leitores que assinaram essas publicações. É preciso considerar que são divulgados apenas os nomes e o local de origem desse leitor, sendo que nas postagens das redes sociais somente os nomes são apresentados.

Em termos de gênero, dos 224 leitores, 185 são homens e 39 são mulheres, o que indica o percentual de 82,58% de leitores do sexo masculino e 17,41% do sexo feminino como assinantes dessas cartas. Em termos de localização, considerando o universo de 208 leitores sobre os quais se têm essa informação, a supremacia do local de origem é o Estado do Rio de Janeiro, a sede do Jornal, com 177 leitores (85,09%), seguido de São Paulo, com 22 (10,57%); Minas Gerais com 5 (2,4%); Distrito Federal com 3 (1,44%) e Espírito Santo com 1 (0,48%) leitor.

Em termos representativos, pode-se afirmar que o perfil majoritário do autor das cartas analisadas é o homem carioca. Se considerarmos o perfil socioeconômico

²⁵ Disponível em <<https://oglobo.globo.com/carta-leitores/>>. Acesso em: 14 out. 2017.

dos leitores do jornal, conforme informado na introdução, agrega-se a informação de que este indivíduo pertence, possivelmente, às classes A e B, que somadas representam 65% dos assinantes do periódico.

A seleção das 224 cartas dos leitores do universo total de 395 ocorreu a partir da leitura atenta de todo esse material. Foi feita uma triagem inicial dos conteúdos relacionados ao tema nacional em pauta e descartadas, por exemplo, cartas sobre a situação específica do Estado do Rio de Janeiro, que relatavam a situação de obras inacabadas, violência, cobrança de taxas e impostos; ou aquelas cujos temas não se relacionavam de forma direta nem indireta com a situação política do país naquele momento.

A partir dessa triagem, as cartas cujos temas e conteúdos se repetiam foram agrupadas em blocos e chegou-se a um total de quatro categorias, a saber: 1. Dilma; 2. Lula; 3. Lulopetismo; e 4. Crise. Cada uma dessas categorias foi analisada e trechos foram selecionados como explicitação do ódio nelas contido na referência a uma dessas questões. A seguir, será tratada especificamente cada uma das categorias.

4.1. CATEGORIA DILMA: O ÓDIO ÀS MULHERES

Das 224 cartas, 49 foram incluídas nessa categoria, o que indica o percentual de 21,87% do total das cartas analisadas. Dos assinantes das publicações dessa categoria, 41 (87,2%) são homens e 8 (12,8%) são mulheres, o que já é algo a se ponderar. Em termos de localização, 89,36% são do Rio de Janeiro e 10,63% de São Paulo.

A categoria Dilma reúne as cartas de leitores que destacaram a figura pública de Dilma Rousseff como mulher e como presidente do Brasil. Dessa forma, o conteúdo das cartas apresenta julgamentos sobre seu perfil pessoal, sua imagem pública e sua forma de conduta no governo. As publicações também englobam os conteúdos que falam sobre as medidas tomadas durante os seus mandatos presidenciais, como programas e ações, aumento de impostos e reações diante do seu processo de *impeachment*.

De uma forma geral, as cartas que tratam de Dilma focam na desqualificação do seu perfil público sugerindo debilidades de cunho pessoal, como se ela não fosse suficientemente competente para ocupar o cargo de presidente da República para o

qual foi eleita, de modo que sua vitória eleitoral tende a ser subestimada ou ignorada como um valor *per se* de autoridade para o exercício do cargo. Ressaltam-se os textos que indicam que ela veio a perder o controle do governo e o comando do país, sendo, por conseguinte, responsabilizada pela crise nacional e pelo “excesso de gastos”. Os leitores exibem o descontentamento com o governo e alguns exigem seu encerramento antes do fim do mandato, sem qualquer referência a algum fundamento jurídico. A seguir, seguem trechos de cartas que evidenciam essa constatação:

[...] com o quadro que vivemos de praticamente depressão econômica, e acelerado desemprego, a disparada da inflação reflete bem o total desapego aos recursos dos contribuintes e incompetência desta gestão Dilma. E sair desse atoleiro econômico não será nada fácil – Paulo Panossian, São Carlos – SP (O GLOBO, 08/11/2015, p. 13).

[...] Sabe aquela precípua obrigatoriedade hierárquica de quem adentra na máfia, fazendo as juras de comprometimento à fraterna lealdade, e que ao tomar conhecimento pelo capo de que sua saída e ou sua desistência corresponde à sua ruína? Não seria mais ou menos isso que acontece, resguardando, claro, as devidas proporções, relatividades, conteúdos e valores, com a Dilma Rousseff, que demonstra, há muito, estar desejosa de abduzir-se de fininho de seu establishment de presidente da República? – Carlos Mossy, Rio (O GLOBO, 15/11/2015, p. 19).

O governo fala em ruptura, mas foi o próprio quem plantou a semente com mensalão, Lava-Jato, notável incompetência para dirigir o país e o agravante da corrupção de seus “aliados”. [...]. Não podemos esperar uma atitude de grandeza da presidente Dilma e dos presidentes da Câmara e do Senado. São verdadeiros anões políticos e quem paga por isso é o país [...] – Vitor Augusto Mesquita Longo, Rio (O GLOBO, 06/12/2015, p. 17).

Não existe crise econômica, mas uma enorme crise política. Se a presidente Dilma, junto com seus apaniguados, forem retirados do poder, a economia voltará a crescer. [...] A presença desse pseudosocialismo no poder inviabiliza qualquer saída, afundando cada vez mais a economia do país – Marcelo de Lima Araújo, Rio (O GLOBO, 24/01/2016, p. 17).

Não vejo outra coisa na TV a não ser a presidente afirmar que nada fez de ilegal e que não há motivo para o seu impedimento. Se tivesse o mesmo empenho, a determinação e a competência para gerir o país, a situação econômica seria bem melhor [...] – José Carlos Luz Bernardo, Rio. (O GLOBO, 03/04/2016, p. 17).

Além do registro recorrente acerca da incompetência de Dilma Rousseff e a presença de noções que não teriam qualquer fundamento, caso se pudesse

interpelar o leitor – a exemplo de “pseudosocialismo” -, diversas cartas sugerem que a situação de caos no Brasil se deve ao perfil da ex-presidente. Xinga-se a presidente de membro de uma máfia e incluem-na no grupo dos “anões políticos” que destroem a nação. Há carta que diz diretamente que ela deve ser “retirada” do cargo. A maioria dos leitores, em tese informados, não discute a gravidade de se “interromper” um mandato presidencial, ao justificar que a “ruptura” se deu antes com os atos de corrupção denunciados. Não pedem mais averiguações. Não duvidam do andamento dos processos. Querem, arbitrariamente, que a ordem política e econômica retorne com o fim imediato da gestão Dilma. Mais uma vez, nenhuma menção ao fato dela estar onde está pelo voto popular, ainda que numa disputa acirradíssima com o candidato do PSDB.

Muitos leitores, provavelmente os que não votaram nela, afirmam que ela é fraca, incapaz, inerte e até mesmo “burra”. Vejamos algumas dessas cartas:

O país está parado. [...] A inércia da presidente Dilma para tomar decisões que só competem a ela é única – José Antônio Domingues, Rio (O GLOBO, 08/11/2015, p. 13).

Ah, as autoridades: Dilma, Maduro, Cristina, etc. Começamos a analisá-los com Dilma. Num dia, sugere que armazenemos o vento; no outro, afirma que quatro mais nove é igual a 11. É muita pérola para uma só pessoa [...] – Euzébio Simões Torres, Rio (O GLOBO, 29/11/2015, p. 13).

Agenda positiva da presidente: “Dilma sancionou o projeto que cria o Dia Nacional da Proclamação do Evangelho e o Dia do Tambor de Crioula”. Agora vai, iniciou 2016! – Claudio Juchem, São Paulo (O GLOBO, 17/01/2016, p. 17).

Talvez o maior motivo para o impedimento da presidente seja o fato de ela não conseguir concatenar frases, ou declarações condizentes com cada situação de forma objetiva e lúcida [...] – Maria da Graça Cunha Fabor, Rio (O GLOBO, 31/01/2016, p. 17).

Se votou em Dilma pensando em Lula, seu voto vale o mesmo que uma nota de R\$ 3. Se votou em Dilma pensando em Dilma, você escolheu um poste. Isso também não vale nada [...] – Jorge L. M. Borba, Rio. (O GLOBO, 20/03/2016, p. 17).

Cabe atentar para a carta de uma das poucas mulheres que opinou nesta amostra. Ela chega a justificar a interrupção de um mandato presidencial por eleição popular

direta através de uma espécie de brincadeira acerca da oratória da presidente, a seu ver, bastante deficiente. Importa observar que *O Globo*, ao selecionar esse tipo de opinião para expor em sua página dominical, lida com cerca de 1.281.000 leitores. Em que pese afirmar sua isenção, o jornal está dando crédito para um discurso que fomenta o *impeachment* sem razões constitucionais plausíveis, mas que se beneficia disso como algo bem-vindo ao debate.

Em algumas cartas, Dilma é acusada de “fora do eixo”, desconectada da situação do país, sendo apenas uma figura decorativa ou pupila de Lula:

“Ela vive em outra realidade” - @eliasjcunha, ao comentar sobre a frase “Eles exercem a violência, nós não”, diz Dilma ao se referir aos opositores. (O GLOBO, 03/04/2016, p. 17).

O Brasil é realmente um país de cabeça pra baixo com a organização política e social que tem. Sua presidente acaba de eleger, se o concurso da sociedade, sem ter-lhe consultado através de eleição, o seu mais novo presidente, o senhor Luiz Inácio da Silva o Lula. A rainha da Inglaterra ganhou mais uma colega, a figura decorativa e Dilma Rousseff – Marcelo Correia Lima, Rio. (O GLOBO, 20/03/2017, p. 17).

Nota-se ainda o crescimento da ironia e do sarcasmo ao se mencionar suas ações de governo, sendo que algumas cartas chegam a citá-la como uma “vergonha para as mulheres” no que tange à gestão administrativa. Ilustrativa é a carta abaixo, de uma mulher, que *O Globo* escolhe publicar e que, num só tempo, desqualifica a presidente e a luta pela mulher na política:

Esta notícia é piada pronta? O recém-criado Partido da Mulher Brasileira conquistou 20 deputados homens e já escolheu seu líder: Domingos Neto. Onde estão as mulheres? Pelo visto, nem as fundadoras do partido confiam nas mulheres. Concordo que depois da presidente fica difícil defender que as mulheres possam ser melhores administradoras, fazer política com olhar mais humanizado, tudo que as feministas sempre alardearam. Mas poderia disfarçar melhor [...] – Helena Maria de Souza, Rio (O GLOBO, 06/12/2015, p. 17).

No que se refere à prática de crime de corrupção, percebe-se, como já se pode antecipar, um desejo de condenação da presidente independentemente de comprovações de quaisquer espécies, não importando qual preceito constitucional seria utilizado para isso. É como se ela merecesse simplesmente ser punida, ao que se acompanha de um profundo descrédito diante de suas argumentações em defesa própria e do volumoso compêndio de sua defesa preparado pela Advocacia-Geral da

União. Nas cartas examinadas, tem-se nítido que os cidadãos e cidadãs brasileiros não previam a grave instabilidade institucional a ser gerada com uma decisão deste porte (o *impeachment*), se tomada incorretamente. Há leitor que ainda crê que a mídia não erra nem tem partido:

[...] Se Dilma não cometeu crime apenas com as “pedaladas”, com certeza merece ser apenada por outras práticas ainda não suficientemente esclarecidas - Fernando A. P. Silva, Niterói, Rio (O GLOBO, 27/12/2015, p. 17).

Absurdo a presidente dizer que não cometeu crime contra o país. [...]. Em quem vamos acreditar: em sua fala ou nas evidências mostradas pela mídia? – Roberto de Alencar, Rio (O GLOBO, 14/02/2016, p. 15).

Também há o leitor que supõe que a crise se deve à existência do Estado. *O Globo* elege sua carta para divulgação:

Não é má vontade a revolta de todos diante do desastre do governo Dilma. [...] Por que não reduzir a participação do Estado, que não mostrou competência nem para manter o que havia de bom? – Renato Murad, São Paulo (O GLOBO, 03/04/2016, p. 17).

Importa dizer que, no total de cartas relativas a essa categoria, apenas duas demonstraram-se reticentes ao *impeachment* de Dilma, não por considerarem que ela seria inocente ou estaria sendo injustiçada, mas pelo medo do que poderia ocorrer com o país, dependendo de quem assumisse seu lugar:

Tenho oposição ao governo, sou brasileiro, amo este país, tenho família e, é claro, sonho com um Brasil próspero, digno de orgulho e respeito. Leio que o governo quer apressar o processo de votação do impeachment para que a situação não se agrave mais ainda, piorando os cenários econômico e político. A oposição, por outro lado, não tem pressa, porque tem a “tempestade perfeita”, que inclui uma situação econômica ainda mais adversa para fragilizar Dilma. E o país, onde fica? Qual a finalidade? O fim da Dilma ou o fim do Brasil? A oposição à Dilma não pode se sobrepor à situação do Brasil. A ganância pelo poder não pode ser maior do que o Brasil - Francisco de Mattos Neto, Rio de Janeiro (O GLOBO, 06/12/2015, p. 17).

Sou contra a saída da presidente Dilma, não por achar bom o seu governo, mas com receio do que virá. Teremos o Temer como presidente, traidor e titular de um partido que sempre ficou à margem das decisões do país, sempre encostado no poder, mamando em suas tetas. [...] O impeachment está na lei, mas só isso não basta. Tem que ter motivo para tirar o presidente, e isso, rigorosamente, não há – Manfredo Mello Sardinha Silva, Rio de Janeiro (O GLOBO, 03/04/2016, p. 17).

Sendo assim, é preciso considerar que, se a opinião do leitor de *O Globo* ajuda a formar ou reforçar opiniões de outros leitores acerca de Dilma, as opiniões negativas a respeito da presidente foram praticamente absolutas. Não é possível saber, devido ao processo de seleção e edição das cartas, se houve o recebimento por parte do jornal de alguma carta menos condenatória ou se todas elas eram realmente assertivas quanto à presidente *ter que* deixar o governo, a despeito do longo processo que isso exigiria.

Ao se observar as cartas dos leitores sobre Dilma à luz da teoria, nota-se a existência do recorte de gênero em todas elas. As relações sociais e de poder aparecem de forma hierarquizada na medida em que a presidente é julgada e desqualificada de forma muito peculiar, diferente da forma como é feito com outros políticos acusados também de “corruptos”. No caso dela, exaltam-se características pessoais débeis, típicas da esfera privada, como se a presidente conduzisse o governo sob esse prisma, e não a partir do interesse público.

Nesse sentido, nota-se a presença da misoginia na medida em que as constantes desqualificações criam o estereótipo da presidente-mulher incompetente, inerte e descontrolada acerca dos rumos políticos do país. Além disso, aparece como tutelada por Lula, um homem. Dilma é desqualificada e humilhada e a conquista feminina de ser a primeira mulher presidente da República é aniquilada no discurso que exige sua deposição.

Percebe-se, nas cartas, que a imagem de Dilma associada à mulher frágil e incompetente conflita, em certa medida, com a imagem de mulher “durona”, “autoritária” e “mão de ferro”, características masculinas atribuídas a ela pela mídia em diversos momentos de seus governos. Nota-se, dessa forma, que conforme o clima político do país, sua imagem ora foi vista como “histórica, mal amada e embrutecida”, ora como “frágil, descontrolada e inerte”. Essa constatação vincula-se diretamente ao tema da sub-representação das mulheres na política, trabalhadas pela perspectiva de Biroli e Miguel (2010).

Nessa categoria, portanto, as cartas a respeito da presidente evidenciam a misoginia, ou seja, o ódio às mulheres, típico de uma sociedade machista e patriarcal como a brasileira. A presença de Dilma Rousseff na esfera política, por meio da ocupação do cargo mais alto do poder executivo no país, mobilizou

posições e sentimentos conservadores em relação à ocupação dos espaços públicos pelas mulheres. Por ocasião do processo de *impeachment*, essas questões vieram à tona, sendo um componente fundamental para a construção do discurso de ódio evidenciado no período anterior à sua saída da presidência.

4.2. CATEGORIA LULA: O ÓDIO AO POPULAR

Das 224 cartas, 33 foram inseridas na categoria Lula, totalizando o percentual de 14,73% do total das cartas analisadas. Dos leitores que enviaram essas mensagens, 25 (75,7%) são homens e 8 (24,2%) são mulheres. Em termos de localização, 90,62% são do Rio de Janeiro, 6,25% de São Paulo e 3,12% de Minas Gerais.

Essa categoria engloba as cartas dos leitores cuja temática é centrada na figura de Luiz Inácio Lula da Silva, seja como liderança política, seja como ex-presidente da República. Seu envolvimento nos casos de corrupção investigados pela operação Lava-Jato é fortemente citado, bem como seu comportamento diante dessas investigações. De maneira geral, o ex-presidente é muito criticado e ressalta-se seu processo de degradação moral, numa perspectiva de desconstrução de sua imagem de forte liderança popular.

Em diversas cartas, Lula aparece como dissimulado, mentiroso, vítima, como se ele fingisse ser da forma como é com o objetivo de ludibriar a população. O ex-presidente aparece na representação de um papel, o que pode ser evidenciado por trechos que mencionam sua atuação como ator e circense. Seguem abaixo algumas cartas relacionadas a esses aspectos:

Se Lula, em vez de utilizar o Instituto Lula, usasse um palco de teatro para falar que não existe nesse país ninguém mais honesto que ele, certamente seria um sucesso de público que pagaria para assisti-lo, por ser um excelente artista. Só este fato seria motivo de muitas gargalhadas, porém, como seu repertório é muito maior, isto o caracterizaria com certeza como o melhor comediante do país. Como Lula é uma pessoa pública, que não se aventurou no mundo das artes, ao dizer ser a pessoa mais honesta do país é sucesso, por enquanto, somente no Instituto que leva seu nome – Sid Monteiro, Rio de Janeiro (O GLOBO, 24/01/2016, p. 17).

O ex-presidente Lula não possui essa pureza d'alma por ele proclamada. Aliás, quem é verdadeiramente honesto não alardeia essa condição, pelo contrário, espera que aflore e que sejam reconhecidos seus sentimentos, seu caráter, sua integridade moral, sua conduta ética, profissional e familiar, e outros predicados. [...] – Maria Auxiliadora Campos Sales, Rio de Janeiro (O GLOBO, 07/02/2016, p. 15).

Representando viver no mundo da lua - uma vez que nunca sabe de nada – o ex-presidente vive, na verdade, no mundo do Lula, que criou em torno de si, onde ele e os seus tudo podem e a ninguém devem explicações. Um mundo onde imperam cinismo, mentira, desfaçatez, negócios escusos, amizades espúrias e favores indecentes. Onde a moral e os bons costumes são desprezados por quem se sente um ser superior, acima do bem e do mal – Maria Bethânia Passarelli, Rio de Janeiro (O GLOBO, 14/02/2016, p. 15).

É triste ver um ex-presidente mentir tanto. É doloroso saber que ganhou duas eleições enganando a maioria dos eleitores, levada a esse erro pela mesma artimanha. [...] – José Mafei, Rio de Janeiro (O GLOBO, 14/02/2016, p. 15).

Lula classificou sua condução para depor como espetáculo midiático. Na verdade, sua fala na sede do PT é que foi midiática e circense. Muitos que estavam ali o aplaudiam, enquanto destilava mentiras, desviando-se do cerne da questão: como ele e sua família desfrutaram de uma vida nababesca. Disse apenas uma verdade, ao se considerar uma jararaca – José de Lima Valverde Filho (O GLOBO, 06/03/2016, p. 17).

Lula [...] gosta de travestir-se de santo quando discursa para fazer propaganda dos seus feitos e do seu partido. No entanto, quando quer atacar alguém ou alguma instituição, mostra sua verdadeira índole [...] – Paulo Rinaldo Fonseca Franco, Rio de Janeiro (O GLOBO, 13/03/2016, p. 17).

Em diversas passagens, Lula também aparece como inimputável, acima da lei e do “bem e do mal”. É mencionado como corrupto, acusado de enriquecimento ilícito e visto como imoral, novamente mentiroso, e baderneiro, dando a entender que é uma pessoa que insufla os ânimos da população e dos movimentos sociais, o que, por sua vez, seria algo ruim. Nas cartas, percebe-se o desprezo pelo modo de Lula se comunicar com seu eleitorado e suas menções à possível solidariedade com a economia de países na África como uma falha. Ao fim, acusa-se Lula de um poder sobre as massas, de incitá-las a algo como uma “revolução”.

A entrevista do ex-presidente Lula depois de depor à Polícia Federal foi um espetáculo midiático. Em tom rancoroso, nada esclareceu. Os brasileiros não estão interessados em barco de pesca, pedalinhos e muito menos nos presentes que ganhou na Presidência, como trono africano. Ele perdeu a oportunidade de dar as explicações de maneira serena. Convocar movimentos sociais só acirra os ânimos. Referências às eleições de 2018 não fazem sentido – José dos Reis Lima, Rio de Janeiro (O GLOBO, 06/03/2016, p. 17).

[...] Agora que a Lava-Jato chegou nele, está incitando os militantes petistas! Isso é um perigo que vai fugir até ao controle dele! Prestem atenção nisso! Insuflar brasileiros contra brasileiros é crime! Ou não é? – Ana Maria Castro, Rio de Janeiro (O GLOBO, 06/03/2016, p. 17).

Frase do ex-presidente Lula dita no passado: “Pobre quando rouba vai preso. Rico quando rouba vira ministro. Lula foi pobre e hoje é rico. Nunca antes na História deste país uma frase adaptou-se tão bem ao momento atual – Luiz Fernando Viola, Rio de Janeiro (O GLOBO, 27/03/2016, p. 17).

Entretanto, o carisma e a liderança do ex-presidente são dignos de reconhecimento, em que pese como um atributo depreciativo, ou por enganar as pessoas ou porque seria uma estratégia do PT para se manter no poder. Acima de tudo, as cartas buscam a destruição da imagem de líder carismático por meio da forte caracterização do político corrupto. Em diversas passagens, constrói-se uma polarização entre cidadãos de bem e o político Lula, entendido como “mal”. São os cidadãos de bem aqueles que enxergariam a farsa do carisma (e do caráter) de Lula.

[...] Ressalta aos olhos que a fortuna da família Lula não foi só adquirida com o salário de presidente em 12 anos. Isso prova que sua blindagem foi muito bem construída. [...] – Francisco Jacobina Neto, Rio (O GLOBO, 08/11/2015, p. 13).

O que me impressiona é a carência de liderança do povo. O governo, inerte, traz a revolta e o assombro de ver renascer um político já fora do comando ser “querido” por uma parte da população. Se o PT não estivesse no poder, poderíamos tentar entender... – Roberto Solano (O GLOBO, 06/03/2016, p. 17).

Em seu irretocável artigo “O sonho esmorece, em um dia triste”, Ancelmo²⁶ Gois alude à declaração de Fernando Henrique, segundo a qual “Lula é um líder popular”. Mas, diante de tão gritantes evidências, como mantê-lo intacto? Que pena! – Homero Vianna Júnior, Rio de Janeiro (O GLOBO, 06/03/2016, p. 17).

Parafraseando nosso brilhante jornalista Ancelmo Gois, diria que, na conjuntura atual, líder de massa é o cacete. Se a jararaca, ao que tudo indica, se locupletou no poder, via empreiteiras, graças à roubalheira da

²⁶ Ancelmo Gois é colunista de *O Globo* e publicou, em 05/03/2016, um artigo intitulado “O sonho esmorece, em um dia triste”, no qual afirma que Lula frustrou milhões de brasileiros na medida em que aceitou favores pessoais milionários de empreiteiras. O artigo encontra-se disponível em <http://noblato.globo.com/artigos/noticia/2016/03/o-sonho-esmorece-em-um-dia-triste.html>

Petrobrás, será responsabilizada criminalmente, com a cabeça e o rabo – Paulo César Soares Cabral, Rio de Janeiro (O GLOBO, 13/03/2016, p. 17).

Tendo em vista a seleção das cartas acima no que tange ao ex-presidente Lula e considerando os elementos teóricos mencionados no capítulo anterior, pode-se afirmar que há uma forte tentativa de manchar, deturpar ou corromper a sua imagem, ou seja, seu carisma popular. Nota-se que apenas criticar os resultados das medidas dos governos petistas não é suficiente para sua desmoralização. É preciso desconstruir a imagem de Lula como uma das maiores lideranças políticas populares de massas no Brasil e também reconhecido no exterior²⁷, o que foi feito, nas cartas, pela sua associação a casos de corrupção e atitudes moralmente reprováveis.

Assim, a construção do ódio ao Lula está muito vinculada ao ódio ao popular no Brasil, seja pela origem de retirante nordestino do ex-presidente, seja pelas medidas adotadas em relação aos segmentos excluídos da sociedade durante seus governos. O relacionamento direto de Lula com os pobres no Brasil, independentemente da mediação dos grandes conglomerados midiáticos, é um fator que parece incomodar fortemente os setores médios no país, assim como sua trajetória como operário e sindicalista.

Por fim, essa categoria revela também o ódio a medidas progressistas que buscam incluir setores marginalizados historicamente. Nesse sentido, a aporofobia, ou seja, a aversão aos pobres, pode ser identificada na medida em que há uma rejeição a medidas, por parte do Estado, que tendem a minimizar as desigualdades sociais, beneficiando os setores mais empobrecidos por meio de políticas públicas de inclusão social e geração de renda.

4.3. CATEGORIA LULOPETISMO: O ÓDIO ÀS ESQUERDAS

Das 224 cartas, 37 constam nessa categoria, o que indica o percentual de 16,51% do total das cartas analisadas. Dos autores, 31 (83,78%%) são homens e 6 (16,21%

²⁷ Durante seus mandatos, o presidente Lula exerceu grande papel na diplomacia internacional, de maneira que, em 2009, o então presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, afirmou durante a reunião de líderes do G20, grupo de países desenvolvidos e em desenvolvimento, em Londres, na Inglaterra, que Lula era "o cara" e que o presidente brasileiro era o "político mais popular do mundo".

%) são mulheres. Em relação à localização, 75% são do Rio de Janeiro, 16,6% de São Paulo, 5,5% de Brasília e 2,7% de Minas Gerais.

Essa categoria reúne carta dos leitores que se referem às ações de Dilma, Lula e ainda do PT²⁸ como o mesmo grupo político que esteve à frente da presidência do país por mais de uma década, ou seja, fazem menção a um mesmo tipo de prática política vinculada a governos mais progressistas. Além disso, envolve citações a outros governos populares latino-americanos. Pode-se afirmar, de forma geral, que essa categoria aborda a atuação de grupos de centro-esquerda.

Em geral, aponta-se que os governos petistas quebraram o país e são responsáveis pela crise econômica e política. Cita-se muito o excesso de gastos públicos, o fato de o governo gastar mais do que poderia, o aumento de impostos e o “roubo” das estatais, com destaque para a Petrobrás. A experiência dos governos do PT é vista como uma “aventura sem rumo”, sem responsabilidades ou compromissos com o país:

Surreal Dilma, Lula e demais políticos do PT dizerem que se sentem “indignados” com o pedido de abertura do processo de impeachment contra a presidente Dilma. Se este é o sentimento deles, qual seria, então, o do povo que está desempregado, tendo de conviver com uma inflação atingindo dois dígitos e assistindo a políticos, principalmente os do PT, enriquecendo com os roubos nas estatais? Será que eles ainda não perceberam que essa demagogia hoje só está convencendo 10% da população que ainda insistem em acreditar neste governo? – Marcos Coutinho, Rio de Janeiro (O GLOBO, 06/12/2015, p. 17).

O discurso do PT de que a crise econômica do país é em função da crise política é uma falácia. Que esta também atrapalha é óbvio, mas as crises econômica e política foram causadas pelo próprio governo que está aí. Sobre a política é só lembrar das alianças espúrias que o governo teve que fazer para se sustentar – vide o mensalão –, e com relação à econômica não precisa consultar um economista: basta perguntar a qualquer dona de casa. Se gastar mais do que recebe a conta não fecha. Chega de mentiras – Juca Serrado, Rio de Janeiro (O GLOBO, 20/12/2015, p. 19).

[...] Essa é mais uma performance negativa do país, juntamente com inflação, recessão econômica, estouro da dívida pública, desemprego, déficit público, forte queda da Bolsa de Valores, perda da confiança do empresariado etc. Resultado de 13 anos do lulopetismo, que conseguiu a

²⁸ Para fins de esclarecimento: as cartas que se referiam apenas à Dilma ficaram na primeira categoria; as que se referiam apenas a Lula permaneceram na segunda; e as que se relacionavam a ambos e ainda ao PT se enquadraram nesta categoria.

proeza de fazer o país bater todos os recordes econômicos negativos – Fernando Varella, Petrópolis, Rio de Janeiro (O GLOBO, 10/01/2016, p. 13).

Ruína econômica, inflação alta, perda de renda das famílias, endividamento recorde das pessoas, desemprego alto, jutos altos, corrupção em nível industrial, pilhagem da Petrobrás, fundos de pensão de estatais destruídos, saúde em estado lastimável, educação pública deplorável, criminalidade exacerbada, dengue em expansão, chicungunha, vírus zika e microcefalia. Esse é o legado petista deixado por Lula e Dilma Rousseff para os brasileiros, após 13 anos de desgoverno – Francisco Manoel Goulart de Paula (O GLOBO, 24/01/2016, p. 17).

É interessante perceber como muitas cartas dos leitores associam o lulopetismo à falência da Petrobrás. Esse discurso midiático é interiorizado sem se questionar se o quadro da empresa seria mesmo de falência ou se estaria relacionado a possíveis intenções de privatização. Não foram encontradas cartas que apresentassem outra perspectiva em relação ao caso da Petrobrás. Esse aparente consenso entre os leitores de *O Globo* sobre temas que são conhecidos como foco de polarização do debate público revela a prioridade do jornal em selecionar conteúdos relacionados a uma única perspectiva, que é a de condenação do PT pela deterioração da empresa.

Como diria o macaco “eu só queria entender”. Segundo a mídia, a Petrobrás “vale” (pois todo dia cai um pouco) R\$70 bilhões e deve R\$ 550 bilhões (que todo dia aumenta). Quase oito vezes seu patrimônio. Se eu estivesse numa situação desta já teria pedido falência. Então, nem privatizá-la o governo conseguirá. Quem vai comprar uma dívida? Só um burro. Sugiro oferecê-la a quem votou no PT nas últimas eleições. Companheiro ajuda companheiro – Iria de Sá Dodde, Rio de Janeiro (O GLOBO, 24/01/2016, p. 17).

Especialistas cansaram de afirmar serem as petrolíferas o melhor negócio do mundo, quando bem administradas. O lulopetismo inovou, ao tornar um péssimo negócio uma petrolífera, quando colocaram a Petrobrás como o segundo maior caso mundial de corrupção, conforme julgamento internacional – Carlos Antonio Nogueira Filho, Rio de Janeiro (O GLOBO, 14/02/2016, p. 15).

Misericórdia pouca é bobagem. Além de arrasar com a Petrobrás e os fundos de pensão das estatais, a política de irresponsabilidade fiscal típica de governos socialistas arrombou também o FGTS. [...] – Joyce Coutinho, Rio de Janeiro (O GLOBO, 13/03/2016, p. 17).

Como se lê na última carta, o PT é vinculado a governos socialistas ou “pseudosocialistas” e a países como a China e a Venezuela, compreendidos pelos leitores de *O Globo* como ditaduras. Logo, há uma associação entre regimes

considerados socialistas ou comunistas e regimes autoritários, categoria na qual supostamente o PT se enquadraria:

Ou o povo tira o PT e PMDB do governo através do voto, em 2018, ou corremos grave risco de virarmos uma colônia chinesa. E no final, esta turma que saqueou o Brasil vai gastar o que roubaram em outro país e ficaremos aqui, batendo continência para chineses – Jorge Gomes Pinheiro, Rio de Janeiro (O GLOBO, 03/01/2016, p. 13).

Na Venezuela, execrados líderes que outrora tentaram afundar o país na lama a corrupção em direção à ditadura, sendo representados por vistosos outdoors enfeitando as repartições públicas, hoje estão vendo suas representações arrastadas pelos corredores em direção aos porões da História, para serem esquecidos. No Brasil, líderes representados por bonecos inflados estão sendo carregados pelas ruas e praças pelo povo, para jamais serem esquecidos e repetidos – Elizio Nilo Caliman, Brasília (O GLOBO, 20/03/2016, p.17).

Por fim, as cartas dessa categoria demonstram, mais uma vez, a associação inquestionável entre o PT e a corrupção. O partido é unilateralmente culpado pela descrença ou desmoralização política no país, como se a “reserva moral” tão propalada pela esquerda finalmente tivesse se esgotado. Assim como se verificou nas cartas especificamente sobre Dilma ou sobre Lula, o PT chega ao ponto de ser tratado como uma organização criminosa, formada de mafiosos e bandidos.

[...] O real é um crime de estelionato eleitoral. Há um paralelo com o argumento de que o caixa 2 do mensalão era para ajudar o PT e não para enriquecimento pessoal, algo desmontado pela Lava-Jato. Enfim, a linha de ética do PT é no mínimo tortuosa. A vergonha é o tributo que o pecado paga à virtude, e nisso o PT, faz tempo, é sonegador. O PT deixou o Brasil no osso – Marcelo Morgado, São Paulo (O GLOBO, 20/12/2015, p. 19).

[...] Isso é mais uma ofensa do lulopetismo ao povo brasileiro. A falta de vergonha da organização criminosa que habita o governo não tem limites. O país atravessa uma crise econômica gravíssima, e a única coisa que passa pela cabeça dos petistas é escapar das grades. Um governo apodrecido, sem rumo e desmoralizado pela corrupção tenta um último golpe para permanecer no poder. O povo deve reagir a mais esse acinte – Francisco Manoel Goulart de Paula, Rio de Janeiro (O GLOBO, 20/03/2016, p. 17).

Também são exibidas cartas supostamente de uma geração que acreditou no PT, mas se decepcionou com os rumos do partido. Poderiam ter sido jovens que viveram a reabertura política e deram seu primeiro voto a Lula, mas que hoje, inconformados com as denúncias de corrupção que envolvem governos petistas – e sem o cuidado de averiguar as fontes de informação dessas denúncias –, passam a apoiar a luta

pela moralização do país, tendo em vista que “a esperança” na estrela vermelha fora derrotada pela “corrupção”.

Tudo o que está acontecendo é muito triste. O binômio Lula & PT desapontou toda uma geração que não teve “medo de ser feliz” e acreditou que era possível se fazer política com ética, sem a prática do “eu dou para receber depois”. Foi uma covardia sem tamanho feita com todos nós, que achávamos que Lula e o PT não se venderiam, nem se deixariam picar pela mosca azul do poder. São legítimas e absolutamente necessárias todas as averiguações em andamento da Lava-Jato, bem como os demais processos em curso. Em se provando crime, cadeia para todos. [...] – Antonio Augusto de Aquino e Castro, Rio de Janeiro (O GLOBO, 13/03/2016, p. 17).

Poucas pessoas têm a oportunidade de realizar na vida adulta sonhos da juventude. Fico estarecida quando vejo que as pessoas que hoje governam o Brasil são as mesmas que foram presas e torturadas porque lutavam para ter um país mais justo. Muitas delas estão presas ou indiciadas por envolvimento em algum escândalo de corrupção. Será que o poder corrompe tanto? Na solidão de uma cela, ou mesmo na leitura diária de um jornal, não bate remorso pensar que milhões desviados causaram tantas mortes por falta de hospitais, destruição de casas pela favelização das cidades etc? Talvez, quem sabe, uma reflexão dos governantes seria um belo caminho para a tão esperada e alardeada justiça social – Margarida C. Khauaja, Rio de Janeiro (O GLOBO, 14/04/2016, p. 17).

As cartas indicam a coroação do PT como o maior símbolo de envolvimento com a corrupção no país e insinuam uma relação entre o excesso de gastos públicos x governos socialistas e corrupção estatal x governos socialistas. Em tese, o PT teria adotado medidas de gastos excessivos no país, que teriam gerado a crise, além de participar dos maiores casos de corrupção da história.

Retomando os aspectos teóricos trabalhados no capítulo 2, o antipetismo retratado nas cartas está relacionado ao anticomunismo, já utilizado em momentos da história do Brasil para conter governos que adotaram algumas medidas populares. Como a ameaça comunista parece ser ainda muito viva na memória do país, ela se traveste de antipetismo na atualidade, o qual precisa também ser combatido e exterminado. Uma das formas de isso ser feito é, novamente, pela degradação moral desse partido, considerado, em outros momentos históricos, um reduto de ética da esquerda brasileira.

Evidencia-se, dessa forma, um ódio às esquerdas de maneira geral, seja pela articulação dos governos petistas a outros regimes considerados socialistas, como China, Venezuela e Cuba, seja pelo combate à ameaça comunista (petista) em virtude das medidas de cunho popular adotadas por esses governos. Esse ódio à

esquerda em geral é fruto de sua associação unilateral a imagens de regimes totalitários, sendo que as conquistas trabalhistas, oriundas das lutas dos movimentos sociais e sindicais, não parecem conseguir se associar a esse campo político.

Soma-se a isso a perspectiva de Souza (2016), quando o mesmo fala das virtudes do mercado, formado por pessoas honestas, cujo único crivo é o mérito, o talento e o esforço. É como se o ódio às esquerdas e aos países considerados socialistas convivessem com o elogio ao modelo americano do *way of life*, visto como uma sociedade justa e isenta de crises e conflitos bélicos em todo o mundo. Apresenta-se o desejo de viver em um paraíso moral no Brasil, sob uma ética do livre consumo. Dessa forma, apenas a possibilidade de qualquer tipo de regulação estatal – lembrando que o Estado é percebido como o reduto da corrupção – acirra os ânimos das elites e dos setores médios.

4.4. CATEGORIA CRISE: O ÓDIO A MEDIDAS PROGRESSISTAS TRAVESTIDO DE DISCURSO MORALISTA DE COMBATE À CORRUPÇÃO

Essa é a categoria com o maior número de cartas. Das 224, 105 (46,87%) estão enquadradas nessa divisão. Dos leitores que enviaram essas mensagens, 83,8% são homens e 16,2% são mulheres. Em termos de localização, 84,94% são do Rio de Janeiro, 9,67% de São Paulo, 3,22% de Minas Gerais, 1,07% de Brasília e 1,07% do Espírito Santo.

Nessa categoria, englobam-se as cartas que abordam a crise brasileira, a qual é dividida em duas vertentes: a crise econômica e a crise política. A crise econômica é retratada pelas menções ao desemprego, problemas na saúde, educação e segurança, aumento de impostos e da inflação, entre outros problemas sociais. Citam-se os entraves enfrentados pelas empresas e indústrias, atribuem-se as causas da crise ao excesso de gastos públicos e evidenciam-se a inoperância e incompetência do Estado em lidar com a situação. Algumas cartas ainda sugerem uma solução “externa” aos problemas do país, como se aqui não houvesse quadros competentes para solucionar os dilemas nacionais, o que traz novamente à tona o “complexo de vira-latas” que faz com quem o Brasil seja descrito da forma mais pessimista. A seguir, seguem alguns exemplos desse tipo de cartas:

Apertam nosso cinto, mas em Brasília continua a ganância, como se nada tivesse acontecendo, e resolvem, com nosso dinheiro, construir um anexo, orçado inicialmente (como em todas as obras públicas), em R\$310 milhões! Não satisfeitos, aumentam o número de funcionários autorizados a fazer horas extras para 900, além de três assessores por gabinete. Irresponsáveis e sem noção da crise que enfrentamos, abusam do fato de sermos nós que pagamos as contas – Henriette Granja, Rio de Janeiro (O GLOBO, 01/11/2015, p. 17).

As notícias da crise não são alvissareiras. As taxas de desemprego aumentam, e já são nove milhões os desempregados. Inquilinos e proprietários podem ignorar os índices oficiais, como o IGP-M que regula os aumentos de alugueis, e negociar livremente acordos adequados aos seus interesses. Já empregados e empregadores são considerados ineptos para estabelecerem individualmente acordos que interessem às partes por serem tutelados por uma legislação de 70 anos, que ficou petrificada. Além de aproveitadores do populismo demagógico, instalados nas cúpulas dos sindicatos, a trágica situação beneficia a quem? – Anderson A. Zelbe, Rio de Janeiro (O GLOBO, 01/11/2015, p. 17).

Vivemos no Brasil, uma guerra. Assassinatos, arrastões, balas perdidas, assaltos e muitas mortes de inocentes, policiais, e até bandidos. Um ambiente de pavor e medo: barbárie. Enquanto isso, o governo e os políticos estão preocupados com vantagens. Lava-jato, processos, contas na Suíça, cassação, impeachment e preparação de suas defesas. Onde estão e quem são os ministros, ou melhor, os comandantes das três Forças Armadas? Se não é para nos dar segurança, para que servem? – Rubem Paes, Rio de Janeiro (O GLOBO, 08/11/2015, p. 13).

Desemprego, inflação, zika vírus, economia desastrosa, puxa, quantas guerras estamos perdendo? Talvez a culpa seja do povo, que escolheu mal os administradores do país. Como reverter este cenário que está levando o país para uma imensa recessão e insolvência? Será que precisaremos pedir emprestado ao presidente Obama, a juízes filipinos, a economistas suíços, para sairmos do buraco, e para que o trilhão de reais que pagamos em impostos sejam bem aplicados e possamos pensar um dia em sermos um país do Primeiro Mundo – Arnaldo Jannuzzi, Rio de Janeiro (O GLOBO, 14/02/2016, p. 15).

A crise política, por sua vez, é entendida como uma crise moral e ética, causada pela corrupção deslavada e sem medidas que assola o Brasil. Criticam-se as posturas dos políticos e o inchaço do Estado em termos de cargos, seja de políticos ou de funcionários comissionados. Nota-se um descrédito profundo na política e nos políticos. A política deixa de ser um lugar para “cidadãos de bem” e passa a ser um espaço de bandidos e corruptos, perspectiva que cria um hiato entre a população e os espaços democráticos de decisão, como pode ser visto a seguir:

Assim que vi a imagem da árvore de Natal da Lagoa, imediatamente veio-me à cabeça que essa árvore, do jeito que ficou, simboliza exatamente a

situação em que o país se encontra: um emaranhado de corrupção, ladroagem, apadrinhamento, escândalos, isso sem contar que até o Natal mais de 200 mil pessoas estarão sem emprego. [...] – Sonia Regina Bonafé de Carvalho, São Paulo (O GLOBO, 22/11/2015, p.17).

Impressiona o número de congressistas envolvidos em crimes capitulados na nossa legislação penal. A ética e a moral que deveriam ser a regra no comportamento dos membros do Legislativo se tornaram exceção. Hoje, o Congresso Nacional está mais próximo de uma penitenciária do que um dos poderes da República. Mas ainda existe esperança no fim da impunidade – Sergio Abram Fridman, Rio de Janeiro. (O GLOBO, 29/11/2015, p. 13).

Da forma como nosso país está se deteriorando, dá pra entender por que pessoas corretas, cumpridoras e honestas não querem fazer parte da política brasileira. O problema é o tal corporativismo entre todos os políticos, que por ambição se unem em conchavos vergonhosos e não se interessam verdadeiramente pelos problemas. [...] – Marcia Algranti, Rio de Janeiro (O GLOBO, 06/12/2015, p.17).

[...] Além de ser um péssimo exemplo para a população, de falta de educação, baixaria e conduta chula, mostra como os políticos brasileiros são bregas, deselegantes e despreparados para suas nobres funções. Com políticos desse tipo, não surpreende que estejamos vivendo uma grave crise e descendo a ladeira em todos os campos da vida nacional – Renato, Khair, São Paulo (O GLOBO, 13/12/2015, p. 17).

Que tal incluir no documento para combater a crise mais algumas medidas como: instituir imposto sobre mentiras e promessas de campanha não cumpridas, elevar imposto sobre palestras de ex-presidentes pagas por empreiteiras, taxar incompetência administrativa e fisiologismo político, aumentar o IR de sindicalistas que ficaram milionários nos últimos governos, criar imposto a ser pago por quem promover “pedaladas” fiscais e multar políticos que nunca sabem o que acontece ao seu redor. Fica a sugestão. Afinal, sugerir ainda não paga imposto – Maria Bethânia Passarelli, Rio de Janeiro (O GLOBO, 03/01/2016, p. 13).

O Brasil descobriu o exato significado do PAC: Programa de Aceleração da Corrupção – Adalberto Costa, Rio de Janeiro (O GLOBO, 20/03/2016, p.17).

Paralelo à revolta com tudo o que estamos vivendo na nossa política e economia, fico envergonhado só de pensar como o Brasil está sendo visto mundo afora com presidente, vice, líderes da Câmara e do Senado investigados em dezenas de causas, mas ativos no poder; listas diárias com envolvidos em corrupção em todas as esferas; nomeações, posses e revogações sequenciais no alto escalão de ministérios. Imagino a perplexidade de analistas e políticos destes países ao acompanhar as notícias desta farra. Não dá pra ser levado a sério – Bernardo Kvapil, Rio de Janeiro (O GLOBO, 27/03/2015).

Por fim, nota-se que há uma revolta contra a impunidade existente em relação à corrupção no país e um desejo de identificação e penalização dos culpados. Clamam-se por medidas moralizadoras, identificadas na atuação do poder judiciário, reconhecido por características como seriedade, honestidade, ação corajosa e independente, sobretudo quando se refere à Operação Lava-Jato e ao juiz Sérgio Moro. A esperança de dias melhores é deslocada para essa esfera de poder:

No início eram sussurros. Agora, são claramente ouvidas vozes iradas contra a Operação Lava-Jato. Até em carta aberta, com assinatura de advogados de acusados nas investigações, ousaram dizer: “A Operação Lava-Jato se transformou numa Justiça à parte”; “Enfim, uma tentativa de justicamento, como não se via nem mesmo na época da ditadura”. Na Suíça, um brasileiro de 83 anos, sobre quem pairam graves acusações, foi preso sem aviso prévio e depois extraditado para os Estados Unidos: José Maria Marin. Em alguns países, a lei é igual para todos. O Brasil vai chegar lá? – Eris A. Scheighetz, Rio de Janeiro (O GLOBO, 07/02/2016, p. 15).

[...] Causam asco os malfeitores que ora se passam por vítimas, como se cordeirinhos fossem, ora por lobos, que arreganham os dentes e ameaçam os que escancaram seus podres desígnios. A Justiça precisa enfrentá-los, ou será vã a esperança de ver luz no fim do túnel – Guita Zach, Rio de Janeiro (O GLOBO, 28/02/2016, p. 17).

Diante da paralisia do Executivo e do Legislativo face à roubalheira que se desnudou, parece que o Judiciário resolveu trabalhar. Embora o Executivo nada faça para corrigir o desastre que a cada dia se torna mais gigantesco, e que o Legislativo não adote qualquer medida para sequer afastar temporariamente as figuras que vêm colecionando denúncias, o Judiciário vem surpreendendo. A Lava-Jato, nem é preciso citar: é fantástica. Além disso, decidiu pela prisão para os condenados em segunda instância, obrigou a refrigerar 100% dos ônibus do Rio até o fim de 2016; e proibiu a Cedae de cobrar esgoto onde não há tratamento adequado – Marco Farias, Rio de Janeiro (O GLOBO, 28/02/2016, p. 17).

Já dizia minha avó: quem não deve não teme... A nomeação do novo ministro da Casa Civil por si só já dizia tudo e, infelizmente, deixa claro que é uma tentativa de fuga do óbvio. Parabéns, juiz Sérgio Moro, pela sua seriedade, honestidade e por nos dar esperança de que ainda existem pessoas que realmente querem um Brasil melhor – Liane Gouvea, Rio de Janeiro (O GLOBO, 20/03/2016, p. 17).

Entre todos os brasileiros de bem, que pagam incontáveis impostos sem retorno, de repente surgiu a figura do juiz Sérgio Moro. Veio como uma esperança para um povo que perdeu o chão, sentindo-se inseguro num país onde prevalece todo tipo de atuação perversa, que ofende os esforços intermináveis de uma população. Este juiz não é um qualquer. Basta ver seu currículo e o desejo de colocar ordem num país que clama por justiça limpa. [...] – Marcia Algranti, Rio de Janeiro (O GLOBO, 27/03/2016, p. 17).

Ao ler e ouvir as cada vez mais crescentes e raivosas críticas à atuação corajosa e independente do juiz Sérgio Moro, na condução da Lava-Jato, recordei-me de um velho ditado português que se aplica ao quadro que vivemos: “Os cães ladram, mas a caravana passa”. Os brasileiros continuam a apoiá-lo em tudo o que ele está fazendo, bem como os promotores e delegados que o assessoram nesse espinhoso mister de saneamento ético e moral que está promovendo na vida política e empresarial de nossa nação. Vá em frente, dr. Moro! O Brasil agradece! – Carlos de Souza Scheliga (O GLOBO, 03/04/2016, p. 17).

Poucas cartas puseram em dúvida a atuação do juiz Sérgio Moro. Na que segue abaixo, questiona-se a seletividade dos empresários e banqueiros para os quais se decreta a prisão:

Na repugnante política do “prende primeiro e investiga depois”, que mantém na cadeia os srs. José Dirceu e Marcelo Odebrecht, quando é que os procuradores federais da turma do Torquemada paraense Sérgio Moro vão pedir a prisão dos banqueiros, industriais e empresários que se locupletaram no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), um escândalo que representa mais de cem mensalões e vinte Lava-Jatos. [...]. – Silvio de Barros Pinheiro, São Paulo (O GLOBO, 27/12/2015, p.17).

Conforme o referencial teórico trabalhado no capítulo anterior, pode-se inferir que o teor das cartas indica uma visão da crise moral na política como uma crise de caráter individual dos políticos, que aparecem num patamar distante dos cidadãos comuns ou de bem. Retoma-se, nessa linha, o que Sennett afirma ser o retraimento da cultura pública, pela qual o público torna-se mais espectador do que participante da política. A crítica aparece a partir do âmbito privado, numa clara distinção entre “nós” (privado) e “eles” (público), o que corrobora mais uma vez a implementação de um Estado Mínimo:

O Estado brasileiro é grande, ineficiente, corrupto e custa caro ao país. A dívida pública pode chegar a 80% do PIB até 2018. Será que nossa dívida é impagável? Quem nunca ouviu alguém dizer “estude, faça concurso público e garanta seu futuro!” Será que esse pensamento garante o futuro dos filhos ou é a garantia de que cedo ou tarde o Brasil vai quebrar e levar com ele o futuro de todos nós? A maioria dos brasileiros não gosta do Estado, mas muitos querem se juntar a ele. O Brasil precisa fazer uma autocrítica com urgência! Ninguém está isento dessa responsabilidade! A reforma da Previdência é inevitável e inadiável! Sem ela, um dia o dinheiro acaba – Alexandre Bacellar Martins, Rio de Janeiro (O GLOBO, 17/01/2016, p. 17).

Ao se tratar da crise sob a perspectiva econômica, verificou-se, tal qual apontou Souza (2016), uma grande descrença e deslegitimação do papel do Estado na solução dos problemas nacionais, não raro sendo mencionada a necessidade de privatizações. Subentende-se que os gastos excessivos que levaram à crise

econômica estão relacionados ao aporte de recursos para os programas sociais desenvolvidos durante os governos petistas, o que ratifica a perspectiva de Souza acerca do discurso sobre a corrupção como uma forma de paralisar a possível ameaça de medidas que possam incidir sobre a concentração da riqueza pelas elites nacionais.

Dessa forma, a luta anticorrupção aparece nas cartas como uma luta de todos, uma luta pela moralização do país e que só se viabiliza a partir da atuação do poder judiciário, visto como a nova reserva moral da sociedade brasileira. Logo, a solução dos problemas da política é transferido para outra esfera, a jurídica, como se aquela não fosse mais capaz de dar respostas à situação nacional. A judicialização da política fica evidente, sobretudo quando o novo “herói” nacional passa a ser a figura do juiz Sérgio Moro.

Esse ódio expressa-se na deslegitimação do Estado em seu papel de gerenciador da economia e da política; na luta militante e moralizadora anticorrupção no país, feita de forma seletiva contra determinados políticos ou partidos e sem incidir sobre questões estruturais do sistema político brasileiro; e no esvaziamento dos espaços democráticos da política por meio da transferência da responsabilidade de solução dos problemas do país para o poder judiciário.

Nessa categoria, não foram encontradas cartas que expressassem opiniões diferentes acerca das causas da crise ou que manifestassem posições divergentes a respeito da corrupção no país. Novamente, questiona-se o fato de *O Globo*, no assunto mais recorrente nas cartas no período analisado, não apresentar posicionamentos diferentes perante um tema tão polêmico na conjuntura brasileira. Esse fato demonstra como a mídia contribui para a construção de um aparente consenso sobre os assuntos alvo de polarizações e embates políticos.

Destaca-se que, embora a corrupção seja vista como algo inerente aos políticos por meio das cartas, o ódio aos corruptos é direcionado a um único agrupamento político, o PT, e os aplausos reiterados a um único operador judiciário, nesse caso, o juiz Sérgio Moro. Esses fatos demonstram como a imprensa reforça, de modo maniqueísta, quem é o inimigo ou o amigo da nação.

Reitera-se ainda que, quando o tema das cartas foi a “crise”, os leitores não a discutiram como um fenômeno mundial, mas como um acúmulo de problemas

jamais corrigidos na economia brasileira e fortalecidos pelos inúmeros casos de corrupção no país, como se o desvio do dinheiro público fosse seu grande impulsionador. Em suma, as cartas dos leitores reproduziram o senso comum, que “coincidentemente”, era também a opinião do jornal.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão da construção do discurso de ódio no Brasil a partir das cartas do jornal *O Globo* no período anterior ao *impeachment* de Dilma Rousseff revelou-se um tema profundamente complexo e repleto de nuances, as quais são extremamente necessárias para se tentar compreender o fenômeno como um todo.

Dessa forma, em termos de ferramentas disseminadoras do discurso de ódio, esta pesquisa pôde concluir que existe um significativo protagonismo dos meios de comunicação em todo esse processo. Ao partir do pressuposto de que a mídia é um componente fundamental para a construção do clima político no país, seja pela gestão da imagem dos políticos, seja pela gestão dos afetos dos cidadãos, constatou-se que ela é, atualmente, a maior via de acesso da população à vida política no Brasil, o que não implica que haja a participação dos cidadãos na gestão dos meios midiáticos; tão somente que as informações acerca dos temas públicos são conhecidas quase que exclusivamente nas vozes ou escrita dos principais meios de comunicação do país.

Ressalta-se a permanência do monopólio midiático no Brasil e renovação praticamente automática das concessões de rádio e televisão para os grupos que historicamente já dominam o setor de radiodifusão no país. Além dos veículos de comunicação tradicionais, esses conglomerados também possuem atuação nas redes sociais, de maneira que sua influência se soma e se complementa nas diversas plataformas disponíveis. Em que pese a atuação cada vez maior dos grupos de mídia alternativa, sobretudo com o advento das redes sociais, seu alcance e influência ainda é muito tímido mediante à mídia tradicional. Compreender, por isso, o funcionamento da esfera midiática, tanto na história, quanto no presente, contribui para entender de maneira mais completa o desenrolar dos acontecimentos políticos nacionais.

Por meio do paralelo de dois cenários da política brasileira, o golpe militar de 1964 e o *impeachment* de Dilma Rousseff, verificou-se o quanto a mídia teve um papel importante na construção de narrativas e de sentidos para cada um desses momentos históricos. No primeiro episódio, destacou-se seu papel na desestabilização do governo de João Goulart, por meio da difusão do discurso anticomunista. Criou-se a falsa ideia de que o governo trabalhista de Jango, na

medida em que propôs as reformas de base na tentativa de minorar as desigualdades sociais no país e que controlou a remessa de lucros das empresas estrangeiras no Brasil, estivesse se encaminhando para “rasgar” a Constituição e implantar aqui o regime socialista soviético. A fantasia ganhou proporções inimagináveis e atuou na legitimação das ações dos militares após o golpe que interrompeu o regime democrático.

Já no segundo episódio, percebeu-se o quanto a mídia atuou na vinculação seletiva dos casos de corrupção aos governos petistas e o quanto contribuiu para a criação de uma linguagem específica e de um discurso que reiterou a necessidade de destituição da presidente eleita como condição para a saída do país da crise.

As ferramentas midiáticas para a disseminação do discurso do ódio tornaram-se mais complexas com as mídias sociais. A intolerância nas redes adquiriu um novo patamar, possivelmente pelo fato de os sujeitos que se comunicam por meio dessa ferramenta não estarem fisicamente em contato uns com os outros, o que cria um relativo distanciamento, fator impulsionador de comportamentos que não ocorreriam com a mesma facilidade mediante o contato pessoal. Devido ao amplo acesso às redes em virtude de sua gratuidade, grupos disseminadores de preconceitos passaram a ocupar e a disputar esse espaço e uma nova esfera para a mobilização conservadora acabou por se revelar. O discurso de ódio ganhou um novo palco, o que tornou mais complexo o período de estudo em questão.

Outra nuance da construção do discurso do ódio no Brasil está no conhecimento das bases estruturais, históricas e conjunturais acerca de seu surgimento no país. Esta monografia buscou elencar um conjunto de conceitos que ajudaram a compreender sua sustentação no período anterior ao *impeachment* de Dilma Rousseff. Considerando que os principais alvos desse ódio foram a própria presidente, Lula e o Partido dos Trabalhadores, o referencial teórico escolhido buscou trazer elementos que tornassem essa análise mais profunda.

Em primeiro lugar, abordaram-se as questões de gênero para entender o ódio direcionado à presidente Dilma, que se constitui como misoginia, o ódio às mulheres. A partir da perspectiva de que o gênero trata das relações sociais e das relações de poder entre os sexos, concluiu-se que as relações hierárquicas entre homens e mulheres na sociedade são tratadas de forma naturalizada. O lugar do

feminino na cultura ocidental está vinculado à eliminação da historicidade das conquistas das mulheres ao longo do tempo.

O medo do feminismo por setores da sociedade fez com que o discurso misógino repercutisse amplamente no Brasil. O setor médico contribuiu para a disseminação de um discurso sobre a incapacidade física e intelectual das mulheres. Já o meio político relegou a participação feminina ao âmbito privado, de maneira que a mulher pública fosse, durante muito tempo, considerada uma mulher “vadia”. Dessa forma, as mulheres foram alijadas da esfera de participação política, reduto predominantemente masculino. A presença esmagadora de homens no espaço público das cartas dos leitores de *O Globo* é um exemplo de como a cultura misógina ainda se perpetua na sociedade brasileira.

Diante desses elementos, percebeu-se que a presidente Dilma Rousseff, primeira mulher a ocupar o cargo mais alto do poder executivo do país, foi alvo de desqualificação, nas cartas, a partir de características amplamente disseminadas pela cultura misógina que apontavam para a incapacidade, a limitação e a ignorância das mulheres. O discurso de ódio, portanto, teve como alvo a presidente Dilma Rousseff, mas também falou muito sobre o inconformismo de setores conservadores da sociedade brasileira em admitir a ocupação desse espaço político por uma mulher, ainda mais que ela estava longe de corresponder ao protótipo da mulher “digna”.

Dilma era divorciada, em sua juventude participara da resistência à ditadura militar, e não professava qualquer religião, estando distante da imagem da mulher dedicada a um marido ou ao lar, ainda que seu *marketing* se preocupasse, para proteger sua imagem, em apresentar sempre que possível sua filha e o neto então recém-nascido. Ao longo de seu mandato, porém, Dilma não se apresentou acompanhada de qualquer parceiro.

Em algumas cartas, ela é apresentada como uma figura decorativa de Lula, não agindo conforme suas próprias capacidades, mas sim a partir da orientação do ex-presidente, ou seja, sob a tutela de um homem.

Para entender o ódio direcionado ao ex-presidente Lula, optou-se por utilizar o conceito de aporofobia, o medo e rejeição aos pobres. As classes altas reproduzem esse sentimento pelo fato de acharem que os pobres são sinônimo de delinquência

e ameaça à estabilidade. Não raro, culpabilizam-nos por sua condição de pobreza, pois é como se eles próprios fizessem por merecer a condição na qual se encontram, e não que sua situação seja fruto, na maioria das vezes, de condições socioeconômicas estruturais. Pelo fato de a origem social de Lula estar vinculada à pobreza, bem como por ele ter impulsionado um conjunto de programas sociais de inclusão desse segmento, há um direcionamento do ódio à sua pessoa.

O fenômeno do lulismo é entendido por esse vínculo, sem mediações, de Lula com os setores mais populares, ultrapassando as barreiras dos conglomerados midiáticos, numa relação quase inédita na história do Brasil, em que pesem algumas tentativas de comparação com o getulismo que, contudo, são bastante frágeis. Sua política de inserção dos setores populares no mercado de consumo despertou um grande incômodo dos setores conservadores do Brasil, tendo em vista que os setores médios se viram ameaçados pela perda de status. Por isso, o ódio a Lula, concluiu-se, é um ódio ao popular, seja por sua origem de classe, seja por suas medidas de governo em benefício desse segmento ou ainda pela forte liderança carismática exercida nesse setor.

No que se refere ao ódio ao PT, avaliou-se que ele estaria relacionado ao ódio às esquerdas e ao comunismo. O antipetismo seria, portanto, uma atualização do anticomunismo, sempre utilizado em determinadas conjunturas históricas para tentar frear medidas mais progressistas de governos.

O ódio direcionado a esses personagens, no entanto, está embebido em um discurso moralizante em favor do combate à corrupção no país, a quem esses personagens são fortemente vinculados. O desfecho para a compreensão da construção do discurso de ódio está intimamente relacionado ao discurso da crise moral e da luta anticorrupção. Em associação à leitura de Souza (2016), concluiu-se, pela pesquisa, que o discurso anticorrupção é uma maneira de a “elite do dinheiro” manter sua hegemonia cultural e sua concentração de riqueza, sobretudo pela crítica a medidas redistributivistas de governos mais progressistas.

A origem do discurso de demonização do Estado e de sacralização do mercado parte do mito nacional do “homem cordial”, que se enxerga como avesso às instituições e à cidadania, e teria criado, contudo, o Estado Brasileiro em antagonismo às normas “virtuosas” do mercado baseadas na livre competição, na

igualdade de oportunidades e no mérito. Os intérpretes da brasilidade, segundo Souza (2016), tal como Sérgio Buarque de Holanda, reforçaram o complexo brasileiro de “vira-latas”, que perdura até hoje, ao enaltecer as instituições democráticas nos países centrais e ao subestimar a república brasileira como, contraditoriamente, personalista e inexoravelmente corrupta. Ao direcionar para a esfera pública essa representação, nota-se que o Estado patrimonial seria, portanto, uma singularidade brasileira, baseado em favores e benefícios pessoais, símbolo de seu eterno atraso.

Essa descrença no papel do Estado, corrupto por “natureza”, atravessa a história do país e no episódio de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff aparece novamente, mas por meio da chamada “fulanização” da corrupção, com alvos específicos e direcionados - Dilma, Lula e o PT -, como se apenas eles fossem a personificação mais vívida da corrupção nacional.

Em termos conjunturais, a luta anticorrupção tornou-se uma bandeira moralizante empunhada pela classe média brasileira, devido ao fato de esse segmento enxergar nessa luta um elemento de distinção social em relação às camadas populares. Nessas circunstâncias, constatou-se que o envolvimento do poder judiciário como reduto regenerador do poder executivo foi de grande importância, pois aprofundou a perspectiva de que o próprio Estado ou a própria política não são capazes de darem respostas à crise pela qual vive o país.

A exaltação do poder Judiciário, porém, ocorreu concomitantemente à criação de personagens mitológicos que seriam os bastiões da moralidade e os defensores da pátria, o que recaía, novamente, na personalização da política. Ocupantes de cargos no Judiciário, que deveriam ser marcados pela discricção, tornaram-se celebridades exaltadas pelos holofotes da mídia. Nesse caso, pode-se citar o juiz Sérgio Moro como o grande herói da luta anticorrupção e pela moralização.

Portanto, o ódio evidenciado pelas cartas do jornal *O Globo* foi direcionado a personagens específicos e figuras públicas, como Dilma e Lula; a partidos políticos, como o PT; ao conjunto dos políticos brasileiros, seja do poder executivo e legislativo; e ao Estado brasileiro, compreendido como o grande reduto da corrupção nacional, sobretudo sob a gestão de governos petistas, os grandes responsáveis pela crise econômica e degradação moral da política brasileira.

A partir do referencial teórico utilizado, porém, verificou-se que as origens desse ódio possuem raízes muito mais profundas, sendo elas históricas, estruturais e também conjunturais. A intolerância identificada nas cartas relacionou-se a diversos elementos, tais como: questões de poder e hierarquia entre os gêneros, com destaque para o preconceito contra as mulheres, sobretudo em sua ocupação dos espaços públicos; preconceito contra os pobres e necessidade de distanciamento da elite nacional brasileira e dos setores médios em relação às classes populares, na tentativa de manter o fosso de desigualdade social existente historicamente no país; e manutenção do poder econômico da elite nacional, que busca perpetuar a concentração da riqueza sob a adoção de estratégias discursivas de convencimento contra o Estado ou contra governos que adotam medidas que beneficiam setores populares.

Dessa forma, compreender o contexto para ler o texto (as cartas), foi fundamental para identificar alguns elementos que possibilitaram a construção do discurso de ódio disseminado no Brasil no período anterior ao *impeachment* de Dilma Rousseff e evidenciado nas cartas dos leitores do jornal *O Globo*. Não existe uma única fonte de ódio nem uma única explicação para sua emergência. Somente a interseccionalidade de fatores históricos, estruturais e conjunturais pode auxiliar nessa tarefa.

Crenshaw (2004) afirma que a interseccionalidade sugere que, na verdade, nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos. Essa autora pensa a interseccionalidade a partir da noção dos eixos ou das ruas ao abordar especificamente os preconceitos de gênero e raça:

Podemos pensar sobre a discriminação racial como uma rua que segue do norte para o sul. E podemos pensar sobre a discriminação de gênero como uma rua que cruza a primeira na direção leste-oeste. Esses são os sulcos profundos que podem ser observados em qualquer sociedade pelos quais flui o poder. O tráfego, os carros que trafegam na interseção, representa a discriminação ativa, as políticas contemporâneas que excluem indivíduos em função de sua raça e de seu gênero (CRENSHAW, 2004, p. 11).

Traçando um paralelo dessa perspectiva da interseccionalidade dos preconceitos de gênero e raça com a construção do discurso de ódio no Brasil, pôde-se inferir que ele foi construído a partir da sobreposição de preconceitos e intolerâncias em diversos aspectos, que vai do gênero à classe e da pobreza à política. Essa ideia de

sobreposição é, portanto, essencial para entender a constituição do discurso de ódio que se analisou nesta monografia.

Por fim, o discurso do ódio no Brasil, em que pese a apresentação de todas as suas nuances, apareceu de forma muito naturalizada na sociedade brasileira atual. Para entender esse fenômeno, retoma-se Barthers (2001) em suas considerações sobre o mito, que em sua visão, é um sistema de comunicação, uma mensagem, um modo de significação, que transforma a história em natureza:

É possível completar agora a definição semiológica do mito na sociedade burguesa: o mito é uma fala despolitizada. [...] O mito não nega as coisas; a sua função é, pelo contrário, falar delas; simplesmente, purifica-as, inocenta-as, fundamenta-as em natureza e em eternidade, dá-lhes uma clareza, não de explicação, mas de constatação. [...]. Passando da história à natureza, o mito faz uma economia: abole a complexidade dos atos humanos, confere-lhes a simplicidade das essências, suprime toda e qualquer dialética, qualquer elevação para lá do visível imediato, organiza um mundo sem contradições, porque sem profundidade, um mundo plano que se ostenta em sua evidência, cria uma clareza feliz: as coisas parecem significar sozinhas, por elas próprias (BARTHERS, 2001, p. 164).

Ainda no que se refere à naturalização dos discursos, finaliza-se esta monografia com a perspectiva de Hannah Arendt (2004), na medida em que ela discute a questão da “banalidade do mal”. A autora ressalta que o “mal” - ou o ódio, no caso específico desta pesquisa-, é um fenômeno que, muitas vezes, não pode ser atribuído a uma patologia ou convicção ideológica pessoal de quem o expressa, mas a uma superficialidade ou mesmo incapacidade de pensar, que conduz pessoas comuns, independente de sua escolarização, a nunca tomar decisões de julgamento sobre o que ocorre na sociedade, fato que contribuiu para a disseminação do “mal” ou do ódio com grande naturalidade:

[...] o não-pensar, que parece um estado tão recomendável para assuntos políticos e morais, também possui os seus perigos. Protegendo as pessoas contra os perigos da investigação, o não pensar as ensina a se agarrarem a quaisquer regras prescritas de conduta que possam existir num dado tempo e numa dada sociedade. As pessoas então se acostumam não tanto ao conteúdo das regras, cujo exame minucioso sempre as conduziria a um estado de perplexidade, quanto à posse de regras nas quais subsumem os casos particulares. Em outras palavras, elas se acostumam a nunca tomar decisões (ARENDRT, 2004, p. 245).

Desnaturalizar os discursos e retomar os processos históricos constitutivos do ódio no Brasil foi uma das tarefas desta pesquisa. Partir do discurso do ódio e da corrupção para lançar um olhar mais atento e comprometido com os rumos do país

fez parte dessa investigação teórico-empírica. Que essa monografia, em que pese sua simplicidade e suas limitações, possa servir como um estímulo a novas pesquisas e, sobretudo, para a construção de uma nova visão sobre os fatos e processos aparentemente tão naturais que se desenrolam cotidianamente no nosso país.

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, Tales. **Dilma Rousseff e o ódio político**. São Paulo: Hedra, 2015.

ARENDT, Hannah. **Responsabilidade e julgamento**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ANDERSON, Perry. O Brasil de Lula. **Novos estudos**, São Paulo, edição 91, v. 30, n. 3, p. 23-52, nov. 2011. Disponível em: <http://novosestudios.uol.com.br/produto/edicao-91/>. Acesso em: 27 set. 2017.

ANDRADE, Marcelo. ¿Qué es la “aporofobia”? Un análisis conceptual sobre prejuicios, estereotipos y discriminación hacia los pobres. **Agenda Social**, Campos dos Goytacazes, v. 2, n. 3, p.117-139, out./dez. 2008.

ANDRADE, Marcelo; PISCHETOLA, Magda. O discurso de ódio nas mídias sociais: a diferença como letramento midiático e informacional na aprendizagem. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 1377– 1394, out./dez. 2016. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br//index.php/curriculum>. Acesso em: 27 ago. 2017.

AUGUSTO, Maria Helena Oliva. Indivíduo e moral em Durkheim. In: MASSELLA, Alexandre Braga; FILHO, Fernando Pinheiro; AUGUSTO, Maria Helena Oliva; WEISS, Raquel (Org). **Durkheim: 150 anos**, Belo Horizonte: Argumentvm, 2009, p. 209-230.

BARTHES, R. Mitologias. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BIROLI, Flávia. A mídia, a crise e o golpe. **Revista Dialética**, Salvador, v. 8, ano 7, p. 30-34, mar. 2017. Disponível em: http://revistadialetica.com.br/wp-content/uploads/2017/03/revista_dialetica_vol8.pdf. Acesso em: 26 ago. 2017.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 3, p. 653-679, set./dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v18n3/v18n3a03.pdf>. Acesso em: 11 set. 2017.

BOTTON, Fernando Bagiotto. Richard Sennett. O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade. **Antíteses**, Londrina, v. 3, n. 5, jan./jun. 2010, p. 623-633. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/download/3211/4926>. Acesso em: 9 out. 2017.

CABRAL, Eula Dantas Taveira. Mídia no Brasil: Concentração das Comunicações e Telecomunicações. **Revista Eptic**, Sergipe, v. 17, n. 3, p. 16-28, set./dez. 2015. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/epic/article/download/4298/pdf>. Acesso em: 17 ago. 2017.

COMUNICA QUE MUDA. **Dossiê intolerâncias visíveis e invisíveis no meio digital**. São Paulo: Agência Nova/sb, 2016. Disponível em:

<<http://www.comunicaquemuda.com.br/dossie/intolerancia-nas-redes/>>. Acesso em: 27 ago. 2017.

CRENSHAW, Kimberle. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. In: VV.AA. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem, p. 7-16, 2004. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2017.

DANTAS, Audálio. A mídia e o golpe militar. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 28, n. 80, p. 59-74, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142014000100007>. Acesso em: 21 ago. 2017.

DIAS, Luiz Antonio. Entre letras e números: uma análise do jornal Folha de S. Paulo e de pesquisas de opinião do Ibope (1963-1964). In: FERNANDES, Carla Montuori e CHAGAS, Genira (Org.). **Mídia e governos autoritários: 60 anos do suicídio de Getúlio Vargas e 50 anos do golpe civil-militar no Brasil**. João Pessoa: Idea, 2014, p. 97-125.

ESPÍRITO SANTO, Patrícia; DUMONT, Lígia Maria Moreira. As cartas de leitores e leitoras enviadas a jornais impressos: o que querem informar os assinantes do jornal Estado de Minas. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 19, n. 2, p. 174-190, abr./jun. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v19n2/13.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2017.

GAZETA ONLINE. **Adolescente é espancado após tentativa de assalto na Praia do Canto, em Vitória**. Disponível em: <<http://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2016/05/adolescente-e-espancado-apos-tentativa-de-assalto-na-praia-do-canto-em-vitoria-1013941819.html>>. Acesso em: 16 ago. 2017.

GOMES, Wilson. Sobre a transformação da política na era da comunicação de massa. In: COMPÓS, 13., 2004. São Bernardo do Campo, SP. **Anais...** São Bernardo do Campo. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_601.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2017.

KOERNER, Andrej; SCHILLING, Flávia. O direito regenerará a República? Notas sobre política e racionalidade jurídica na atual ofensiva conservadora. In: CRUZ, Sebastião Velasco; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Org.). **Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 75-89.

LIMA, Venício A. de. A direita e os meios de comunicação. In: CRUZ, Sebastião Velasco e, KAYSEL, André e CODAS, Gustavo (Org.). **Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 91-113.

MEYER-PFLUG, Samantha Ribeiro; LEITE, Flavia Piva Almeida. As redes sociais e o discurso de ódio. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DO CONPEDI: Direitos e garantias fundamentais II, 5., 2016. Montevideu, Uruguai. **Anais...** Disponível em:

<<https://www.conpedi.org.br/publicacoes/9105o6b2/v2zhni84/j3920kPxz16qcJS1.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2017.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adélia. Experiência, Sentimento, *Stimmung* como categorias úteis à sociologia relacional. In: Frédéric Vandenberghe (org). Editora Annablume, 2017. No prelo.

NAVARRO, Emilio Martínez. Aporofobia. In: Jesús Conill (Coord.): **Glosario para una sociedad intercultural**. Valencia, Bancaja, 2002, p. 17-23.

O GLOBO. Rio de Janeiro, 01 de novembro de 2015.

_____, 08 de novembro de 2015.

_____, 15 de novembro de 2015.

_____, 22 de novembro de 2015.

_____, 29 de novembro de 2015.

_____, 06 de dezembro de 2015.

_____, 13 de dezembro de 2015.

_____, 20 de dezembro de 2015.

_____, 27 de dezembro de 2015.

_____, 03 de janeiro de 2016.

_____, 10 de janeiro de 2016.

_____, 17 de janeiro de 2016.

_____, 24 de janeiro de 2016.

_____, 07 de fevereiro de 2016.

_____, 14 de fevereiro de 2016.

_____, 28 de fevereiro de 2016.

_____, 06 de março de 2016.

_____, 13 de março de 2016.

_____, 06 de março de 2016.

_____, 20 de março de 2016.

_____, 27 de março de 2016.

_____, 03 de abril de 2016.

_____, 14 de abril de 2016.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

RAGO, Margareth. Feminizar é preciso: por uma cultura filógina. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v.15, n. 3, p. 58-66, jul./set. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000300009>. Acesso em: 11 set. 2017.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Rio Grande do Sul, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>>. Acesso em: 11 set. 2017.

SENNETT, Richard. **O Declínio do Homem Público**: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. Direita nas redes sociais online. In: CRUZ, Sebastião Velasco; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Org.). **Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 213-230.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe**: entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

SUL 21. **Suástica, golpe militar, ameaças de morte contra Dilma**: para mídia, manifestações pacíficas. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/jornal/suastica-golpe-militar-ameacas-de-morte-contradilma-para-midia-manifestacoes-pacificas/>>. Acesso em: 17 ago. 2017.